

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE
CHAPECÓ**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Milton Hahn

**PLURIATIVIDADE E MEIO AMBIENTE NA
AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPIRANGA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária de Chapecó, como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Professor Oscar José Rover

Chapecó – SC, Agosto, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FICHA CATALOGRÁFICA

630.2772 Hahn, Milton

H148p Pluriatividade e meio ambiente na agricultura familiar de município de Itapiranga / Milton Hahn. – Chapecó, 2009.
110 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Oscar José Rover

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Proteção ambiental.
I. Rover, Oscar José. II. Título

CDD 630.2772

Catálogo Joseana Foresti CRB 14/536
Biblioteca Central Unochapecó



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

**PLURIATIVIDADE E MEIO AMBIENTE NA AGRICULTURA
FAMILIAR DE ITAPIRANGA/SC**

Milton Hahn

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de

Mestre em Ciências Ambientais

sendo aprovado em sua forma final.

Oscar José Rover, Doutor em Desenvolvimento Rural.

BANCA EXAMINADORA

Osmar Tomaz de Souza, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Clóvis Dorigon, Doutor em Engenharia de Produção

Chapecó, 27 de Agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Giani, a minha filha Caroline, e aos meus pais Aloísio e Ana Amália que me apoiaram e motivaram para que este sonho deixasse de ser apenas um sonho e se transformasse em realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me deu o dão da vida e a saúde para que pudesse enfrentar as provações terrenas.

Agradeço a meus pais, que souberam me educar e me orientaram em busca da qualificação pessoal e profissional, para que assim contribuir com o desenvolvimento da humanidade.

Agradeço aos meus irmãos, pelo apoio e palavras de incentivo, para que assim pudéssemos nos auto-ajudar.

Agradeço a minha esposa Giani e minha filha Caroline, que souberam compreender minha ausência e que me motivaram para que mais esta etapa de formação pudesse ser concretizada.

Agradeço aos meus mestres, em nome de minha primeira professora, Revilca Kuhn, pela dedicação, pela atenção, pela preocupação com a disciplina e aprendizagem, pelo desafio lançado em busca do conhecimento.

Agradeço a Coordenação do Mestrado em Ciências Ambientais, pela atenção e carinho que tem dispensado para os acadêmicos do curso.

Agradeço de modo todo especial ao professor Oscar José Rover, que me orientou ao longo deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisou as estratégias pluriativas de reprodução social e a concepção de meio ambiente dos agricultores familiares do município de Itapiranga/SC. Compreendemos como famílias pluriativas aquelas nas quais algum membro do núcleo familiar é remunerado pelo exercício de uma atividade considerada não-agrícola. Identificamos alguns fatores históricos preponderantes para o encaminhamento de grande número de agricultores locais para a pluriatividade, dos quais destacamos: a estrutura agrária em pequenas propriedades e a construção de um plano de desenvolvimento econômico e estratégico, finalizado em 1962. Dentre fatores recentes que levam os agricultores a adotar a pluriatividade se destacam: a busca de autonomia financeira pelos jovens, a fuga do trabalho penoso e do preconceito com o trabalho agrícola, a garantia de renda mensal e a busca de formação educacional. O modelo econômico e a capacidade organizacional local, em paralelo à busca de alternativas de reprodução social pelos agricultores, permitiram que muitos destes se inserissem no mercado de trabalho não agrícola, como agricultores pluriativos. O estudo realizado junto aos agricultores pluriativos de Itapiranga permite algumas constatações-chave: a) a opção pela pluriatividade não levou ao fim da policultura nas propriedades rurais; b) o nível de formação educacional dos agricultores pluriativos de Itapiranga é superior ao de casos estudados em outras regiões, bem como ao dos demais agricultores locais; c) a renda líquida das famílias pluriativas é maior que a das demais famílias em Itapiranga; d) a maioria dos jovens das famílias pluriativas espera deixar o espaço rural, mesmo que a renda familiar seja superior à média municipal e o estímulo dos pais seja pela sua permanência no campo; e) houve uma mudança de concepção de meio ambiente pelo agricultor pluriativo, que atualmente percebe a necessidade de preservação dos recursos naturais; f) a pluriatividade possibilita a redução da pressão sobre os recursos naturais das propriedades.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pluriatividade; Meio Ambiente; Reprodução Social.

ABSTRACT

This work analysed the pluriactive strategies of social reproduction and the conception of environment of family farmers of the municipality of Itapiranga/SC. We conceptualize pluriactive families as those in which at least a member of the nuclear family is remunerated by the exercise of an activity that is not considered to be agricultural. Some significant historical factors that orientated a great number of family farmers to pluriactivity were identified, particularly: the agrarian structure of small properties and the construction of an economical and strategic development plan, concluded in 1962. Among recent factors that led farmers to adopt pluriactivity are: the search for financial autonomy by young people, the wish to escape hard work, prejudice against agricultural work, the guarantee of a monthly income and the search for education. The economical model and the local organizational capability, and also the search for social reproductive alternatives by farmers, allowed many of them to be incorporated in the non-agricultural labour market as pluriactive farmers. The study made with the pluriactive farmers of Itapiranga allowed us to make some key propositions: a) the option for pluriactivity did not led to the end of policulture in rural properties; b) the level of education of Itapiranga's pluriactive farmers is higher than the cases studied in other regions and it is also higher than of other local farmers; c) the net income of pluriactive families is higher than that of other Itapiranga's families; d) the majority of young people that belong to pluriactive families hope to leave the rural space, no matter if their family income is superior to the municipal average and if their parents stimulate them to remain in the countryside; e) there was a change of the concept of environment by the pluriactive farmer, that nowadays understands the need to preserve natural resources; f) pluriactivity allows for a reduction in the pressure on natural resources of properties.

Key-words: Family agriculture; Pluriactivity; Environment, Social Reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>FIGURA 1– LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.....</u>	<u>26</u>
---	------------------

LISTA DE TABELAS

<u>TABELA 1: ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO.....</u>	<u>67</u>
<u>TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.....</u>	<u>68</u>
<u>TABELA 3: ÁREA EM HECTARES DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DAS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES PLURIATIVOS E AGRICULTORES EM GERAL DE ITAPIRANGA/SC.....</u>	<u>70</u>
<u>TABELA 4: TEMPO QUE A FAMÍLIA ESTÁ ESTABELECIDNA NA PROPRIEDADE.....</u>	<u>71</u>
<u>TABELA 5: IDADE DE HOMENS E MULHERES CHEFES DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/ SC.....</u>	<u>78</u>
<u>TABELA 6: ESTÍMULO DADO PELOS PAIS, AGRICULTORES EM GERAL, PARA SEUS FILHOS PERMANECEREM COMO AGRICULTORES.....</u>	<u>79</u>
<u>TABELA 7: ESTÍMULO DADO PELOS PAIS, AGRICULTORES PLURIATIVOS, PARA SEUS FILHOS PERMANECEREM COMO AGRICULTORES.....</u>	<u>79</u>
<u>TABELA 8: O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO POR MOÇAS E RAPAZES DA AGRICULTURA FAMILIAR PLURIATIVA DE ITAPIRANGA.....</u>	<u>82</u>
<u>TABELA 9: O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO POR MOÇAS E RAPAZES DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA.....</u>	<u>82</u>
<u>TABELA 10 NÚMERO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES PELAS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES PLURIATIVAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....</u>	<u>84</u>
<u>TABELA 11: ATIVIDADE PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NAS 120 PROPRIEDADES PLURIATIVAS DE ITAPIRANGA.....</u>	<u>86</u>
<u>TABELA 12: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS DE ITAPIRANGA/SC.....</u>	<u>88</u>
<u>TABELA 13: ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM QUE TRABALHAM OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....</u>	<u>90</u>
<u>TABELA 14: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....</u>	<u>91</u>

TABELA 15: RENDA BRUTA X RENDA LÍQUIDA ANUAL POR FAMÍLIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS DAS PROPRIEDADES DE AGRICULTORES PLURIATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....93

TABELA 16: RENDA MENSAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC QUE TRABALHAM EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS.....94

TABELA 17: VISÃO DOS AGRICULTORES PLURIATIVOS DE ITAPIRANGA SOBRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....98

TABELA 18: PERCENTUAL DE ÁREA DAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES PLURIATIVOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, OCUPADAS COM MATA NATIVA E REFLORESTAMENTO.....102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC -Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

EAPI - Escola Agrícola Profissionalizante de Itapiranga

FAI - Faculdades de Itapiranga

FESC - Fundação Educacional de Santa Catarina

IAESC	- Instituto Educacional São Canísio
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONGS	- Organizações não Governamentais
PDEMI	-Plano de Desenvolvimento Econômico do Município de Itapiranga
PRONAF	- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAFRITA	- Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga
SJ	- Companhia do Sagrado Coração de Jesus
SUP	- Sociedade União Popular
VOLKSVEREIN	- Associação dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1.2 A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE.....	23
1.3 A COLONIZAÇÃO DE ITAPIRANGA	25
CAPÍTULO II – AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E MEIO AMBIENTE: BASES CONCEITUAIS.....	47
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO	47
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE	53
3.3 TEMPO DE ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA E MUDANÇAS PARA MANTER AS PROPRIEDADES PLURIATIVAS DE ITAPIRANGA.....	71
3.6 ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES PLURIATIVAS DE ITAPIRANGA.....	83
O DESENVOLVIMENTO DE DIVERSAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO MESMO ESTABELECIMENTO GERA PONTOS DE VISTA DIVERGENTES: SE PARA ALGUNS, O FATO DE POSSUIR DIVERSAS OPÇÕES ECONÔMICAS OFERECEM OPORTUNIDADES PARA SUPERAR PERÍODOS DE CRISE EM DETERMINADOS SETORES DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA OUTROS, O FATO DE DESENVOLVER DIVERSAS ATIVIDADES SIMULTANEAMENTE, DIFICULTA O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PELA DIVERSIDADE DE ATIVIDADES REALIZADAS EM UMA MESMA UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	85
ANALISANDO A TABELA 11, SOBRE OS TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES, PERCEBE-SE QUE A GRANDE MAIORIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS VEM DESENVOLVENDO A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO LEITEIRA, SENDO QUE 70,83% DAS PROPRIEDADES PRODUZEM LEITE PARA A COMERCIALIZAÇÃO. A ATIVIDADE LEITEIRA É UMA ATIVIDADE QUE POSSIBILITA UM GRANDE NÚMERO DE AGRICULTORES DESENVOLVE-LA PELO FATO DE NÃO SER INTEGRADA DIRETAMENTE A AGROINDÚSTRIA E TAMBÉM PORQUE PODE SER DESENVOLVIDA EM PEQUENA ESCALA. AINDA COM RELAÇÃO À PREFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA PELO AGRICULTOR PLURIATIVO, OBSERVAMOS NO ESTUDO, QUE ISTO SE DÁ PORQUE ELA PROPICIA À FAMÍLIA O APROVEITAMENTO DOS SUB-PRODUTOS DO LEITE, COMO É O CASO DA NATA, DO QUEIJO E DO REQUEIJÃO. ALÉM DISTO, OS MACHOS E ANIMAIS DE DESCARTE SÃO COMERCIALIZADOS PARA O ABATE, QUANDO NÃO SÃO ABATIDOS PARA O PRÓPRIO CONSUMO DA FAMÍLIA OU AGREGAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DE SEU PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO.....	85

3.7 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS EM QUE TRABALHAM OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS.....89

QUANTO AO PERCENTUAL LIGEIRAMENTE SUPERIOR DE HOMENS QUE TEM FREQUENTADO NÍVEIS MAIS AVANÇADOS DE ENSINO, SE DEVE PRINCIPALMENTE A PRESENÇA DO COLÉGIO AGRÍCOLA, O QUAL SERVIU COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA NA ÁREA AGRÍCOLA, E TEM SIDO FREQUENTADO PRINCIPALMENTE POR FILHOS HOMENS, ASSIM ENCAMINHANDO VÁRIOS PARA O ENSINO SUPERIOR.91

3.9 RENDA BRUTA X RENDA LÍQUIDA DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS DE ITAPIRANGA.....93

DADOS DO DIAGNÓSTICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (2007) DÃO CONTA QUE A RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL DA POPULAÇÃO ITAPIRANGUENSE ERA DE 2,50 SALÁRIOS MÍNIMOS. AS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS NOS APRESENTAM UM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO REMUNERATÓRIA DOS MESMOS. AO OBSERVARMOS A TABELA 15, DA RENDA LÍQUIDA ANUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS, CONSTATA-SE QUE A RENDA DE GRANDE PARTE DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS ESTÁ ACIMA DA MÉDIA DO MUNICÍPIO. ISTO MOSTRA QUE AS FAMÍLIAS PLURIATIVAS OBTÊM RENDIMENTOS SATISFATÓRIOS E ASSIM CONSEGUEM ATENDER AS NECESSIDADES SOCIAIS DE SEU GRUPO.93

PARA OBTENÇÃO DOS DADOS SOBRE A RENDA MÉDIA ANUAL FORAM CONSIDERADAS AS RENDAS ORIUNDAS DA PRODUÇÃO DA PROPRIEDADE E O(S) SALÁRIO(S) OBTIDO(S) EM RENDAS COMPLEMENTARES. FORAM DESCONSIDERADOS COMO RENDA OS VALORES OBTIDOS COM APOSENTADORIA. DO TOTAL DE ENTREVISTADOS, ENCONTROU-SE 27 APOSENTADOS, SENDO 25 DA AGRICULTURA E DOIS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.....93

QUANTO ÀS FAMÍLIAS PLURIATIVAS, É IMPORTANTE AINDA FAZER UMA OBSERVAÇÃO A RESPEITO DA RENDA LÍQUIDA, POIS ESTAS FAMÍLIAS NÃO INCLUEM EM SEU CÁLCULO A PRODUÇÃO OBTIDA PARA O AUTO-CONSUMO. SE CONSIDERARMOS ESTE ASPECTO, AS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES PLURIATIVOS DE ITAPIRANGA ESTÃO EM AMPLA VANTAGEM SE COMPARADAS ÀS DEMAIS, POR OBTEREM AINDA UMA RENDA NÃO AGRÍCOLA. PORTANTO, OBSERVANDO OS DADOS DA PESQUISA E ASSOCIANDO-OS COM A AFIRMAÇÃO DE GRANDE NÚMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS, QUE ACONSELHAM SEUS FILHOS A CONTINUAR NA ATIVIDADE, POR CONSIDERÁ-LA RENTÁVEL, PODEMOS CONCLUIR QUE A PLURIATIVIDADE É UMA ALTERNATIVA ECONOMICAMENTE INTERESSANTE PARA JOVENS QUE QUEIRAM PERMANECER NA AGRICULTURA E TRABALHAR DESTA FORMA.94

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS107

INTRODUÇÃO

Conhecer a fundo a agricultura familiar, suas formas de organização e reprodução social tem despertado o interesse acadêmico e de diversos autores brasileiros, mais intensamente a partir da década de 1990. Dentre as temáticas recorrentes, destacamos a pluriatividade, situação em que famílias de agricultores buscam renda complementar em atividades não agrícolas paralelamente ao trabalho na propriedade e desta forma mantendo residência no meio rural.

Observamos as características da agricultura familiar de Itapiranga/SC e constatamos que um grande número de membros da família rural deslocam-se diariamente para atuar em atividades não agrícolas, caracterizando desta forma a pluriatividade. No intuito de compreender este deslocamento intenso, realizamos um estudo para identificar as causas que levam o agricultor familiar de Itapiranga a desenvolver atividades não agrícolas para garantir sua reprodução social, bem como, buscamos saber a relação existente entre o trabalho não agrícola e o trato com o meio ambiente em sua propriedade.

Assim o local de estudo foi o município de Itapiranga, situado no Extremo Oeste de Santa Catarina, com área de 280 km², distante 747 km da Capital do Estado. Ele possui 15.238 habitantes, dos quais 6.947 residem no meio rural e 8.291 no perímetro urbano (IBGE, 2007). Itapiranga possui um total de 1.459 propriedades rurais que ocupam uma área de 22.438 hectares, com média de 15,39 hectares por estabelecimento (IBGE, 2006).

A colonização de Itapiranga, iniciada em 1926, possui uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, localização geográfica distante de grandes centros consumidores, além de dificuldades econômicas geradas pela precariedade da infra-estrutura local. Estes elementos exigiram de seus atores sociais, na história do município, muita habilidade para garantir a continuidade do projeto e sua reprodução social.

Neste estudo realizamos um levantamento junto aos agricultores familiares pluriativos do município de Itapiranga/SC para identificar suas estratégias não agropecuárias de reprodução social, bem como a sua percepção sobre as ações que têm sobre o meio ambiente. Buscamos entender, do ponto de vista do agricultor, quais as perspectivas para o setor, modelos alternativos segundo seu ponto de vista para sua reprodução social, bem como sua ação ambiental. Em termos mais concretos, a pergunta orientadora deste estudo foi a seguinte: de que modo os agricultores familiares de Itapiranga/SC inserem em suas dinâmicas de reprodução social a pluriatividade e o trato com o meio ambiente? Desta forma, o objetivo geral do estudo foi analisar as estratégias pluriativas de reprodução e a concepção de meio ambiente dos agricultores familiares do município de Itapiranga. Os objetivos específicos foram: identificar as perspectivas para a agricultura familiar pluriativa; descrever a opção do agricultor de atuar paralelamente em atividades não agrícolas, para a obtenção de renda complementar; identificar os fatores analisados pelo jovem para a permanência ou não no meio rural; avaliar a concepção de meio ambiente e da legislação ambiental, por parte dos agricultores pluriativos.

Ao longo da dissertação analisamos os fatores que levaram o agricultor familiar de Itapiranga a adotar o modelo pluriativo, pelo qual ele continua desenvolvendo a policultura e paralelamente busca renda complementar em atividades não agrícolas. Os agricultores pluriativos tinham em sua organização original da propriedade a exploração através da policultura de produtos agrícolas, associada a atividades pecuárias. Analisamos também a mudança de concepção dos agricultores familiares em relação ao trato com o meio ambiente, uma vez que durante um longo período a idéia predominante entre eles era a de suprimir a vegetação nativa para praticar a agricultura. Isto vem sendo alterado com a implantação e cobrança da legislação ambiental, bem como a mudança de concepção ambiental, levando o agricultor a uma nova orientação quanto à exploração dos recursos naturais em sua propriedade.

Da mesma forma, a inserção das unidades familiares de produção de Itapiranga nos processos de desenvolvimento rural se alterou nos pouco mais de oitenta anos de colonização. De atividade de subsistência agropecuária, a agricultura familiar precisou buscar alternativas comerciais, onde a preocupação se orienta predominantemente em produzir para o comércio, ao invés do consumo próprio. Assim, uma nova realidade se apresenta, é preciso ao mesmo tempo respeitar a natureza e encontrar alternativas econômicas, que aliadas às novas técnicas de produção e manejo, proporcionem renda capaz de atender as necessidades econômicas do grupo familiar. Continuar participando economicamente da unidade de produção e buscar fora dela uma renda complementar é a opção que passou a ser uma prática freqüente entre os agricultores familiares de Itapiranga, especialmente a partir da década de 1990. Neste plano, muitas unidades de produção familiar assumem a pluriatividade como alternativa de reprodução social, onde membros do grupo passam a atuar simultaneamente em atividades agrícolas e não agrícolas.

Dividimos este trabalho em quatro capítulos. O primeiro aborda a questão histórica, caracterizando o processo de colonização de Itapiranga, a sobrevivência econômica do projeto, as formas de organização social e religiosa, a divisão das propriedades, e as principais mudanças ocorridas na agricultura familiar em Itapiranga ao longo de seus pouco mais de 82 anos de colonização. Neste capítulo, situamos o leitor sobre as diferentes etapas pelas quais tem passado a agricultura familiar do município de Itapiranga, com o intuito de facilitar o entendimento da opção do agricultor familiar por desenvolver atividades não agrícolas, estranhas às de cultivo e criação para obter renda complementar. Destacamos a realização e

efetivação de um plano de desenvolvimento econômico na década de 1960, como divisor de águas para a reorientação econômica local.

No segundo capítulo apresentamos algumas questões teóricas sobre a agricultura familiar. Caracterizamos a mudança de opção do agricultor familiar, que passa da atuação exclusiva na agricultura policultora para a pluriatividade, em que ele continua desenvolvendo a policultura e paralelamente busca renda complementar. A mudança de concepção ambiental está alicerçada em alguns pontos fundamentais, tais como a sensibilização ambiental e a aplicação rigorosa da legislação ambiental, fatores que contribuíram na mudança de atitude do agricultor pluriativo de Itapiranga. Neste capítulo, apresentamos dados da pesquisa bibliográfica com a definição dos conceitos sobre a agricultura familiar, a policultura, a pluriatividade, concepções de meio ambiente e a legislação ambiental.

No terceiro capítulo são apresentados os dados de campo sobre a agricultura familiar e a pluriatividade, discutindo as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades e fora delas pelos membros das famílias de agricultores. Apresentamos argumentos que justificam que a opção pela pluriatividade não leva necessariamente o agricultor familiar a abandonar a policultura em sua propriedade, bem como descrevemos que não é apenas o nível de renda ou o grau de instrução que determinam a opção pela pluriatividade em Itapiranga. Ainda descrevemos a orientação dos pais e a opção divergente dos filhos com relação à sucessão hereditária e seu futuro profissional. Fica evidente que o desejo dos pais agricultores pluriativos em relação à manutenção dos filhos na propriedade é muito diferente do desejo dos pais agricultores não pluriativos, tendência esta que é seguida em menor proporção pelos filhos dos pluriativos. Ao contrário do que verificaram outros estudos, no município de Itapiranga os membros da agricultura familiar pluriativa que trabalham em atividades estranhas às de cultivo e criação em busca de renda complementar, possuem um bom índice de formação escolar e muitos ocupam postos de trabalho que exigem qualificação profissional. Quanto à concepção sobre o meio ambiente, descrevemos a mudança de concepção dos agricultores pluriativos, que passaram a perceber a preservação e reconstituição do meio ambiente como mais uma alternativa para sua reprodução social, possibilitando o surgimento de modelos alternativos de exploração da propriedade rural.

No quarto capítulo apresentamos algumas conclusões e aprendizados possíveis, fundamentados no estudo de caso do município de Itapiranga. Dentre eles: que a elaboração

de um plano de desenvolvimento econômico para o município foi um fator fundamental para a atual estrutura de exploração econômica rural, na qual a pluriatividade ganha importância; que o nível de formação dos pluriativos de Itapiranga é superior ao de outros casos estudados e isto está vinculado a estrutura educacional da qual a comunidade local foi dotada; que a renda das famílias pluriativas de Itapiranga é superior a das outras famílias do município; que o jovem continua tendo a preferência por sair do meio rural apesar da orientação divergente dada pelos pais. Quanto às concepções ambientais, percebemos a mudança de atitudes do agricultor pluriativo no trato com o meio ambiente. A cobrança da legislação ambiental aos poucos está deixando de ser vista exclusivamente como uma forma de punir o agricultor, mas passa a ser entendida como um instrumento necessário para a continuidade da vida, possibilitando inclusive o surgimento de novos modelos de exploração econômica da propriedade rural. A pluriatividade possibilita a redução da pressão sobre os recursos naturais da propriedade em busca de geração de renda. Assim sendo a renda complementar da pluriatividade tem sido uma importante alternativa de garantir a reprodução social do agricultor familiar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a compreensão da mudança de concepção de reprodução social e ambiental do agricultor familiar pluriativo do município de Itapiranga, recorreremos a revisões bibliográficas, entrevistas estruturadas e entrevistas em profundidade junto a famílias de agricultores, que trabalham de forma pluriativa para garantir e ampliar a sustentação econômica de seu grupo social.

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa que trabalha conjuntamente a perspectiva qualitativa e quantitativa. Ao efetuar a análise e quantificação dos dados levantados na aplicação de cento e vinte (120) questionários estruturados, junto a agricultores familiares pluriativos, operamos a perspectiva quantitativa. Ao realizar a análise e discussão dos dados levantados em trinta (30) entrevistas em profundidade, aplicadas junto a uma amostra de agricultores familiares pluriativos do município de Itapiranga, operamos a perspectiva qualitativa.

Assim, o estudo se organizou através dos seguintes procedimentos:

a) Pesquisa documental junto às bibliotecas e órgãos públicos: teve por objetivo a fundamentação teórica para munir o pesquisador de conceitos teóricos inerentes a agricultura familiar, a pluriatividade, concepções sobre a questão ambiental e a legislação ambiental, assim como metodológica, para orientar os procedimentos a serem adotados para atingir aos objetivos propostos.

b) Pesquisa de campo, que foi dividida em duas etapas:

1ª Etapa: cento e vinte (120) questionários estruturados aplicados junto a agricultores familiares pluriativos de Itapiranga. Com o auxílio de alunos do 8º Período do Curso de Agronomia da FAI – Faculdades de Itapiranga foram visitados agricultores que atendessem as características de pluriatividade, para a aplicação dos questionários, visando à obtenção dos dados de campo. A opção por cento e vinte entrevistas foi para atingir um mínimo de 15% das famílias de agricultores pluriativos de Itapiranga, que segundo o Diagnóstico Local¹ (2007) somam um total de 742 famílias. Na definição de agricultores pluriativos adotada pelo diagnóstico local, classificou-se como pluriativas aquelas famílias em que pelo menos um membro do grupo familiar atuasse em atividades estranhas às de cultivo e criação. Neste estudo consideramos como pluriativa a família agrícola em que pelo menos um membro desenvolvesse atividades não agrícolas e mantivesse residência na propriedade rural.

2ª Etapa: aplicação de trinta (30) entrevistas em profundidade realizadas pelo pesquisador com o objetivo de obter dados qualitativos sobre a agricultura familiar pluriativa, suas concepções ambientais e uma avaliação da legislação ambiental por parte dos agricultores familiares. A definição de trinta entrevistas em profundidade deu-se pela exaustão dos dados e repetição de perfil das respostas, que ocorreram ao longo das entrevistas, que desta forma, passaram a não acrescentar novos elementos para a discussão futura.

A aplicação dos questionários estruturados, bem como as entrevistas em profundidade foi definida aleatoriamente junto ao conjunto dos agricultores familiares pluriativos do

¹ O Diagnóstico Local é um levantamento realizado em 2006 através de uma parceria entre o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, Universidade Federal de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Itapiranga-SC, com o objetivo de realizar um diagnóstico e sugerir projetos estratégicos.

município de Itapiranga, sendo que sua aplicação ocorreu nos meses de junho e julho de 2008. O número de membros da família e o tipo de atividades não agrícolas não serviram como parâmetro para a definição da família a ser entrevistada.

c) Após a visitação com a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas, os dados coletados foram compilados, dispostos em tabelas, analisados para compreender as estratégias pluriativas de reprodução da agricultura familiar de Itapiranga e as concepções de meio ambiente predominantes. Após foram dispostos nesta dissertação.

CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo tem por objetivo situar o local da pesquisa, apresentar o contexto da colonização e as mudanças ocorridas. Abordamos de forma sucinta o processo de colonização

do Extremo Oeste de Santa Catarina e centramos nosso foco na descrição do projeto de colonização de Itapiranga.

Nosso objetivo em detalhar a de colonização de Itapiranga, está no intuito de situar o leitor no processo que culminou no encaminhamento de significativa parcela de agricultores familiares a optarem pela busca de renda complementar em atividades não agrícolas.

A construção da estrutura social, econômica, religiosa e educacional do projeto Porto Novo/Itapiranga esteve intimamente ligada ao esforço coletivo e à aplicação do capital social², que desta forma dotou o município com a infra-estrutura necessária. A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico e sua conseqüente execução, com a criação do frigorífico, a implantação de uma escola de formação técnica, a instalação de uma cooperativa e de uma indústria de laticínio a partir da década de 1960, foram o impulso decisivo para o encaminhamento da atual condição industrial e econômica. Condição esta que possibilita a opção pela pluriatividade para mais de 50% das famílias rurais do município.

Assim, descrevemos neste capítulo um breve histórico do município de Itapiranga, que tem sua colonização iniciada em 1926, como uma colônia de cunho confessional, sendo amplamente divulgado como um espaço para descendentes de origem alemã e religião católica.

1.1 Situando o Oeste Catarinense

² O conceito de capital social contempla componentes culturais e estruturais relacionados às relações sociais. Ao mesmo tempo em que contempla as relações estabelecidas na forma de redes ou normas sociais, contempla também, atributos culturais da reciprocidade, confiança e cooperação. (HAHN, 2005, p. 15).

A região Oeste de Santa Catarina ocupa uma área de 25,3 mil km², estendendo-se desde o Planalto Catarinense, até a fronteira com a Argentina, tendo sua colonização intensificada a partir de 1940. Anteriormente à colonização, estas terras caracterizavam-se por grandes propriedades, além de uma população de posseiros e indígenas, com um baixo índice de povoamento. A primazia, naquele momento, no século XIX, era ocupação dos campos deixando à margem as áreas florestais, de modo que nos documentos consta como confinante o “Sertão Nacional” (RENK, 2004, p.13).

Conforme a mesma autora, desde o início do séc. XX, a ocupação do Oeste Catarinense é marcada por disputas territoriais, a exemplo da Questão de Palmas, na disputa entre Brasil e Argentina, que em 1895 foi decidida favoravelmente ao Brasil; Guerra do Contestado, e das disputas pelo território com o estado do Paraná. Em 1917, foram definidos os limites dos estados do Paraná e Santa Catarina. A partir de 1917 passaram a serem criados diversos municípios no Oeste Catarinense, entre eles o de Chapecó, oficializando-se a partir deste ato o processo de colonização, capitaneado por agricultores descendentes de europeus, vindos principalmente do estado do Rio Grande do Sul e/ou fugidos das crises européias. “O Oeste Catarinense foi colonizado a partir do início do século XX por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, na sua maioria agricultores familiares que migraram para a região em busca de terra para se instalar” (Campos, 1987 p.22).

Para Renk (2004, p.20), “[...] a imigração de colonos do Rio Grande do Sul ao Oeste Catarinense foi uma estratégia de reprodução social camponesa, possibilitando-lhes adquirir terras a preço mais razoável. O Governo Catarinense incentivava este processo, para evitar a ocupação indevida”. Para o Governo Catarinense a prioridade era a ocupação das terras do Oeste para não perdê-las.

Inserido no contexto geral do Oeste Catarinense, o Extremo Oeste tem em sua colonização além do histórico das disputas por terras, o sofrimento pelo isolamento, a precariedade, o relevo bastante acidentado e pedregoso, que exigiu dos colonizadores, sacrifício, coragem e muito trabalho. Seu objetivo era, tendo seu pedaço de chão, garantir aos membros de seu grupo os suprimentos mínimos necessários para a sua reprodução social.

1.2 A colonização do Oeste Catarinense

A busca pelo Sul do Brasil se deu em sua maior parte pela política de incentivos desenvolvida pelo Governo Imperial. Com o objetivo de ocupar as vastas regiões cobertas de florestas pluviais densas, com solos ricos, para evitar possíveis invasões o governo oferecia lotes a baixo custo a título de incentivo. Foi com este objetivo, muitas vezes diferente daqueles dos imigrantes, que o governo estimulava a ocupação do Sul por imigrantes estrangeiros.

Conforme Hahn, a imagem que os imigrantes estrangeiros tinham das colônias do Sul era promissora.

“Várias levas de imigrantes europeus atravessaram o Oceano Atlântico durante a segunda metade do séc. XIX em busca de melhores condições de vida. Fizeram-no por razões diversas. A imagem de uma vida próspera e tranqüila em meio a exuberantes paisagens, cultivando as terras extraordinariamente férteis, abundantes e de sua propriedade, permeava suas expectativas. Tal imagem era fomentada pela propaganda de empresas colonizadoras e pelas notícias de quem já havia partido. Para trás ficava o meio no qual haviam criado laços culturais demasiado fortes para serem esquecidos. Talvez por isso levassem consigo esse forte apego às tradições que se constituíam em bens culturais, posterior matéria prima para a consolidação de colônias de imigrantes no Brasil”. (HAHN, 2005, p. 25).

A política de ocupação priorizava a disseminação da pequena propriedade, com aproximadamente 25 hectares, o que serviria de base para uma colonização de povoamento³. Conforme Rambo (1988, p.9), “a dinâmica própria desta ocupação territorial consistia essencialmente na formação de comunidades rurais de pequenos proprietários, donos de glebas, na sua grande maioria inferiores a 100 hectares”.

Nas primeiras décadas do século XX, as colônias velhas do Rio Grande do Sul começam a enfrentar problemas outrora nem imaginados, pois o crescimento demográfico, a vinda de novos imigrantes, aliado ao esgotamento do solo induzia a busca de novas fronteiras agrícolas. Neste período o Oeste Catarinense foi apresentado como uma região promissora, destino de grande parte do excedente populacional do Rio Grande do Sul.

De acordo com Testa *et al*, as características mais marcantes do processo de colonização da região Oeste Catarinense são três, assim definidas:

- a) Recepção do excedente populacional da chamada colônia velha do Rio Grande do Sul; b) Colonos de origem alemã e italiana, em sua maioria, com

³ Se caracteriza pela ocupação do território por homens livres com direito a estabelecer estruturas de produção agrícola familiares, no modelo de minifúndio e policultura. (RAMBO, 1988, p. 9).

tradição policultora e criação de animais domésticos (suínos aves e bovinos); c) Colonização privada, em unidades chamadas “colônias”⁴, com área de 24,2 hectares. (TESTA *et al* 1996, p. 43).

Seyferth questiona o tamanho dos lotes denominados colônias, que segundo suas avaliações não oferecem condições suficientes para a reprodução social de uma família de agricultores, fazendo de seus atores fortes candidatos a migrar para outra região ou outra atividade, sendo que assim se reporta com relação a este assunto:

[...] o lote de 25 hectares, assim como a continuidade dos assentamentos de novos imigrantes durante mais de cinquenta anos, tem limitações, agravadas pelo esgotamento das terras em prazo curto. Pode servir às necessidades de uma família camponesa, mas torna-se impraticável para reproduzir socialmente a segunda geração, cujo destino mais óbvio seriam as novas áreas coloniais. Isso mostra a intensidade da migração interna, motivada pela pressão demográfica e pelo esgotamento dos solos, e também pela insuficiência reprodutiva dos 25 hectares, louvados na legislação, mas sem conter a *minimale Ackernahrung*⁵. Segundo Waibel [1958], dadas as condições das terras destinadas à colonização, essa quantidade teria que oscilar entre 55 e 105 hectares; com apenas 25 hectares a rotação de terras é muito rápida, tendo como resultado uma produtividade cada vez menor. (SEYFERTH, 1999, p.67).

Segundo o zoneamento agro-ecológico e socioeconômico do estado de Santa Catarina (1996) dos 8.051 km² de terra da região do vale do Uruguai, no qual está inserido o município de Itapiranga, 57% da área total são enquadrados segundo a classe de aptidão 3d, com declividade entre 20 e 45%. Estas áreas apresentam restrições para culturas anuais climaticamente adaptadas e são terras que apresentam alto risco de degradação ou limitações fortes para utilização com culturas anuais. Ainda 26% das terras são enquadradas como 4d, onde a maior limitação é a declividade que é de 45 a 75%, sendo impróprias para a prática da agricultura de culturas anuais, desta forma restam poucas áreas em condições ideais para a exploração agrícola. Estes fatores foram determinantes na definição do modelo de ocupação das terras e nas estratégias para reprodução social no caso estudado.

⁴ Modulo de terra com extensão de 24,2 hectares, considerada área ideal para a sobrevivência de uma família no sul do Brasil.

⁵ Quantidade mínima de terras necessária a uma família, tendo em vista não só a quantidade, mas também a qualidade do solo.

Por outro lado, Testa *et al.*, (1996), debate sobre o desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense, onde analisa os fatores determinantes, que possibilitaram a sobrevivência do modelo de colonização da região.

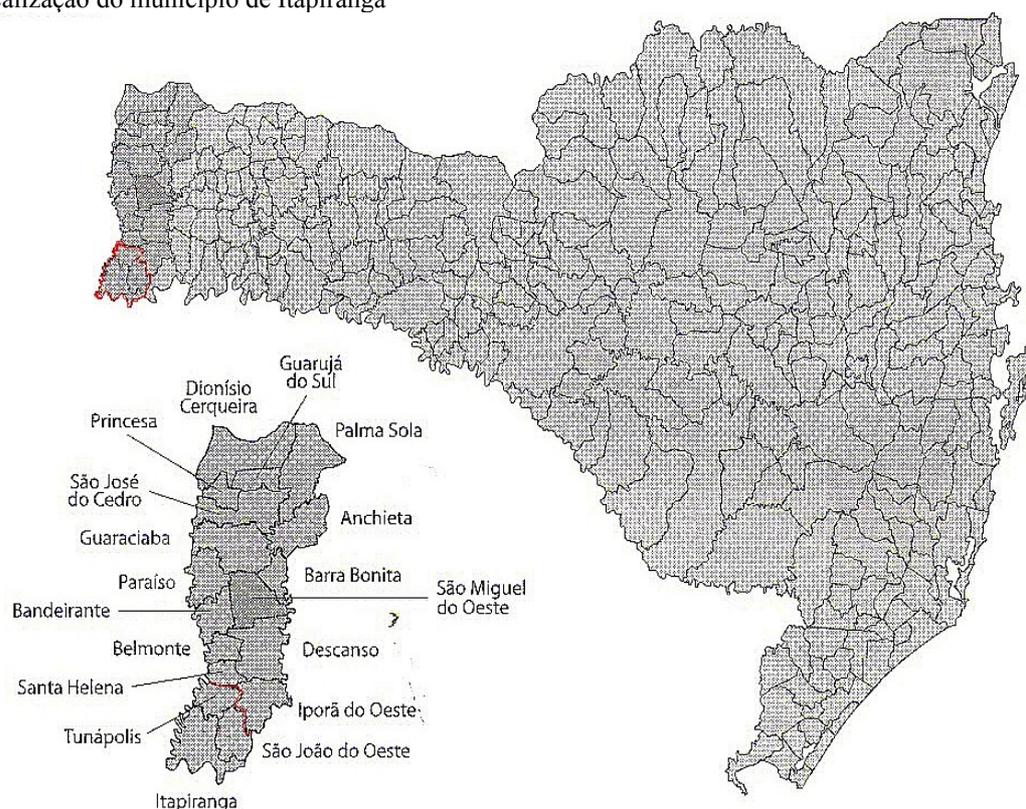
Os recursos naturais da região constituíram-se num dos pilares do processo de colonização em pequenas propriedades e com produção familiar de excedentes agrícolas. A existência de mata nativa exuberante e a boa fertilidade natural do solo propiciaram aos imigrantes uma forte base de produção. Da mata retiravam a madeira para a construção das instalações (casas, pocilgas, estábulos, paióis, etc.) e ainda para a venda. Do solo fértil as culturas (milho, feijão, trigo, etc.) passaram a retirar os nutrientes necessários para a produção. (TESTA *et al.*, 1996, p. 44).

Percebe-se que o modelo de produção agrícola do Oeste baseou-se na exploração dos recursos naturais, sem a necessidade do uso de insumos externos, uma vez que as terras novas propiciavam alta fertilidade, e esta esgotada, havia a possibilidade de avançar sobre uma nova área. Porém, o crescimento populacional e a intensificação do processo de exploração ultrapassaram os limites que a natureza possuía de regeneração, exigindo de seus atores a busca por modelos alternativos para sua reprodução social.

1.3 A colonização de Itapiranga

Itapiranga situa-se no extremo-oeste de Santa Catarina, fazendo limites com a república da Argentina por 85 km ao oeste, ao Sul com o Rio grande do Sul por 45 km, possuía originalmente uma área de 583,98 km², ou seja, 58.398 hectares. Em 1954 perdeu 50.000 ha para Mondaí, restando-lhe 533,98 km². Em 1989 ocorre a emancipação do distrito de Tunas, com o nome de, município de Tunápolis, da mesma forma, em 1993 ocorre o desmembramento do município de São João do Oeste. Atualmente Itapiranga possui uma área de 280 km², com uma população de 15.238 habitantes, sendo que 45,59% residem no meio rural e 54,41% residem na área urbana, conforme senso do IBGE de 2007.

Figura 1– Localização do município de Itapiranga



Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2003-2004

Segundo Jungblut (2000), Itapiranga surgiu de um empreendedorismo de colonização efetuado pela entidade filantrópica *Volkverein*⁶, financiada pelo banco *Sparkasse*⁷, a partir de 1926. A *Volkverein* foi a Associação dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, fundada pelo Pe. Teodor Amstad – SJ⁸ (Companhia de Jesus), em 1912. A Sociedade União Popular (SUP) é o mesmo que *Volkverein*, também conhecida simplesmente por VV. Esta associação planejou a instalação de uma colônia de cunho confessional exclusivamente para descendentes de alemães de religião católica. O local escolhido para a instalação foi

⁶ Organização social filantrópica criada em 1912, no Rio Grande do Sul, tinha por objetivo reunir os alemães para preservar os bons costumes, a cultura e a religião católica.

⁷ Nome dado às cooperativas de crédito dos colonos do Rio Grande do Sul (Banco do colono para colono).

⁸ Companhia do Sagrado Coração de Jesus (Sociedade Jesuíta).

Itapiranga, que originalmente teve o nome de Porto Novo. A fundação da colônia de Porto Novo/Itapiranga aconteceu em 26 de fevereiro de 1926, sendo aceita como a data de fundação do atual município de Itapiranga.

A propaganda veiculada no Rio Grande do Sul sobre as “maravilhas” de Porto Novo foi intensa. Para tanto foram usados panfletos, jornais revistas e livretos especiais, além do apoio da Igreja católica e campanhas feitas por gerentes das *Sparkassen* e líderes comunitários. A *Volksverein* contava com pessoas para passar de vila em vila e arregimentar interessados em migrar para a nova colônia. Os padres jesuítas foram grandes incentivadores do projeto e, dada sua credibilidade perante os colonos, sua propaganda tinha um grande poder de convencimento entre as famílias de colonos. (HAHN, 2005, p. 26).

A propaganda para o convencimento dos colonos riograndenses, para migrar a Itapiranga, além de estar baseada em terras extremamente férteis e paisagens exuberantes, foi incrementada com a propaganda de criação de uma colônia de cunho confessional católico e de origem alemã. O processo de convencimento contou com forte influência da Igreja, a qual dava o aval e a credibilidade, capazes de convencer os agricultores dispostos a explorar uma nova região que viesse a atender aos desejos de uma vida melhor para sua família e gerações futuras.

A *Volksverein* foi a responsável por adquirir os lotes da empresa Chapecó Pepery Ltda sediada em Porto Feliz (Mondaí). Conforme Sehnem (1999), cada lote de 24,8 hectares custava para a colonizadora o preço de um conto e cem mil réis⁹, incluindo-se custo de medição, abertura de estradas e feitura de pontes. A SUP adquiriu no total 2.340 lotes coloniais, porém, a comercialização destes lotes para os agricultores segundo Jungblut (2000), custava-lhes entre três contos e trezentos mil réis a cinco contos e quinhentos mil réis dependendo de sua localização. A venda era feita de forma parcelada, onde o comprador tinha que dar um conto de réis de entrada e o restante era financiado pela Caixa União Popular por quatro anos, a uma taxa de 7% de juros ao ano. Para quem pagasse à vista tinha um desconto de 10%, porém era cobrada a taxa de setenta mil réis a título de despesas administrativas.

A colônia que inicialmente era denominada de Porto Novo, em 1929, com a visita do presidente da província, Adolfo Konder, mudou seu nome para Itapiranga. Em Tupi-guarani itapiranga quer dizer “pedra vermelha”, conseqüência do solo basáltico predominante no município.

⁹ Padrão monetário oficial da época.

1.4 Aspectos comunitários e religiosos do projeto Itapiranga

A colônia de Itapiranga foi projetada para ser exclusivamente de colonos de origem alemã e católica. Esta organização surgiu devido a alguns conflitos existentes entre protestantes e católicos na Europa e também reproduzidos nas colônias do Sul do Brasil.

Os imigrantes europeus não portugueses eram protestantes ou católicos. Aqui, como lá, moravam misturados. Em certas circunstâncias, a questão gerava conflitos, como por exemplo, em casos de namoro entre pessoas de diferentes credos. A relação harmoniosa ou conflitante entre os credos também dependia muito da visão que o pastor/vigário tinha sobre a questão. No geral, a convivência sofria a interferência negativa do fator credo religioso. Havia quem alimentasse o sonho de morar em um lugar onde todos fossem da sua religião. (JUNGBLUT, 2000, p. 318).

Conforme o mesmo autor, os Padres Jesuítas vieram da Europa a partir de 1880, para cuidar da religião dos imigrantes alemães católicos do Rio Grande do Sul. O maior líder religioso deste movimento missionário foi o Pe. Teodor Amstad – S.J. que tinha extrema facilidade em relacionar-se, também com outras religiões, principalmente os Protestantes, tanto que fundou a associação interconfessional, a Bauerverein¹⁰, nas colônias velhas do Rio Grande do Sul.

Porém dentro desta associação surgiram divergências, na qual muitos pediam a divisão entre católicos e protestantes. Segundo Jungblut (2000), os católicos tomaram a iniciativa e fundaram o Volksverein em 1912, que possuía dentre seus objetivos, não publicados, a criação de uma colônia confessional de católicos de origem alemã, o que veio a acontecer em 1926 na colônia de Itapiranga.

¹⁰ Associação de agricultores, de caráter não confessional, seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores. Uma das principais idéias defendidas pela associação era o cooperativismo.

Deslocar-se para Itapiranga foi uma alternativa que se apresentou para os alemães católicos teuto-brasileiros que alimentavam o desejo de se estabelecer em um núcleo confessional. Logicamente que além da religião os imigrantes pensaram também em uma forma de ganhar a vida. Pela propaganda Porto Novo/Itapiranga parecia ser ideal.

Após a visita dos idealizadores do projeto de Porto Novo/Itapiranga, os primeiros colonos começaram a chegar. Em meio à mata fechada, encontram a sua nova realidade, onde não existia estrutura viária, social, educacional, de saúde, dentre outros. Fazia-se necessário iniciar o processo de abertura de áreas para as instalações iniciais. A necessidade de derrubada das matas é inevitável para o início da atividade econômica.

Não era só a exploração comercial da propriedade a preocupação dos colonizadores de origem alemã chegados às novas colônias. Além de obter o sustento, outros valores deveriam ser cultivados. Dentre eles, um dos principais era a vida comunitária e social.

A estruturação física e a demarcação das terras das comunidades rurais foram definidas de maneira a facilitar a integração das famílias. Os lotes deveriam convergir para um ponto que era o centro da comunidade (onde se expressava de maneira muito prática a vida em comum). Os núcleos foram projetados para acolher a todas as formas associativas da comunidade (Igreja, clubes, escola, cemitério e áreas de lazer), primando pelos valores espirituais e preservando o conservadorismo romântico já peculiar nas regiões de procedência do Rio Grande do Sul. (EIDT, 1999, p. 25).

Além da convivência comunitária, outra grande preocupação da Volksverein era com a formação/alfabetização dos filhos dos colonos imigrantes. Consideravam essencial que todos os membros da comunidade fossem letrados.

Conforme Jungblut (2000):

O alemão veio para o Brasil com uma visão de mundo que passava pela necessidade de oferecer a todos os elementos da comunidade o acesso as letras, à formação profissional, à espiritualidade religiosa. No Brasil, logo perceberam que o Governo brasileiro não cumpria programas desta natureza e trataram de promover: uma escola de formação primária; um professor que se adaptasse aos objetivos e às necessidades da escola, ou seja, que fosse capaz de ensinar a ler e escrever; que ensinasse aritmética, estudos sociais, ciências, religião, canções infantis e populares e que dirigisse cultos leigos aos domingos; uma capela onde todos pudessem se encontrar para rezar comunitariamente; dispor de um padre ou pastor. (JUNGBLUT, 2000, p. 562)

Para montar esta infra-estrutura os Itapiranguenses pioneiros tiveram que realizar diversos sacrifícios, tanto na prestação de serviços gratuitos, como na contribuição de valores em dinheiro ou em produtos agrícolas. Sob este ponto de vista, todas as comunidades têm pessoas que merecem ser lembradas e homenageadas pela contribuição que deram no planejamento e estruturação para o interesse comunitário. Segundo Jungblut (2000), a primeira obra de infra-estrutura de uma comunidade era sempre uma construção rústica em madeira, que servia de Schulkappelle (construção que servia como Igreja e Escola). Um povoado tinha que ter uma construção comunitária para que pudesse ser considerada comunidade. Passados em torno de cinco anos, era construída uma nova capela, tentando separar a igreja da escola, porém novamente em madeira.

Mantinha-se uma preocupação geral para com a alfabetização e formação dos filhos dos agricultores. Esta preocupação estava presente tanto para os agricultores, como para os colonizadores, mentores do projeto, sendo que buscavam dotar o povoado com a estrutura necessária, não esperando a interferência externa para que isto acontecesse.

Para Eidt (1999) a estrutura escolar envolvia toda a comunidade, que inicialmente implantava, em locais estratégicos, as denominadas Schulkapelen, e construíam também uma casa para o professor, bem como o pagamento de mensalidades para mantê-lo. Como o professor era o agente estratégico de ligação entre a Igreja e as comunidades rurais, estas (as comunidades) assumiam as condições materiais para que o professor estivesse mais disponível para suas extensas funções sociais e religiosas.

A vida social da comunidade estava centrada no papel do professor, sendo este o exemplo de comportamento social e o responsável por zelar pelos valores religiosos, morais e os bons costumes de todos os integrantes daquele grupo.

A escola foi, em primeiro lugar, pensada, projetada, executada, implantada e cultivada como uma instituição essencialmente comunal. Sua tarefa se resumia em atender as necessidades imediatas da comunidade em que se encontrava. Daí suas características institucionais ímpares e de perfil didático-pedagógico único. (RAMBO, 1988, p. 18).

A escola de perfil paroquial assumiu também a função de doutrinadora, onde os padrões e valores a serem seguidos eram aqueles orientados pela Igreja.

Desvinculada da estrutura do Estado, a escola e a sociedade civil foram modelados segundo o modelo da Igreja Católica e a ordem dos Jesuítas

(acentuada espiritualidade, disciplina rígida, obediência cega, condenação do mundo moderno e outros princípios). A educação escolar era vista como uma extensão familiar. A formação de um bom caráter justificava uma ação pedagógica severa e rígida a fim de encaminhar e manter os educandos na verdade e no bem. (EIDT, 1999, p. 27).

Em Itapiranga, primou-se muito pelo despertar das vocações. O Pe. Oscar Puhl foi um dos grandes motivadores para que isto ocorresse. Segundo Jungblut (2000, p. 588), “o rebanho piedoso itapiranguense internalizou o princípio de que a vocação era um chamado divino e, por isso, ingressar na vida religiosa não era somente um ato voluntário ou um capricho pessoal, mas sim uma dádiva divina, quase alheia, reservada para alguns especiais e escolhidos”. Os pais sentiam-se muito orgulhosos em poder afirmar que possuíam um filho padre ou uma filha religiosa. A Igreja sabia da importância da formação de novos sacerdotes que estariam assumindo a coordenação dos trabalhos iniciados no projeto de colonização de Itapiranga. Ela procurava incutir na população a necessidade de despertar novas vocações e vocacionados. Segundo Jungblut (2000), o Pe. Oscar Puhl pregava às famílias que uma vocação nascia e se alimentava na oração do vocacionado, da comunidade e de sua família.

Por outro lado, freqüentar o seminário passou a ser uma estratégia para aqueles que desejassem continuar seus estudos, já que as escolas paroquiais ofereciam apenas a formação primária e em alguns casos algumas séries do ginásio. São muitos os exemplos de jovens que impossibilitados de continuar seus estudos próximos à sua comunidade, que partiram para os seminários com este fim. Muitos desses jovens que partiam para o seminário acabavam abandonando suas vocações e retornavam para assumirem a regência de uma escola em sua região de origem. Segundo Eidt (1999, p. 37), “uma análise mais profunda sobre os primeiros professores paroquiais do município dão conta que os seminaristas egressos de seminários ou colégios religiosos, compuseram um número significativo de professores para atuar junto às escolas paroquiais”. Percebe-se neste ponto, que o jovem não vendo alternativa para a sua condição social e muitas vezes não conformado com o que o destino lhe apresentava, buscava outra estratégia para sua vida. Desta forma, utiliza-se do juvenato e seminário para dar um novo encaminhamento, mesmo que para isto em certo momento tenha que contrariar a vontade da família.

Também cabe lembrar a construção do Colégio Agrícola em Sede Capela, a constituição e construção do Frigorífico SAFRITA (Sociedade anônima frigorífico de Itapiranga) dentre tantas outras obras, que envolveram o esforço comunitário e a doação de materiais e trabalho voluntário. Esta disposição de dotar a comunidade da infra-estrutura para

seu desenvolvimento fica evidente no depoimento abaixo e demonstra a preocupação com a mobilização do capital social para dotar a colônia de infra-estrutura.

“A gente começou a trabalhar com a cara e a coragem, por que de herança recebemos muito pouco, até porque os pais ainda tinham muitos filhos menores, precisávamos providenciar desde as ferramentas e os animais para o trabalho, a moradia, enfim tudo, por que até ali só existia o mato e a vontade de ganhar a vida. Mas logo vieram as outras preocupações: contribuir para a construção da Igreja nova, a escola estava em condições precárias, nossos filhos precisavam de espaço próprio para estudar. Daí vem o Pe Oscar Puhl, dizendo: ”vamos construir um Seminário em Sede Capela, e para isto vamos usar da pujança de nosso povo que é organizado, prospero e tem espírito de doação comunitária”. Em determinadas épocas a situação ficou tão difícil que chegamos a nos preocupar em colocar o pão na mesa. Veja só, eram seis filhos pequenos, a propriedade ainda não estava estruturada e gente tinha que ajudar com produção, com dias de serviço e tinha que ir a festa do seminário para ajudar a arrecadar dinheiro para a construção. Muitas vezes chego a me perguntar: como a gente não tinha coragem de se revoltar diante daquela situação? Naquela época (anos sessenta), a maior preocupação era com a vida comunitária, você podia ser pobre, mas não deveria deixar de contribuir com a comunidade. O salão da comunidade era outro exemplo, onde se tinha que ajudar, porque era ali que a gente ia participar dos bailes, festas e eventos esportivos e isto só poderia existir com o esforço coletivo”. (Entrevistado M. F. S. da comunidade de Linha Chapéu, Itapiranga).

A mobilização do capital social para dotar a colônia da estrutura necessária também é descrita por Hahn:

Em 1932, já se pode ter uma primeira demonstração da capacidade de mobilização do capital social e econômico na nova colônia. No dia 21 de outubro de 1932 foi fundada em Itapiranga, com 41 sócios a primeira cooperativa de crédito de Santa Catarina, sob a denominação de Caixa Rural União Popular, ligada à central das Caixas Rurais (*SPARKASS*) do Rio Grande do Sul. A constituição desta cooperativa se deu devido à dificuldade sentida na colônia Porto Novo de acesso ao crédito das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. (HAHN, 2005, p. 45).

Em seus estatutos sociais as caixas rurais deixavam claros seus objetivos, que eram de combater a usura, fornecendo crédito a juros moderados somente para os seus associados, para que pudessem adquirir os equipamentos e materiais necessários à exploração de seu trabalho. (Estatuto da Caixa Rural União Popular de Porto Novo, 1932).

Da mobilização do capital social da comunidade itapiranguense, dentre outros, restaram exitosos até hoje principalmente: a Caixa Rural (Crédi Itapiranga); a Cooperativa

Agropecuária (Cooperita/Cooper A1); o Frigorífico SAFRITA (Seara/Cargil); a Laticínio São João; e a Escola de Ensino Profissionalizante (Colégio Agrícola).

As transformações ocorridas ao longo da história do município de Itapiranga trouxeram mudanças significativas nos sistemas de produção e no modo de vida de seus colonizadores. A implantação do sistema de integração entre agricultores familiares e as agroindústrias levou a individualização das unidades de produção, fazendo com que o espírito comunitário aos poucos fosse relegado à segundo plano, para muitos agricultores.

1.5 A sobrevivência econômica do projeto colonização de Itapiranga

A sobrevivência de um projeto de ocupação depende principalmente de sua capacidade econômica, visto que seus atores necessitam basicamente garantir os recursos para a subsistência de seu grupo social. O projeto de ocupação de Porto Novo não poderia ser diferente.

A chegada dos primeiros imigrantes a Itapiranga foi acompanhada de muitas dificuldades, sendo que foram obrigados a instalar-se no meio da mata fechada, sem estradas, sem atendimento médico, sem acesso ao comércio, enfim relegados a sua própria sorte. As alternativas de atividades econômicas não existiam, cabendo à SUP buscar alternativas para evitar a frustração total de seu projeto de ocupação.

Segundo Jungblut (2000, p.423) os primeiros colonizadores que vieram morar em Itapiranga eram “pobres lavradores, alfabetizados, sem conhecimento tecnológico agropecuário. Seus pertences eram: algumas roupas para o corpo, cama e cozinha; poucos utensílios domésticos; um e outro instrumento para o trabalho e um trocadinho de dinheiro”. Porém, o que se percebe ao longo da trajetória deste povo, era de que traziam consigo a vontade de vencer as dificuldades e prosperar na vida. O que pode ser observado no depoimento a seguir:

“Vim para Porto Novo em 1926 com meus pais Leopoldo e Idalina. Eles já tinham seis filhos quando vieram. Quando viemos meu pai comprou três colônias de terra onde hoje moramos, Santa Fé Baixa. Construímos primeiro na beira do Uruguai enquanto derrubamos o mato do

nosso lote. [...]. Meu pai veio com uma carrocinha puxada a burros até Mondai. De lá até aqui veio a pé. Depois o pai voltou para buscar a família. Daí viemos até o Rio da Várzea e seguimos com lancha. [...] A mudança foi descarregada sobre uma rocha no leito do Uruguai e dali carregamos nas costas até a nossa casinha. Morávamos em Selbach e a terra era ruim. Puro campo. Além disso, meu pai era do tipo que gostava da idéia de novas colonizações e migrar. No começo nós filhos, um tanto pequenos, achamos tudo muito bonito. Tinha tanto peixe graúdo que fascinava. Pescávamos todos os dias. O lugar era novo. A primeira casinha construímos com troncos de canela e guatambu. Rachamos os troncos em pranchões e construímos o rancho. Cobrimo-lo com *Schindel*, media mais ou menos quatro por 5 metros e tinha um anexo para cozinha de três por 4 metros. O chão era de terra pisada. A cama era feita de quatro cepos de tronco de tora sobre os quais se arranjava pranchões e varas. Cobríamos a armação com palha [...] Naquele tempo não era tão frio. Não dava geada como hoje. Cobertas a gente quase nem usava e nem tinha. Todos dormiam juntos. Isto tinha que dar certo, forçosamente.”¹¹. Entrevista de Bertholdo Wolfart (Linha Santa Fé, Itapiranga).

Mesmo com estrutura bastante precária, o que se percebe neste e em outros depoimentos é que a persistência, a organização e o espírito comunitário dos colonos imigrantes, foram fatores decisivos para o sucesso da colonização de Itapiranga.

A estrutura organizacional do projeto estava pautada num conjunto de normas e valores rígidos e inquestionáveis: a estrutura fundiária de pequenas propriedades de subsistência, (em média 25 hectares por família), utilização da mão de obra familiar, acentuado espírito comunitário com ampliação de valores como igualdade e solidariedade. Sendo a solidariedade, ainda hoje, uma característica presente na população de Itapiranga. (EIDT, 1999, p.9).

Uma das grandes preocupações de sobrevivência do projeto era o estabelecimento do comércio que possibilitasse a obtenção de ingredientes externos à propriedade, os quais obrigatoriamente deveriam ser adquiridos pelos agricultores familiares recém chegados à nova colônia. Não bastava produzir nas terras férteis da colônia, pois havia a necessidade de comercializá-la, para adquirir os elementos básicos para o consumo do grupo familiar, sendo eles o sal, a querosene, tecidos e outros.

A *volksverein* percebeu a necessidade de apresentar alternativas que pudessem viabilizar a permanência dos desbravadores em Itapiranga e desta forma buscou alternativas. Num primeiro momento buscou a produção de porcos do tipo banha, a qual seria vendida para idades maiores do Rio Grande do Sul. Porém, a dificuldade de armazenagem e de transporte

¹¹ Trechos da entrevista coletada por Tarcisio Sehn, gravada em fita cassete, arquivada no museu de Itapiranga, em dezembro de 1995.

quase inviabilizou esta atividade. Por outro lado, a colonizadora procurou oferecer alternativas, realizando parcerias com empresas fumageiras do Rio Grande do Sul para a produção de fumo, atividade que até hoje é desenvolvida por um significativo número de propriedades rurais em Itapiranga.

Embora as terras fossem muito férteis por natureza, nos primeiros três anos, não havia o que vender e, quando havia, não tinha comércio e nem quem pudesse comprar. Somente em 1928 foram criados os primeiros porcos para produzir banha, porém não tinha preço e nem comércio. A banha deteriorava-se nas propriedades. Para trazer outra fonte de renda a *Volksverein* conviniu com as fumageiras do Rio grande do Sul e dispôs de um técnico que trabalhava no serviço de orientação. (JUNGBLUT, 2000, p.428).

O agricultor de Itapiranga tinha poucas opções de produção, visto que a concentração urbana local praticamente inexistia nessa época, portanto, o consumo local era muito reduzido. Da mesma forma, os postos de comercialização eram muito raros. A necessidade de vender o excedente produzido na propriedade, e comprar mantimentos externos que não podiam ser produzidos pelo agricultor, somando-se as necessidades de compras de poucos moradores urbanos, despertou para o surgimento do Comerciante local. “Ele era o agente capaz de comprar os produtos dos agricultores, atribuir-lhes um preço e transportá-los para um centro maior. Da mesma forma, era ele quem trazia os produtos externos, os quais o agricultor tinha que comprar, a exemplo de calçados, roupas, querosene e outros” Strieder, (2000, p. 29).

A relação econômica mais importante das primeiras décadas foi, certamente, a que se estabeleceu entre comerciantes e as unidades produtivas chamadas "colônias". A palavra colônia tem um duplo significado: designa a área rural (com suas "linhas"), em sua totalidade, e sua fração mínima, o lote ou pequena propriedade familiar do colono, unidade de produção policultora, cujos excedentes são comercializados por meio das trocas realizadas nas "vendas", em que passavam às mãos dos comerciantes.

Seyferth (1999), ao falar das relações comerciais entre os comerciantes e agricultores diz que no início, estas operacionalizações ocorriam sem o uso de dinheiro, em um sistema de trocas no qual deixavam seus produtos e levavam mercadorias não produzidas na colônia

como: ferramentas, equipamentos, sal, querosene, tecidos etc.”. Esse tipo de comércio cresceu com a expansão da área colonizada, apesar do início bastante modesto. Cresceu porque os "vendeiros" tinham o controle dos mecanismos que regulavam as transações: arbitravam o valor das mercadorias trocadas, instituíram um sistema de conta corrente (assinalando o que era deixado pelos colonos e o que estes levavam em troca, em um processo quase infundável de endividamento dos que produziam menos excedentes). Resumindo, os excedentes econômicos oriundos da produção agrícola camponesa acumularam-se nas mãos dos “vendeiros”.

Segundo Strieder (2000), o papel do comerciante não se limitava apenas à compra dos produtos excedentes produzidos pelo agricultor, mas ao mesmo tempo fornecia “tudo” o que eles precisavam. Em sua grande maioria, o comércio praticava uma espécie de escambo, pois as compras eram feitas sem dinheiro e o agricultor mantinha uma espécie de “conta corrente” junto ao comerciante, que sofria constantes alterações e variações entre crédito e débito. O responsável pelo estabelecimento dos preços dos produtos a serem comercializados pelo agricultor era o comerciante. Desse entendimento deduz-se que a existência de liberdade para comercializar e mesmo para estabelecer preço para seus produtos, não se constitui uma prática histórica no seio dos pequenos agricultores.

Com o passar dos anos, a partir da década de quarenta, outras atividades econômicas passam a ser implantadas no território itapiranguense. Surgiu o comércio para a venda de aves, estas transportadas vivas para as cidades gaúchas. A manteiga e os ovos foram também produtos exportados de Itapiranga (JUNGBLUT, 2000). Alguns produtos da agricultura passaram a abastecer o mercado local, em menor escala, porém com relevância econômica significativa para os agricultores familiares. O comércio de ovos, leite, nata, queijo, manteiga, feijão foram os principais produtos de comercialização local.

Conforme Jungblut (2000), a banha foi o primeiro produto comercializado fora de Itapiranga, o que proporcionava aos colonos a primeira forma de obtenção de algum dinheiro vivo. Até a década de 1960, os porcos eram criados sem muitos cuidados e tecnologia. A partir de 1962 com o surgimento da SAFRITA (Sociedade Anônima Frigorífico de

Itapiranga), o acompanhamento técnico da ACARESC (Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina) e a instalação da Escola Agrícola, surgem novas técnicas de criação e manejo, bem como novas instalações são construídas com a finalidade de criação e engorda de suínos.

O período entre o início da colonização e o início dos anos de 1960, foi marcado pela agricultura tradicional trazida pelos pioneiros, em que o trabalho era movido principalmente à tração animal e força humana. As práticas agrícolas eram rudimentares, o que conseqüentemente proporcionava baixa produtividade e o exaurimento do solo. Este fator foi decisivo no empobrecimento geral da micro-região de Itapiranga.

A sobrevivência econômica do projeto Itapiranga encontra-se na década de sessenta em uma fase delicada, e se fez necessária a interferência da empresa colonizadora para que um novo impulso fosse dado para a consolidação do projeto.

Diante desse quadro, a *Misereor*¹², entidade com sede na Alemanha, que através da *Volksverein* constantemente remetia recursos para a região demandou a elaboração de um plano de desenvolvimento com análise de viabilidade como condição para que continuasse a beneficiar a região com as suas verbas. Assim, por iniciativa da *Misereor* e com o apoio da Prefeitura, da *Volksverein* e da Caixa Rural, foi contratada, no início dos anos 1960, a empresa Agro e Hidrotécnica de São Paulo¹³, especializada em planejamento estratégico, para fazer um minucioso levantamento sócio econômico, com o objetivo de elaborar um plano de desenvolvimento para o município. (HAHN, 2005, p. 58-59).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Econômico (1962) em 1962 Itapiranga possuía 14.468 habitantes, sendo que 82,78% estavam na agricultura, restando 17,2% da população dividida entre as demais atividades. A projeção que se fazia para 1965 era 17.590 habitantes e para 1970 de 20.840 habitantes, e possuía poucas expectativas de inserção no mercado regional, pela sua economia baseada exclusivamente no setor primário. Desta forma, estava explícita a problemática, sendo um município essencialmente agrícola, não havendo novas áreas para expansão das lavouras e não existindo uma perspectiva de desenvolvimento, o projeto de colonização corria sérios riscos de fracassar.

¹² A *Misereor* é uma Organização Episcopal da Alemanha que, na sua origem, se ocupava de obras de caridade desenvolvidas pelos católicos alemães em favor das populações famintas de todo mundo. Atualmente esta organização trabalha especialmente com organizações não governamentais em projetos que visam a melhoria das condições de vida de pequenos agricultores, bem como, comunidades da periferia das cidades.

¹³ Empresa especializada em planejamento estratégico era uma filial da “*Agran und Hidrotechnik*” de Dusseldorf, na Alemanha.

Percebeu-se no estudo realizado junto aos agricultores pluriativos de Itapiranga, e nas conversas com pessoas mais experientes que o levantamento realizado no período de novembro de 1961 a fevereiro de 1962, pela Agro e Hidrotécnica, é o mais completo já realizado no município. Este levantamento identificou detalhes pormenorizados da estrutura sócio econômica do município. O plano de desenvolvimento elaborado a partir deste estudo apontou alternativas para as mais diversas áreas econômicas de Itapiranga. A partir do levantamento sócio econômico a empresa Agro e Hidrotécnica pôde recomendar o desenvolvimento de ações específicas capazes de proporcionar o desenvolvimento nas diferentes áreas de atuação. Foram apresentadas sugestões a curto, médio e longo prazo.

Na área da educação foram sugeridas as formações de líderes rurais, a construção de pequenas bibliotecas sobre economia e atividades rurais e o oferecimento de cursos de economia doméstica. Estas medidas deveriam ser tomadas no curto prazo. No longo prazo foi sugerida a construção de uma Escola Agrícola de segundo grau para a formação profissional dos filhos dos agricultores. (PDEMI, 1962, p. 22).

Para a saúde foram recomendados o controle do alto grau de verminose, o reaparelhamento dos três hospitais que já na época existiam no município e a promoção de higiene do lar. No médio prazo, foram sugeridas a instalação de uma estação de tratamento de água - o que aconteceu em 1967- e a instalação de rede de esgoto na sede do município (PDEMI, 1962, p.23). Esta obra foi iniciada em 1981 e continua sendo estendida até hoje.

No setor dos transportes, as principais sugestões foram a melhoria urgente da malha rodoviária com prioridade para a rodovia que dava acesso aos municípios de Mondaí e Chapecó, o asfaltamento da rodovia de acesso a São Miguel do Oeste - que aconteceu em 1978 - e a construção de um aeroporto de porte médio, (PDEMI 1962, p.24). A obra do aeroporto de Itapiranga foi concretizada em 1977.

Para as comunicações foi sugerida a ligação da rede telefônica com as linhas da companhia telefônica de Santa Catarina (TELESC) - feita em 1977 - e a aquisição de um canal de rádio - realizado em 1963. Já no setor da energia elétrica as recomendações foram no sentido de aumentar a oferta e de proceder a ligação da rede local, que trazia energia do Rio Grande do Sul, com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) (PDEMI, 1962, p. 24). A instalação da uma Sub-estação da CELESC em Itapiranga aconteceu em 1970.

Na agropecuária, setor em que se encontravam as maiores dificuldades, as sugestões eram de melhorar os índices zootécnicos dos rebanhos, a sanidade e genética dos plantéis e a produtividade das principais culturas e criações (PDEMI, 1962, p. 32). O instrumento seria a

assistência técnica aos agricultores, que começou a melhorar a partir de 1964 quando foi instalado no município um escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), que desenvolveu inúmeros trabalhos junto às propriedades agrícolas.

Ainda neste processo houve a sugestão de industrialização dos produtos do agricultor local, sendo sugerida a instalação de um abatedouro de suínos e a construção de uma indústria de laticínios (PDEMI, 1962, p. 39), objetivando oportunidade de comercialização para um maior número de produtores.

A partir da década de sessenta (1968 a 1983), com as inovações implantadas nos rebanhos suíno, bovino e de aves, o consumo crescente de cereais na fabricação de ração para os animais, intensificam-se os cultivos de milho e soja, para a comercialização *in natura*. Estes dois produtos assumem o papel de culturas principais, em que grande número de agricultores familiares passam a basear a economia de suas propriedades na produção e comercialização dos mesmos. (JUNGBLUT, 2000). Em 1978 inicia-se em Itapiranga, o processo de integração/fomento, agroindústria/agricultor familiar, modelo já introduzido pela Sadia em 1964, copiado dos norte-americanos.

A partir da década de oitenta, o processo de fomento/integração se intensifica, desta forma se dá a concentração de grande número de animais por propriedade, gerando a vinculação do agricultor familiar à agroindústria. Neste período, tem-se em Itapiranga a exclusão de parcela dos agricultores que tinham como base econômica a policultura vinculada à suinocultura, sendo que ocorre o encaminhamento de uma parcela dos membros das famílias de agricultores na busca de renda complementar para o seu grupo econômico. Assim sendo, lenta e gradativamente passa a criar expressão o papel da pluriatividade para a reprodução social da agricultura familiar em Itapiranga.

Segundo Rambo (2004), o frigorífico para abate de suínos SAFRITA – Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – foi fundado em 1962 e inaugurado em 19 de fevereiro de 1967. Inicialmente, o controle acionário pertencia a um grupo empresarial de Itapiranga. Depois passou para o Grupo Ceval Industrial. No ano de 1997, o grupo Ceval vendeu o frigorífico para uma empresa Argentina Bunge International e esta vendeu-a para a Norte Americana Cargil. Atualmente, a unidade da agroindústria de Itapiranga chama-se Seara/Cargil S/A, e gera mais de 3.500 postos de trabalho diretos.

A Agroindústria de Itapiranga, Seara/Cargil S/A, trabalhou inicialmente com o abate e integração de suínos e aves, sendo o abate de suínos o carro chefe da linha de produção.

Atualmente a unidade local trabalha apenas na linha de abate de aves, tendo transferido o abate de suínos para a cidade de Seara/SC, porém mantendo o sistema de integração para ambas as atividades. A contribuição do frigorífico para o desenvolvimento econômico de Itapiranga tem se mostrado expressiva, empregando grande parte dos agricultores pluriativos.

Por sua vez a reunião de fundação da empresa de laticínios, que inicialmente funcionava num sistema de cooperativa, foi realizada no dia 04 de agosto de 1962, conforme (HAHN, 2005). O laticínio para o processamento do leite foi instalado no ex-distrito de São João (hoje município de São João do Oeste), passando por diversas dificuldades de ordem estrutural e financeira, e recentemente foi transformado em posto de resfriamento de leite. Em Itapiranga, atualmente, há três empresas de laticínios de iniciativa privada: a Laticínios Cedrense, com sede em São José do Cedro/SC, a Coper A1 com sede em Palmitos/SC e a Laticínios Tirol, com sede em Treze Tílias/SC. As filiais de Itapiranga compram e resfriam o leite do município e transportam-no à suas matrizes para o processamento de derivados.

A Escola Agrícola Profissionalizante - EAPI, projetada no plano de desenvolvimento econômico também tem sua efetiva implantação. Conforme Sehnem (1999), na década de 1960 iniciam-se as tratativas para elaboração e viabilização do projeto técnico de construção da estrutura física, sob a coordenação do Jesuíta Pe. Oscar Puhl, que passou a coordenar o processo de viabilização e a concretização desta proposta. Em 27 de março de 1980, através de convênio assinado com a FESC (Fundação Educacional de Santa Catarina), entram em funcionamento oficialmente as atividades do Curso Técnico em Agropecuária, com uma turma de 63 alunos.

Atualmente, o Ensino Agrícola Profissionalizante, após um longo período de coordenação pela Secretaria Estadual da Educação de Santa Catarina, voltou ao controle e coordenação da Sociedade Antônio Vieira, dos Padres Jesuítas. São oferecidos os cursos de Ensino Médio Concomitante, onde o aluno em um turno frequenta as disciplinas do curso de Ensino Médio Geral e noutro frequenta as disciplinas do curso Técnico em Agropecuária; e o curso de Técnico em Agropecuária Pós-Médio, no qual o aluno depois de ter concluído o Ensino Médio, frequenta pelo período de dezoito meses apenas as disciplinas específicas da área agrícola. A instituição em seus 29 anos de história já formou mais de 1.700 técnicos em agropecuária, conforme o Diretor Geral José Orlando Kuhn.

No mesmo prédio da EAPI, funcionam atualmente quatro instituições de ensino: 1- Escola Municipal Pe. Oscar Puhl, com alunos de educação infantil e ensino fundamental até a 4ª série, mantida pela Prefeitura Municipal de Itapiranga; 2 - Escola de Educação Básica São José, com alunos de ensino fundamental, 5ª a 8ª série, e ensino médio, mantida pela Secretaria

Estadual de Educação de Santa Catarina; 3 - IAESC (Instituto de Educação São Canísio), que oferece o curso de técnico em agropecuária, mantido pela Sociedade Antônio Vieira dos Padres Jesuítas; 4 - FAI – Faculdades de Itapiranga, com alunos de graduação em Agronomia e Veterinária, mantida pela Sociedade Educacional de Itapiranga. Atualmente freqüentam diariamente os quatro espaços educacionais cerca de 1.040 alunos.

Anos de profundas mudanças no sistema econômico se sucederam a partir de 1962, a micro-região de Itapiranga, com dificuldades econômicas e organizacionais, começa a encontrar um novo rumo para o desenvolvimento. Surge o frigorífico, a indústria de laticínio, a escola agrícola, a cooperativa de agricultores, a oferta de financiamentos públicos para o desenvolvimento da agropecuária. Em pouco mais de vinte anos a região se transforma e uma nova realidade se apresenta.

Ao mesmo tempo, que se elaboram alternativas econômicas abre-se espaço para que membros da agricultura familiar passem a desenvolver tarefas estranhas ao cultivo e criação. Os agricultores familiares passam a destinar parte de sua força de trabalho para a obtenção de renda complementar, o que está agora possível por existirem alternativas de trabalho, seja no frigorífico, no laticínio, na cooperativa, entre outros. Para que existisse essa condição, foram necessários esforços conjuntos entre iniciativa pública e privada, para assim dotar a comunidade local dos instrumentos necessários para sua inserção no mercado regional.

A atuação conjunta dos setores público e privado também tem contribuído decisivamente para o crescimento da economia regional. O primeiro, por meio de linhas especiais de financiamento e serviços de pesquisa, assistência técnica e ações de apoio ao desenvolvimento, como a construção da infra-estrutura viária. O segundo através de investimentos e organização do processo industrial e a conquista de mercados. (SEHNEM, 1999, p.62).

Uma vez criados os investimentos estruturais, a agricultura local passa a vivenciar uma nova realidade, onde a dificuldade de comercializar seus produtos, bem como a distância entre o produtor e o mercado consumidor é reduzida, possibilitando o aumento da produção. Por outro lado, o uso de técnicas e tecnologias modernas faz com que o agricultor se torne dependente da orientação técnica, que passa a ser de iniciativa privada. Desta forma, a agroindústria passa a exigir em ritmo acelerado a eficiência produtiva do agricultor.

A vida do agricultor de antigamente, ou seja, anterior a indústria, passava devagar, calmamente, caracterizando-se pela “liberdade e autonomia”. A agroindústria atropelou a propriedade rural e o seu proprietário. Obrigou-os à modernização de forma urgente, forçando a

todos a novos modos de agir e de se comportar. (JUNGBLUT, 2000, p.517).

Com o surgimento do frigorífico inicia-se o sistema de integração de suínos que em seguida é estendido para a avicultura, fumo e outras atividades agropecuárias de menor expressão, onde o agricultor passa a ser uma espécie de prestador de serviço, sempre a disposição do integrador. Por outro lado, a extensão territorial da propriedade do agricultor familiar, as condições de relevo acidentado e pedregosidade das propriedades, impossibilitaram sua mecanização, restringindo a exploração econômica.

Segundo Eidt (1999), o modelo de desenvolvimento regional que estava pouco integrado com a economia nacional até o início da década de 1960, sofreu uma profunda mudança, obrigando os agricultores a se modernizarem e introduzir novas técnicas na agricultura e na pecuária. A adoção de tecnologia para o aumento da produção direcionada ao mercado passa a ditar as novas relações de trabalho no meio rural.

Para Sehnem (1999), esta modernização da agricultura foi constituída no âmbito do Estado brasileiro, especialmente a partir do final dos anos 60, quando passou a se expandir às diversas regiões do país, chegando também ao Oeste do Estado de Santa Catarina. Neste, encontrou um conjunto de características que potencializaram a modernização como:

- a) a existência de uma produção familiar dinâmica já articulada, mesmo que informalmente, ao processo de agro-industrialização na atividade suinícola;
- b) um parque agroindustrial em expansão, concentrado nas atividades de produção e industrialização de matérias-primas agrícolas;
- c) um serviço público de assistência técnica e extensão rural executado pela ACARESC, preparada para atuar em todo Estado, dando suporte à necessidade de fixação e adaptação da tecnologia agropecuária. (SEHNEM, 1999, p. 64).

Ao mesmo tempo em que houve a modernização da agricultura, houve também a marginalização de um percentual significativo de agricultores familiares de Itapiranga, que por diversos fatores deixam de ser competitivos no mercado. Fatores estes nem sempre intrínsecos a propriedade e à economia local, mas que no contexto geral inviabilizam sua permanência no modelo tradicional. De forma mais intensa, a partir da década de 1990, ocorre em Itapiranga um novo redirecionamento da mão de obra do grupo familiar agrícola, que marginalizado no modelo descrito, busca fontes de renda complementares para garantir a reprodução social de seu grupo.

Uma análise do processo de ocupação de Itapiranga, do planejamento das estratégias de desenvolvimento, da mobilização do capital social, aliados ao processo de modernização da agricultura auxilia na compreensão da atual tendência do agricultor familiar em desenvolver a pluriatividade para garantir a reprodução social de seu grupo.

1.6 As concepções de meio ambiente dos colonizadores de Itapiranga

Para entendermos o tratamento dado a natureza pelos colonizadores de Itapiranga é importante realizarmos um resgate histórico, para identificar as causas que levaram ao tipo de tratamento dado pelos agricultores de Itapiranga ao meio ambiente. Sua chegada na colônia lhes apresentava uma situação em que a mata fechada era a vegetação predominante, e ele estava ali para praticar a agricultura através do cultivo de cereais e a criação de animais domésticos.

É importante destacar que a preocupação para com a preservação dos recursos naturais esteve presente desde o início do século XX, no processo de ocupação e colonização no Sul do Brasil. Este assunto era tema recorrente na realização dos congressos católicos realizados no Rio Grande do Sul, iniciados ainda antes de 1900. O relacionamento dos imigrantes com o meio ambiente era tema constantemente abordado. “Queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade eram temas recorrentes”. (WERLE 2006, P.157). Esta preocupação aparece no depoimento de Jacob Becker, Presidente da Wolksverein em 1926, que assim se manifestou:

Em nossa atual maneira de conduzir a agricultura, o retrocesso é inevitável. Continuamente se retira a fertilidade do solo e nada é feito para recuperá-lo. Em longo prazo, isto significa o mesmo que ordenhar continuamente uma vaca, sem alimentá-la. O resultado é o esgotamento. Deste modo, por exemplo, a floresta é devastada cada vez mais, mas como fica com a preservação e o replantio? Neste ponto, a ajuda do governo estatal é necessária. De fato já foram elaboradas leis para impedir o desmatamento nas encostas de morros, assim como foram nomeados funcionários florestais, mas o que vemos na prática? (WERLE, 2006, P.158).

Percebe-se no depoimento que a legislação ambiental já existia em 1926 e que a sociedade possuía conhecimento sobre ela. Porém, o que fica claro é que os responsáveis pela aplicação da legislação tinham atuação duvidosa sendo que não atingiam os objetivos propostos.

A inexistência de uma política oficial de preservação da natureza fez com que os congressos católicos assumissem em parte essa função. Em suma, pode-se apontar conforme Werle, alguns métodos não adequados nos tratos culturais e do solo, apontados pelo congresso católico de 1919:

“Os principais métodos de trabalho considerados ultrapassados e problemáticos, podendo-se citar as queimadas (que ocorriam depois da colheita a fim de limpar a terra e eliminar as ervas daninhas). O desmatamento indiscriminado, principalmente das encostas dos morros, a ausência de adubação, ausência de rotação de cultura como forma de combater tal cultivo predador, sugeriu-se uma série de novos métodos de trabalho e técnicas de cultivo. Três pontos principais foram enfocados nos primeiros Congressos: plantio de árvores, adubação e rotação de culturas”. (WERLE, 2006, p.160).

Porém, a cultura que estava difusa entre os agricultores de Itapiranga muitas vezes não era a mesma pregada nos congressos católicos, pois os agricultores, conforme depoimento transcrito a seguir, estavam preocupados em abrir áreas de mata para iniciar a produção de culturas anuais.

“A chegada dos desbravadores nas novas colônias lhes impunha uma condição que exigia a derrubada da mata e a abertura de áreas para instalação da propriedade, bem como a implantação de áreas de cultivo. Era comum medir-se a competência de um desbravador a partir da quantidade de mato derrubada a cada ano. Não se tinha muita preocupação com a mata perto dos riachos, porque água tinha a vontade. Às vezes, não se derrubava perto dos riachos porque era muito úmido e era difícil de ficar no ponto para queimar. Não existia nenhum tipo de cobrança sobre a questão ambiental por algum órgão oficial de governo, a nossa lei era abrir as colônias e eliminar o mato. Adubar no início a gente não precisava, mas logo se viu que a terra ia ficando cansada”. (depoimento de L.M., Linha Chapéu, Itapiranga).

O ponto de vista descrito pelo entrevistado é corroborado por Jungblut (2000), quando diz que nos primeiros anos da colonização de Itapiranga as técnicas de conservação do solo eram mínimas e as práticas principais consistiam em: derrubar o mato, fazer a queimada, plantar e capinar o inço, colher e assim sucessivamente. No início da colonização a maioria dos colonos utilizava o sistema agrícola de pousio, que consistia em derrubar e queimar a

mata, cultivar a clareira por alguns anos e depois deixá-la em repouso, para o surgimento da mata secundária. Este sistema era comumente denominado de sistema de roça ou capoeira de acordo com Weibel (1949). O pousio era uma forma de dar um tempo para a recuperação dos solos. É quando eles têm que produzir mais, com a revolução verde, que isto se agrava.

Os anos de colonização se passaram e as práticas agrícolas continuaram sendo as mesmas. Isto se observa no Plano de Desenvolvimento Econômico do Município de Itapiranga ao descrever sobre o combate à erosão do solo em 1962: “O combate a erosão do solo era desconhecido pela maioria dos agricultores. Após as devidas explicações, 72% concordaram como o efeito prejudicial da erosão nas suas propriedades” (PDEMI, 1962, p.29). Ainda ao abordar a questão do reflorestamento constatou-se que estas atividades eram totalmente desconhecidas:

Esta atividade, praticamente desconhecida na região, exige a preexistência de um viveiro. A escassez de madeiras é sempre mais acentuada e o modo mais eficiente de combate a erosão é o reflorestamento. Sugerimos um contacto com o serviço florestal, a fim de obter orientações a este respeito, além de isenções temporárias do imposto territorial para áreas de reflorestamento, assim como das pastagens artificiais. (PDEMI, 1962, p. 44).

A discussão de alternativas para a preservação dos recursos naturais é notória no Plano de Desenvolvimento Econômico de 1962, tendo inclusive a sugestão de compensação financeira para que aqueles que realmente adotassem o combate a erosão e o reflorestamento recebessem pelo bem coletivo que estariam prestando.

A partir de 1968, conforme Jungblut (2000) inicia-se efetivamente um trabalho de preservação do solo, com a administração de cursos, pela ACARESC, sobre a construção de terraços ou curvas de nível. Em 1978 foram introduzidos o tremoço e a ervilhaca como coberturas verdes, que segundo o autor, mostraram-se como prática vantajosa, por acrescentar matéria orgânica ao solo e evitar a erosão. Outros projetos de preservação dos solos foram introduzidos gradativamente, tais como a construção de murundum em 1983, microbacias em 1989, plantio na palha e plantio direto em 1997.

Ao abordar a questão ambiental, o que merece atenção especial é a criação de suínos, os quais inicialmente eram criados de forma extensiva, o que provocava danos ambientais moderados. Com a introdução de tecnologias de criação e a integração com a agroindústria, houve a concentração da produção, o que conseqüentemente concentrou os dejetos. Grandes

quantidades de dejetos concentrados, sem tratamento, tornaram-se um dos maiores problemas ambientais do Oeste Catarinense, conforme Testa *et al.* (1996). No caso de Itapiranga isto não foi diferente.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), em Itapiranga, 975 estabelecimentos rurais possuem a criação de suínos, com um total de 107.206 animais. Atualmente mais de 70% dos estabelecimentos com a criação de suínos, possuem este tipo de criação apenas para a subsistência familiar, limitando-se a média de três animais para este tipo de caso. A criação comercial fica ao encargo de menos de 30% dos estabelecimentos que produzem suínos. Desta forma, tem-se a dimensão da concentração de animais que ocorre em poucas propriedades, o que por consequência tem gerado sérios problemas para amenizar os impactos ambientais gerados pelo excesso da concentração de animais.

Outras atividades pecuárias como a avicultura, a bovinocultura de leite e corte, apesar de seu potencial poluidor, tem chamado pouca atenção nos debates sobre a questão ambiental local. A avicultura por produzir o resíduo seco, que tem facilitado a sua comercialização e transporte para a lavoura como fertilizante do solo. A bovinocultura em geral, por ser uma atividade com concentração baixa de animais por unidade de produção.

Atualmente o município de Itapiranga possui conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), um total de 5.852 hectares com cobertura florestal, distribuídos entre capoeiras até 6 anos 1.509 hectares, matas naturais 2.516 hectares e 1.827 hectares de matas plantadas. Assim ao sabermos que a área total do espaço rural de Itapiranga que é de 22.438 hectares (IBGE, 2006), e sabendo que a área de cobertura florestal é de 5.852, temos em Itapiranga 23,95% da área rural com cobertura florestal. Ao tomarmos por base a exigência da legislação ambiental que prevê um mínimo de 20% da área total em reserva legal, podemos concluir que o município de forma generalizada atende a este princípio da lei.

Como destacado no início deste item, a legislação ambiental já existia no início do século XX, porém sua utilização na prática apenas se efetivou timidamente a partir da década de 1980 e de forma mais intensa na década de 1990. Assim sendo já estava enraizada uma cultura de não respeito à legislação, tanto pelo agricultor como também pelo corpo técnico responsável pela sua orientação e fiscalização.

CAPÍTULO II – AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E MEIO AMBIENTE: BASES CONCEITUAIS

Neste capítulo abordamos o referencial teórico utilizado para o estudo da agricultura familiar, a pluriatividade e as concepções de meio ambiente. Primeiramente, definimos agricultura familiar, para que o leitor tenha o entendimento da utilização do termo utilizado neste estudo. Com o mesmo objetivo definimos o termo pluriatividade, visto que se faz necessário saber quem pode ser enquadrado desta forma.

Para estudarmos a agricultura pluriativa é importante que conheçamos as relações internas deste setor, por isso apresentamos neste capítulo um item que trata das relações dos membros da unidade de produção familiar com a distribuição do trabalho e a perspectiva para a sucessão hereditária. Discutimos ainda, os fatores que influenciaram para a adoção gradativa da pluriatividade como opção de renda, pelos agricultores familiares que outrora se dedicavam exclusivamente a policultura associada à criação pecuária.

Outro tema importante discutido neste capítulo, que serve de suporte para as análises realizadas a partir dos dados de campo é a questão ambiental através de uma discussão geral do tema e de uma breve reflexão sobre a legislação ambiental. Desta forma, este capítulo é importante para a compreensão, discussão e análise dos dados do estudo de campo apresentados no terceiro capítulo.

2.1 Agricultura familiar: definição

No Brasil existem aproximadamente cinco milhões e meio de estabelecimentos agrícolas. Conforme dados do IBGE (2006) 85%, cerca de quatro milhões e meio, são estabelecimentos que praticam a agricultura familiar. Cabe destacar que o termo agricultura familiar não pode ser associado à pobreza, precariedade, emprego de tecnologias precárias, baixa produtividade e tantos outros que muitas vezes estão difusos na opinião popular. Para Abramovay (1992), a primeira imagem que se tinha quando se falava em agricultura familiar era de um lugar bastante pobre, habitado por muita gente e trabalhando com instrumentos tecnicamente precários, demonstrando o visível preconceito sofrido pela agricultura familiar. Esta visão, no entanto não pode de todo ser negada, pois sabemos que continua existindo pobreza no meio rural e esta geralmente está associada à agricultura familiar. Por outro lado, é importante ressaltar que com a efetivação e o aprimoramento do Pronaf e a criação da lei da agricultura familiar, a associação entre esta e a pobreza gradativamente vem sendo modificada, o que é corroborado pelos dados de produção que ela vem apresentando.

Os agricultores familiares produzem mais de 60% dos alimentos. Ocupam uma área total de aproximadamente 107 milhões e 770 mil hectares, ou seja, 30% da área agrícola total (IBGE, 2006). O valor bruto da produção da agricultura familiar corresponde a 38% da produção agropecuária. Das 17 milhões e 300 mil pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13 milhões e 800 mil, ou seja, 77% estão ocupadas na agricultura familiar (IBGE, 2006). Analisando estes dados não é difícil observar que a agricultura familiar desempenha papel fundamental na produção de alimentos, assim como na geração de empregos e distribuição da renda.

Buscando definir agricultura familiar, verificamos que o programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF enquadra os produtores familiares como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham sob qualquer forma no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até 2 (dois) empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros. Este entendimento é construído para fins de aplicação de políticas públicas, visando priorização de acesso a crédito, entre outras.

A definição legal sobre o que é agricultor familiar encontra-se na Lei nº 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais e em seu Art. 3º define que considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Verificamos que muitos dos agricultores envolvidos neste estudo não se enquadram no quesito que limita a renda da propriedade em no mínimo 80% originária da produção da propriedade. Em função disto, muitos agricultores pluriativos estudados nesta dissertação se enquadrariam no que está definido pelo Pronaf como propriedade patronal e não como agricultura familiar.

A definição da Lei nº 11.326/2006 nos impõe dificuldades de enquadramento dos agricultores pluriativos como agricultores familiares. Os dados obtidos sobre a renda da família agrícola pluriativa de Itapiranga mostram que grande parte deles possui renda complementar superior a do próprio estabelecimento rural. Porém por mais que seja adequada a definição de agricultura familiar para fins de estabelecer políticas públicas consideramos pertinente a definição proposta por Abramoway:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (grifo nosso). Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas categorias práticas [...]. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

Em nosso estudo foi considerado “agricultor familiar aquele em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Não observamos a origem em percentual da renda, nem o tamanho da propriedade.

Esta definição de agricultura familiar tem a vantagem de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção e reprodução, o que possibilita superar a tendência, freqüente nas análises sobre o tema, de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar.

2.2 Agricultura familiar e policultura

No sul do Brasil a agricultura é caracterizada principalmente pela prática em pequenas propriedades. Especialmente Santa Catarina, tem no regime da agricultura familiar a maior ocupação no setor agrícola. Segundo o (LAC) Levantamento Agropecuário Catarinense (2002-2003), em SC existem 173.402 estabelecimentos agrícolas explorados por famílias rurais de tradição policultora.

Por policultura entendemos o cultivo simultâneo em uma mesma propriedade de diferentes culturas agrícolas, geralmente associadas à criação de animais domésticos, no caso, do Oeste Catarinense, especialmente a suinocultura. Desta forma o agricultor busca ter em sua propriedade uma diversidade de atividades produtivas, com o objetivo de produzir alimentos para o auto- consumo e também à obtenção de renda nos diferentes períodos do ano, já que as culturas anuais mais freqüentes possuem ciclos sazonais.

Um olhar mais atento sobre trajetória da agricultura familiar do Oeste Catarinense nos revela que ela tem passado por diferentes momentos ao longo dos anos. No primeiro momento, que se estendeu desde o início da colonização até finais da década de 1950, período que cumpriu com o compromisso de ocupação das áreas desabitadas. Nesta fase, a agricultura produzia basicamente através da policultura, com o uso de métodos não modernos, objetivando a subsistência familiar com a comercialização do excedente.

Noutro momento, que se deu a partir da década de cinquenta, com o avanço da agroindustrialização e da modernização da agricultura, a agricultura familiar passou a dispor de mercado para seus produtos. No Oeste Catarinense, com novos mercados para os produtos, com a prática da agricultura nas áreas mais declivosas face sua fertilidade natural e seu revolvimento constante, mantendo-os descobertos e passíveis de erosão, aliado ao uso abusivo de agro-químicos ocorreu o exaurimento da fertilidade natural dos solos. Isto trouxe como consequência a limitação da capacidade produtiva das áreas que estavam à disposição da agricultura familiar. Não bastasse o esgotamento produtivo dos solos outro fator que merece atenção é o elevado crescimento demográfico da região, gerado por altos índices de natalidade, associado à chegada de novos imigrantes.

Na seqüência disto veio o processo de seletividade dos agricultores familiares integrados, especialmente os suinocultores, o que acabou por limitar as possibilidades de reprodução social de muitos agricultores familiares. Este processo gerou uma massa de agricultores excluídos que foram forçados a migrar para novas fronteiras agrícolas em expansão até a década de oitenta. Porém o fim da expansão da fronteira agrícola, aliado a crise do setor industrial são fatores que dificultaram o deslocamento e a ocupação da mão de obra excedente, principalmente a de baixa qualificação profissional.

A década de 1980 e o início dos anos 90 são marcados por profundas crises para a maioria dos países da periferia do capitalismo, certamente incluído o caso brasileiro (ROVER, 2001). Neste período, a agricultura é marginalizada, em detrimento de políticas gerais de estabilização da economia, e não dispõe de uma política oficial definida, sendo marcada por orientações setoriais e regionais. O Estado brasileiro transfere para o próprio mercado a regulação do setor agrícola e este foi marcado pela forte atração da atividade industrial brasileira para a produção de *commodities* e a entrada de empresas estrangeiras no setor agroindustrial.

No período entre a década de 1990 e os dias atuais se fortalece o sistema de integração para os que se mantiveram, porém de forma excludente, na medida em que passa a concentrar a produção em um número cada vez menor de propriedades. Muitos agricultores que antes direcionavam a força de trabalho de seu grupo para a prática da policultura, associada na maioria das vezes, a suinocultura ou outra atividade pecuária passam a ficar sem opção, pois a concentração da produção pecuária em poucas propriedades, excluem-nos do processo.

Aqui é importante estabelecer uma relação entre o cenário nacional e o caso de Itapiranga, visto que é neste período que ocorre com maior intensidade o encaminhamento do agricultor familiar policultor local para trabalho pluriativo, em busca de renda complementar. No caso estudado, observa-se que houve uma visível transformação do parque agroindustrial local, com a aquisição da unidade local de abate e comercialização por uma empresa estrangeira, que passa a investir significativamente na modernização da unidade industrial, ampliando sua capacidade de abate e conseqüentemente a concentração da produção com a especialização de seus integrados, excluindo parte deles.

Neste contexto, para muitas famílias rurais, excluídas do processo de concentração da produção, é necessário buscar formas alternativas de reprodução social. Dentre elas, a renda complementar no trabalho não agrícola é recorrente. Membros do grupo familiar e até mesmo chefes de família buscam fora da unidade de produção os recursos econômicos que já não são mais possíveis de serem obtidos em sua propriedade. Ao mesmo tempo em que a agroindústria exclui determinada parcela de integrados, a empresa abre novos postos de trabalho, os quais, em sua maioria, exigem baixa qualificação da mão de obra e passam a ser parcialmente ocupados pelos agricultores familiares. Este processo pode ser observado no caso de Itapiranga, onde membros da família agrícola deslocam-se diariamente para trabalhar em atividades não agrícolas, sendo a maioria no setor de prestação de serviços. Podemos citar como exemplo o grande número de agricultores empregados nas agroindústrias frigoríficas, nos setores de abate e processamento, bem como no ramo da construção civil e outras atividades de prestação de serviços.

No passado, recorrer ao trabalho assalariado temporário foi uma estratégia facultada aos agricultores “fracos”, muito pobres, em alguns momentos do ciclo da vida, como aquele anterior ao casamento. Os homens se valiam desse expediente para obter recursos e adquirir instrumentos mínimos como arado, carroça e bois. Para as mulheres, o assalariamento temporário permitia a aquisição de peças do enxoval. Mas foi sempre apresentado como um assalariamento provisório. (RENK, 2000, p.183).

Atualmente a busca de trabalho complementar para a obtenção de renda não se dá apenas em determinadas fases da vida, mas é encarado como um assalariamento definitivo, em busca de garantia de reprodução social de seu grupo. A mudança de concepção do agricultor sobre a organização econômica de seu espaço, da policultura à pluriatividade faz

com que o mesmo reorganize a sua forma de permanência ou não no meio rural. A partir do momento em que as famílias encontram modelos alternativos para aumentar a renda do grupo familiar, tendem a melhorar sua condição econômica e aumentam sua expectativa de reprodução social, continuando assim a morar no campo. Esta opção tem uma razão de ser, pois à medida que a seletividade econômica exclui uma parcela dos agricultores, estes agem na busca de novas alternativas econômicas para suprir suas necessidades.

A discussão sobre a agricultura familiar, mudanças no mercado de trabalho rural, destacando a importância do papel das atividades não agrícolas, no Brasil pode ser considerada temática recente. Este fato é corroborado por Schneider (2003, p. 29) que diz que “apenas a partir do final da década de oitenta, sobretudo no início da década de 1990, que este modelo passa a ser estudado e discutido com mais atenção entre os estudiosos do desenvolvimento rural brasileiro”.

Uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares na busca por opções de renda para seu grupo social tem sido a pluriatividade, em que o grupo familiar continua residindo no meio rural e alguns de seus membros passam a se deslocar diariamente para outros trabalhos, fora da propriedade, em busca de renda complementar. A opção pela pluriatividade não significa necessariamente o abandono da policultura, dado este que fica evidente no estudo de campo apresentado no próximo capítulo.

2.3 Agricultura familiar e pluriatividade

Estudar a pluriatividade exige primeiramente a definição das características de uma família rural pluriativa, assim:

Famílias pluriativas são aquelas em que algum dos membros que compõe o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não-agrícola (grifo nosso). A distinção entre famílias pluriativas e famílias de agricultores (não pluriativas) está assentada sobre o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim, será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agricultura. (SCHNEIDER, 2003, p.173).

O mesmo autor define a pluriatividade como um fenômeno em que membros da família rural continuam habitando no meio rural e participando economicamente do grupo

familiar, mas que optam por realizar diferentes atividades, mais precisamente atividades não agrícolas. É importante destacar que uma família de agricultores, para ser considerada pluriativa, necessita manter no mínimo uma atividade agrícola e no mínimo uma atividade não agrícola. Por atividade agrícola entende-se todas as atividades de cultivo e criação. Atividades não agrícolas são todas as atividades estranhas às de cultivo e criação.

Na definição de pluriatividade podemos acrescentar o conceito utilizado por Fuller e Brun apud Schneider:

[...] O termo pluriatividade procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. **A pluriatividade é uma forma de organização do trabalho familiar, onde sempre está presente a atividade agrícola (grifo nosso)**, não sendo obrigatoriamente exclusiva ou a de maior expressão econômica. (SCHNEIDER, 2003, p.106).

Sob este ponto de vista a pluriatividade pode ser entendida como um processo de organização social e econômica, baseada em diferentes formas de trabalho realizadas pelos membros da família agricultora, combinando sobremaneira o trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas. Desta forma, normalmente, os membros mais jovens da família agrícola, passam a atuar em trabalhos externos à propriedade, aproveitando-se das condições de moradia no meio rural, da produção para o auto-consumo, e da junção de diferentes rendas que lhe permitem uma rentabilidade maior. Raud, ao discutir esta questão diz que:

A permanência na atividade agrícola permitiu a ida e a volta entre a indústria e a propriedade familiar, em função das necessidades. A família conhece então modificações importantes, mas continua sendo o centro único das funções e decisões econômicas e sociais. A divisão interna do trabalho está rearranjada entre as atividades agrícolas, o trabalho industrial, que permite a obtenção de recursos complementares, e as atividades de serviço interno à família. (RAUD,1999, p.38).

Esta organização permite não só a renda complementar ao agricultor familiar pluriativo, mas também, possibilita a indústria contratar mão de obra local. Ao discutir a obtenção de renda complementar, Maluf (2003, p.137) define que “esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função importante num contexto de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante para amplos segmentos da população”. Assim sendo a agricultura continua a desempenhar papel importante na reprodução econômica e social das famílias

rurais, apesar de que para grande parte delas, sua contribuição menos importante venha sendo a renda monetária obtida com a produção agrícola própria.

Esta análise é corroborada por Schneider quando diz que:

Esta articulação *sui generis* da agricultura familiar com o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas trouxe novas perspectivas de reprodução social e econômica para as famílias rurais [...]. Ao invés do clássico mecanismo de proletarização e abandono do campo e dos estabelecimentos agrícolas, o que se verifica nessas áreas é, pelo contrário, uma revitalização do espaço rural, que se dá através da permanência das famílias nas propriedades, pela formação de famílias jovens e construção de novas moradias na propriedade paterna, pela expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços, entre outros impactos. As famílias rurais organizam-se de modo a que uma parte de seus membros permaneça na propriedade (geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente, os mais velhos), enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores, permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência. (SCHNEIDER, 2003, p. 166).

O termo pluriativo deve ser usado para identificar os agricultores que exercem outras atividades remuneradas e para os quais a agricultura não é necessariamente a principal atividade, seja em termos de tempo, trabalho ou renda. Assim, a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de ampliação do capital.

Para a realização deste estudo utilizaremos a proposta de Schneider (2003) que considera atividades não agrícolas aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e ou animal. Assim, ao possuir em sua propriedade uma unidade de agregação de valor a produtos agropecuários, como é o caso das mini-indústrias de leite, processamento de carnes, confecção de bolachas entre outros, mesmo que de forma artesanal, a família será considerada pluriativa.

Para Mior (2005, p. 191) “a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca, que se realiza na comercialização”. Ao realizar o processo de agregação de valor, o agricultor passa a executar tarefas estranhas ao cultivo e à criação, sendo portanto, pluriativo.

Com o objetivo de enriquecer o debate sobre a unidade de produção pluriativa recorremos a Fuller, que assim contribui:

A pluriatividade permite reconceituar propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. (FULLER apud SCHNEIDER, 2003, p.109).

É importante destacar o papel da unidade de produção a partir do momento em que uma família adota o modelo pluriativo de reprodução social, pois as diferentes formas de obtenção de renda propiciam à unidade de produção uma maior flexibilidade para atender às expectativas econômicas de seus membros.

Outro ingrediente importante e que merece uma reflexão para a discussão sobre a definição de agricultura familiar pluriativa é a presença de aposentados, que vem representando uma fonte de renda complementar expressiva para o meio rural. Deve ficar claro que não se pode definir a obtenção de renda complementar através da aposentadoria como uma forma de pluriatividade.

É importante destacar que nas propriedades agrícolas, há aposentados que tem sua renda mensal. Estas “rendas não agrícolas”, somadas à renda agrícola, não darão, por si, a classificação de agricultores familiares pluriativos. Renda auxiliar não é necessariamente sinônimo de pluriatividade. (RAMBO, 2004, p.91).

A renda dos aposentados em muitos casos tem contribuído significativamente para a melhoria da condição financeira da agricultura familiar, mas a sua existência não permite afirmar que se trata de uma propriedade pluriativa, apesar de sua contribuição econômica para o grupo familiar. Assim como na definição de agricultor familiar, na definição de família pluriativa é necessário observar uma diversidade muito grande de formas de organização social, que existem no seio do grupo familiar rural. Desta forma, existe uma série de variáveis que devem ser observadas para considerarmos uma família como pluriativa, dentre as quais a mais característica é o trabalho não agrícola desenvolvido por no mínimo um de seus membros.

Encontrar formas alternativas de renda para o agricultor familiar tem contribuído para sua renda, o seu conforto e satisfação pessoal, mas tem contribuído sobremaneira para amenizar outros problemas sociais, dentre eles o êxodo rural, que tem levado muitos agricultores familiares a engrossarem as fileiras do desemprego em grandes centros urbanos. O desenvolvimento de múltiplas funções pelo agricultor familiar tem se mostrado como alternativa importante no Oeste Catarinense, principalmente para a agroindústria que encontra nele a solução para suprir sua necessidade de mão de obra.

Além do deslocamento diário para o trabalho em indústrias e atividades urbanas, com a pluriatividade ocorre também uma transformação do espaço rural, com o surgimento de novas atividades que propiciem a geração de renda, não necessariamente associados à prática agrícola, a exemplo das mini-indústrias de agregação de valor, conforme Teixeira:

Estudos recentes apontam mudanças significativas na estrutura ocupacional do meio rural brasileiro. Novas alternativas de renda e trabalho, não mais associadas a agricultura *stricto sensu*, estão se proliferando no campo e se projetando em melhoria na qualidade de vida da população e até mesmo em arrefecimento ao êxodo rural em algumas regiões. (TEIXEIRA, *in* CAMPANHOLA *et al*, 2004, p.160).

Percebe-se no posicionamento do autor que o espaço rural está transformado e que já não é mais apenas um espaço para atividades ligadas diretamente a agricultura, mas que novas alternativas não vinculadas diretamente às atividades de cultivo e criação estão sendo inseridas no meio rural. Para se discutir uma estratégia de desenvolvimento econômico local é importante que alguns aspectos e linhas de política sejam observados. Para Llorens os aspectos fundamentais são:

A articulação produtiva territorial do tecido empresarial e das diferentes atividades rurais, urbanas, agrárias, industriais e de serviços; compromisso com o emprego produtivo e com o atendimento ao mercado local; conhecimento das tecnologias apropriadas à dotação de recursos e potencialidades territoriais; envolvimento dos trabalhadores locais na redefinição da organização produtiva; adaptação do sistema educacional e de capacitação profissional à problemática produtiva e socioterritorial; existência de políticas específicas de apoio ao setor local e acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial. (LLORENS, 2001, p.78).

Esta constatação vem ao encontro da constatação feita por Raud (1999), ao analisar o processo de desenvolvimento do Norte e Centro da Itália, no qual discute o sucesso dos distritos industriais Italianos, que se baseou em iniciativas locais de desenvolvimento, com

fortes interações entre a economia e a sociedade local. Para Rover (2001), criar estratégias de desenvolvimento local é uma forma de ampliar a relação rural-urbano:

Ampliar a relação urbano-rural pode possibilitar o reforço à auto-estima das pessoas e grupos locais, especialmente daqueles residentes no espaço rural, que historicamente têm sido desvalorizados. A ampliação dessa relação pode possibilitar a dinamização do mercado local, viabilizando emprego e renda para muitas pessoas, além de gerar novas formas de organização das pessoas e grupos locais (ROVER in BROSE, 2001, p. 276).

A proximidade das relações existentes entre os territórios rural e urbano, neste sentido, é uma situação que propicia condições favoráveis para o desenvolvimento local. Esta aproximação entre os territórios urbano e rural tende a ser maior quando há em um município um forte parque industrial, conseqüentemente um amplo setor de prestação de serviços, condição que possibilita a ocupação de mão de obra não qualificada, que é o caso de grande parte da população que tradicionalmente ocupou o meio rural.

Na medida que existe uma relação mais intensa entre estes territórios, ocorre uma melhor distribuição geográfica da população, que além de evitar a concentração urbana e o conseqüente esvaziamento do meio rural, pode representar uma redução da pressão produtiva sobre os recursos naturais. Para Rambo (2004), é necessário ver o meio rural como o espaço de atividades variadas, onde a paisagem natural e a biodiversidade já não são obstáculos ao desenvolvimento e preservá-las significa agregar valor.

2.5 Agricultura familiar e sua relação com o meio ambiente

A agricultura familiar pode ter associada às suas características o intenso contato com a natureza, e por este motivo, a questão ambiental tem gerado muitas discussões no segmento, visto que a mesma interfere diretamente nas relações cotidianas entre agricultor e natureza. Entender estas relações é um dos objetivos deste estudo.

O modelo de colonização predominante no Extremo Oeste Catarinense até o fim dos anos 1970 objetivava a retirada da floresta nativa para a prática da agricultura de policultura. Com o passar dos anos esta prática se tornou inviável, mesmo porque a expansão das fronteiras agrícolas estava esgotada. Ao mesmo tempo, a legislação ambiental passa a ser

cobrada com maior rigor, impondo uma série de limitações quanto ao uso dos recursos naturais. Por outro lado, há também uma percepção do agricultor com relação à necessidade de preservação dos recursos naturais, visto que seu esgotamento inviabilizaria a longo prazo o seu desenvolvimento. Neste contexto, também a dimensão ambiental limita as possibilidades de exploração da unidade de produção familiar, fazendo com que muitas famílias busquem renda complementar no trabalho não agrícola.

Ao longo de sua existência o homem procurou dominar a natureza, seja pela domesticação de animais e plantas, seja pela transformação do espaço físico para construir, cidades, indústrias e obras estruturantes, para aumentar seu conforto e poder sobre a natureza.

A ilusão de domínio sobre a natureza e a exacerbação do *ter* sobre o *ser* é um processo que surgiu com a criação do *excedente*, ainda no Modo de Produção Comunal Primitivo, o que permitiu a especialização e as trocas, e levou a uma contínua e crescente exploração da natureza pelo homem, bem como do próprio homem pelo homem. Essa exploração teve seu grande impulso com o surgimento de ideologias que pretendiam "libertar" o homem de qualquer tradicionalismo e/ou costumes arcaicos, normalmente ligados à vida rural, e à terra. Esse momento é também marcado pelo fim do Modo de Produção Feudal e o surgimento do Modo de Produção Capitalista, que, transfigurando-se ao longo do tempo, é ainda hoje hegemônico. A crescente urbanização, bem como o crescimento exorbitante da população, a mudança da noção de distância e o poderio do mercado em detrimento da sociedade marcam essa época, quando a natureza é transformada em *recurso natural* e o homem em *recurso humano*. (CHACON, 2003, p. 67)

A sociedade vê-se diante de um problema, que se não tiver solução ameaça a própria existência da espécie humana, desta forma, todos os esforços deverão ser empreendidos para que tenhamos perspectivas para as futuras gerações poderem continuar habitando o planeta terra. Para Neumann & Loch (2002, p.243) “a questão ambiental é, sem dúvida, o “fato do momento” na civilização humana contemporânea, e o de maior potencial de questionamento e transformação na trajetória do processo civilizatório”. Assunto polêmico, que tem criado corpo principalmente a partir da segunda metade do século XX, a questão ambiental tem gerado debates acalorados, onde a discussão em torno do tema, pela sociedade global, não se concentra mais apenas em questões pontuais. A tônica do momento é a sobrevivência do planeta e assim sendo a sobrevivência da própria espécie humana.

Leff (2001), ao analisar a questão ambiental, a caracteriza como uma crise de civilização, que está associada principalmente, a forma de agir e pensar individualizada e

fragmentada da sociedade contemporânea, pois os interesses particulares e privados se sobrepõem a interesses globais e públicos.

Antes da revolução verde (modernização da agricultura), a relação agricultor e meio ambiente era mais integrada, mutuamente dependente, onde, segundo Altieri (2002), as atividades agrícolas estavam voltadas ao mercado e ao auto-consumo, comercializava-se apenas o excedente. As práticas agrícolas desenvolvidas visavam otimizar a produtividade a longo prazo, sendo que os insumos para a atividade em geral eram originários das proximidades, bem como o trabalho era realizado pelos agricultores e animais que utilizavam energia produzida no estabelecimento rural.

A agricultura tradicional policultora de acordo com o mesmo autor, além de, possibilitar uma maior reciclagem de nutrientes, auxiliar na conservação da água, diminuição de pragas e doenças, utilização eficiente dos recursos, diminuição da vegetação espontânea e a garantia contra perdas da produção, apresenta diversas outras vantagens segundo Altieri, dentre elas:

Os policultivos proporcionam uma cobertura de solo eficaz e reduzem as perdas de umidade. Aumentam as oportunidades para comercialização e asseguram um abastecimento estável para uma série de produtos, sem muito investimento em armazenamento, aumentando assim o êxito na comercialização. Os consórcios distribuem os custos de mão-de-obra mais uniformemente durante o ano agrícola e, em geral, proporcionam maior retorno pelo trabalho empregado, especialmente nos períodos de escassez de mão-de-obra. (ALTIERI, 2002, p. 187).

Com a revolução verde, que visa prioritariamente à produção para o mercado, se quebra a integração entre a produção e a base de recursos disponíveis na propriedade, tornando a agricultura mais dependente de recursos externos e realizando mais pressão sobre os recursos naturais locais, para atingir o máximo de produção. Este encaminhamento leva a uma excessiva degradação dos recursos naturais do planeta, agravando sobremaneira a crise ambiental.

A percepção da crise ambiental global começou a produzir, especialmente a partir da década de 1990, vários esforços de redução de impactos ambientais dos processos produtivos. Para territórios rurais pode-se citar o avanço de novos métodos produtivos, como a agroecologia, o avanço de apoios técnicos aos agricultores para uma produção mais

sustentável, entre outros. A legislação ambiental, no entanto, parece ser o principal fator ligado à dimensão ambiental que tem provocado mudanças estruturais nos territórios rurais.

2.6 A legislação ambiental

Ao analisarmos o processo de colonização do Brasil, constatamos que ele ocorreu sem um planejamento oficial sobre o manejo dos recursos naturais. A idéia dominante era a de desmatar para fazer a ocupação das terras, visando a implantação de lavouras e vilas, sem muita preocupação com o meio ambiente.

Porém, a preocupação em se preservar uma parcela de recursos naturais, já estava presente desde o período colonial na legislação brasileira, onde a coroa portuguesa preocupada com a escassez de madeira apropriada para a construção da frota portuguesa, expediu as cartas régias, declarando de sua propriedade toda a madeira naval existente na colônia, denominando-a assim de madeira de lei, nome ainda utilizado nos dias de hoje para designar madeiras nobres. Percebe-se que a preocupação em preservar recursos naturais mantinha cunho de interesse comercial e não de preservação ambiental.

No Brasil Império, a Carta de Lei de 15 de outubro de 1827, no § 12 do art. 5º, incumbia os Juizes de Paz das Províncias de fiscalizarem as matas e zelarem pela interdição do corte das madeiras de construção em geral, denominando-as de madeiras de lei. Conforme descrito, a legislação ambiental brasileira tem seus princípios já no período colonial com as Cartas Régias, porém com leis esparsas. Já no ano de 1850, a “Lei das Terras” (Lei Nº 601/1850) sancionada pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II, regula o acesso a terra e inclui algumas limitações ao uso das terras devolutas. Dentre elas a proibição da derrubada e queima das matas, sob pena de expulsão sem a indenização das benfeitorias.

Porém, a consolidação da Legislação ambiental de forma mais consistente somente veio a acontecer em 1934, com o Código Florestal, Decreto 23.793 de janeiro de 1934, que procura estabelecer limites para a devastação das florestas do país. A esse respeito Ahrens (2003), nos informa que:

O Código Florestal de 1934 informou que as “florestas..., consideradas em conjunto” constituíam “bem de interesse comum a todos os habitantes do país”. Considerar as florestas em seu conjunto significava reconhecer que interessava à sociedade que florestas fossem apreciadas como parte integrante da paisagem natural, estendendo-se continuamente pelo terreno e, portanto, por todas as propriedades, públicas ou privadas. A expressão “bem de interesse comum a todos os habitantes do País” já indicava, à época, a preocupação do legislador com a crescente delapidação do patrimônio florestal do País, enquanto os particulares tivessem o poder de livre disposição sobre as florestas (grifo no original). (AHRENS, 2003, p.5).

Em 1965, o “novo” Código Florestal brasileiro foi sancionado, criando-se a Lei 4.771, o qual visava, segundo Ahrens (2003), avançar no entendimento jurídico da matéria estabelecida em 1934, sem lhe alterar contudo a essência do seu conteúdo conceitual e jurídico. Na nova lei foram incorporadas percepções bastante avançadas para a época, que ainda persistem na atualidade. Segundo o mesmo autor, o novo código trazia uma preocupação muito grande em definir claramente o que eram “as florestas” e as “demais formas de vegetação”, mas também tinha a preocupação com os demais elementos.

[...] o Código Florestal de 1965 tinha como propósito maior proteger outros elementos que não apenas as árvores e as florestas: estas eram apenas um meio para atingir outros fins. Uma leitura interpretativa, e que busque verificar a finalidade das normas contidas no Código Florestal vigente, revela que em sua essência fundamental, o mencionado diploma legal, à época de sua proposição, tinha como objetivos principais proteger: os solos [...], as águas, os cursos d’água e os reservatórios d’água [...] e a continuidade de suprimento e a estabilidade dos mercados de lenhas e madeiras. (AHRENS, 2003, p. 10).

No ano de 1981, com a promulgação da Lei Federal 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, foram criadas três categorias de instrumentos de gestão ambiental pública, descritos por Neumann & Loch da seguinte forma:

Instrumentos regulatórios e Punitivos; Instrumentos de mercado, ou incentivo econômico; e Instrumentos de Informação. Segundo eles esta lei é na essência composta de instrumentos de comando e controle, [...] com padrões e normas a serem seguidos, atribuindo penalidades aos que não os seguirem. Esta situação é reflexo de fato da gestão ambiental, em nosso país, estar associada à idéia de meio ambiente como um bem público, o qual somente pode ser resguardado eficientemente através de uma incisiva intervenção normativa e reguladora do Estado (BRESSAN *et al.*, 1998). Os defensores desse enfoque confiam excessivamente na capacidade do Estado em exercer os mecanismos de comando e controle. (NEUMANN & LOCH, 2002, p.244).

A Lei 6.938/81 estabelece regulamentações e instâncias administrativas, instituindo oficialmente o processo de licenciamento ambiental no Brasil, que se consolidou como um instrumento fundamental de controle da utilização dos recursos naturais.

Como um dos marcos principais da legislação ambiental brasileira, cabe citar a promulgação da *Constituição Federal* de 1988, que dedicou um capítulo exclusivo para a tutela do meio ambiente, que em seu artigo 225 determina que:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p. 143).

No inciso I desse artigo, a lei incumbe ao Poder Público de “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”. Em seu inciso IV prevê que o poder público deverá “exigir na forma da lei, licenciamento para instalação de obra ou atividade potencialmente de significativa degradação ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1998, p. 143). Esta regulamentação dá ao poder público instrumentos para coibir abusos contra o meio ambiente, bem como através da publicidade informa a sociedade sobre os empreendimentos licenciados. No mesmo artigo, em seu inciso VII, parágrafo 3º a constituição prevê que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (BRASIL, p. 144).

Em 1998, é promulgada a lei de crimes ambientais (Lei 9.605, de fevereiro de 1998), a qual aumenta o rigor na fiscalização dos crimes ambientais. Da mesma forma determina a passagem das questões relacionadas a danos ambientais, do âmbito administrativo para o criminal, especificando as condições em que os danos ambientais serão considerados e tratados como crimes, com penas de reclusão e/ou indenização.

Para Perotto a Lei dos Crimes Ambientais nº 9.605/98 inclui um maior rigor quanto à fiscalização e enquadramento penal dos infratores ambientais. Desta forma atividades com maior potencial de destruição ambiental passam a ter sua liberação e controle mais rígidos.

A legislação ambiental visa regulamentar a relação entre sociedade e natureza, contribuindo diretamente para a conservação dos recursos e processos naturais envolvidos. Um bom exemplo de conexões possíveis

entre legislação e gestão ambiental, são as normas presentes para as categorias de Áreas de Preservação Permanente (APP's) por exemplo, que limita a extração de qualquer forma de vegetação nas proximidades dos corpos hídricos. (PEROTTO, 2007, p. 7).

O mesmo autor, ao comentar a aplicação linear da legislação ambiental junto às propriedades dos agricultores familiares, vê esta questão com muita preocupação, visto que se tiverem a aplicação rigorosa da legislação ambiental, devido à dimensão das propriedades da agricultura familiar, estas sob seu ponto de vista tornam-se inviáveis.

A convivência no meio rural e os resultados de percepções publicadas por alguns autores, estudiosos do manejo rural da agricultura familiar, como SIMINSKI, 2004; RIBAS e MIGUEL, 2004, trazem a necessária reflexão sobre a flexibilização da aplicação da legislação ambiental, através de critérios sócio ambientais bem definidos quanto ao uso da terra pelos pequenos agricultores familiares. A aplicação rigorosa da legislação ambiental, nesses casos, pode inviabilizar a sobrevivência dessas famílias, promovendo o abandono parcial da pequena propriedade rural, representando uma das causas de êxodo rural e/ou de pobreza no campo. (PEROTTO, 2007, p. 8).

No Brasil a legislação ambiental ao longo dos anos tem sido criada de forma generalizada, onde pequenas e grandes propriedades são enquadradas com o uso dos mesmos critérios, podendo limitar a capacidade produtiva dos pequenos produtores familiares, em especial. Nesta linha de raciocínio, entende-se que a legislação ambiental deveria atender as peculiaridades dos diferentes tamanhos de propriedade e dos diferentes ecossistemas, visto que somos um país de dimensões continentais. Neumann & Loch afirmam que:

Todo problema ambiental traz uma alta relação com as características ecológicas particulares do local onde ele ocorre. Sendo assim, as soluções propostas, necessariamente, deveriam preservar o vínculo com estas condições ecológicas particulares. Na verdade, o rural se caracteriza justamente por apresentar características ecológicas espaciais muito distintas, sendo que determinada solução pode apresentar resultados completamente diversos quando variam essas características, o que torna impossível propor soluções ambientais padronizadas. (NEUMANN & LOCH, 2002, p.244).

A forma mais eficiente de preservar o meio ambiente que o homem pôde criar até o momento é a legislação ambiental, com suas inúmeras normas e padrões a serem seguidos. Desta forma ela introduz a possibilidade de redirecionar os rumos do desenvolvimento em benefício das gerações futuras, coibindo excessos no uso de métodos e ingredientes que agridam o meio ambiente. A legislação passa a fazer parte de um dos fatores que contribuem para um redirecionamento das atividades produtivas das unidades de produção familiar, bem

como de seus membros, que buscam na pluriatividade a obtenção da renda para complementar seu orçamento.

Para Neumann & Loch (2002, p.248), a questão ambiental não pode se resumir a expressões com “é proibido”, “é vedado”, “não é permitido”, “sanções penais”, “auto de prisão”; mas deve postular a construção de conhecimentos, através de situações específicas da realidade, como forma de produzir intervenções humanas adequadas às condições singulares. A legislação deve ser entendida como um instrumento de conscientização e preservação da vida, não apenas como forma de punição, para que o agricultor e a sociedade como um todo compreendam a necessidade da preservação ambiental e não a encarem apenas como fator limitante para a produção de alimentos e o desenvolvimento.

Quando pensamos a agropecuária comercial de larga escala, temos dificuldades de imaginá-la produzindo sem o auxílio de tecnologias modernas, com o uso de ingredientes em muitos casos agressivos a natureza. Por outro lado, quando discutimos a agricultura, que definimos como familiar, sabe-se que existem modelos alternativos de exploração que tem proporcionado o aumento da renda da propriedade e ao mesmo tempo vem proporcionando melhorias significativas nas condições ambientais de sua unidade. No estudo relatado no próximo capítulo alguns desses exemplos são apresentados, com base nos depoimentos de agricultores familiares pluriativos de Itapiranga.

CAPITULO III - AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E MEIO AMBIENTE EM ITAPIRANGA: UM ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresentamos os dados do estudo de campo, os quais dimensionam a agricultura familiar pluriativa do município de Itapiranga, identificando o tempo a que os agricultores familiares pluriativos estão estabelecidos nas propriedades rurais. Também buscamos diagnosticar as mudanças ocorridas no modo de reprodução social dos agricultores familiares e desta forma identificamos as estratégias adotadas para garantir a reprodução social deste setor. As relações sociais e a sucessão hereditária dos pluriativos, também fazem parte da discussão, onde descrevemos o desejo dos pais e dos jovens sobre suas perspectivas para o futuro na agricultura. Descrevemos a orientação adotada, com relação à policultura agrícola, a partir da opção pela renda complementar e o comparativo entre a renda das famílias agrícolas de Itapiranga em geral e a dos agricultores pluriativos em particular, com o objetivo de diagnosticar se o fator renda é um dos determinantes que levam o jovem a deixar a propriedade rural. Assim sendo, identificamos as atividades em que os pluriativos obtêm a renda não agrícola. Apresentamos ainda o nível educacional dos membros da agricultura familiar, para assim estabelecer um parâmetro com outros casos já estudados.

As concepções de meio ambiente e a avaliação que o agricultor faz da legislação ambiental são importantes nesta discussão, para estabelecer um parâmetro entre as atitudes ambientais dos agricultores pluriativos em comparação aos demais. Paralelamente

objetivamos identificar mudanças de atitudes ambientais e o surgimento de possíveis modelos alternativos de exploração econômica das propriedades rurais dos pluriativos, que passam a reduzir a pressão sobre os recursos naturais e possibilitam a recuperação das condições ambientais. Desta forma, estabelecemos um parâmetro entre o histórico do município de Itapiranga, as teorias e a realidade dos agricultores familiares pluriativos.

3.1 Agricultura familiar e pluriativa em Itapiranga

O município de Itapiranga tem sua estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, com área média de 15,38 hectares de terra por propriedade (IBGE, 2006), solo pedregoso e relevo acidentado. Estas características fizeram dos agricultores fortes candidatos a buscar fora de sua unidade de produção, renda complementar, capaz de proporcionar as condições adequadas para sua reprodução social. Atualmente o Município possui área total de 280 km², dos quais 224,38 km² são área rural, cuja ocupação se dá conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1: Área rural do município de Itapiranga segundo o tipo de ocupação

<i>Tipo de ocupação</i>	<i>Área em Hectares</i>	<i>%</i>
Lavouras temporárias	9.298	41,44
Mata Nativa	3.163	14,10
Pastagens naturais	2.812	12,53
Pastagens plantadas	2.039	09,09
Capoeira até seis anos	1.509	06,73
Áreas inaproveitáveis	1.230	05,48
Área reflorestada	1.203	05,36
Lavouras permanentes	1.042	04,64
Área em pousio	142	00,63
Total de área agrícola do Município	22.438	100,00

Fonte: IBGE 2006

Itapiranga tem 1.459 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006) sendo que em 742 deles pelo menos um dos membros do grupo familiar trabalha em atividades estranhas às de cultivo e criação, apesar de continuar residindo junto ao grupo familiar (diagnóstico local maio de 2007). Desta forma, 50,86% dos estabelecimentos rurais de Itapiranga se enquadram como pluriativos.

Itapiranga possui 15.238 habitantes, dos quais 45,58% residem na área rural e 54,41% na área urbana conforme tabela 2. A população economicamente ativa (PEA) do município é de 67,49%, sendo que 32,60% estão ocupados exclusivamente em atividades agrícolas, enquanto 67,40% estão ocupados em atividades urbanas e/ou em atividades pluriativas.

Tabela 2: Distribuição e ocupação da população do município de Itapiranga

<i>População total</i>	<i>Rural</i>	<i>Urbana</i>	<i>Total</i>
	6.947	8.291	15.238
Residência da PEA	4.599	5.685	10.284
Ocupação da PEA	3.353	6.931	10.284

Fonte: IBGE, 2007/ Diagnóstico local 2007.

O número de habitantes economicamente ativos que residem no meio rural de Itapiranga é de 4.599 pessoas (IBGE, 2007), dos quais 3.353 trabalham exclusivamente na agricultura (Diagnóstico local maio 2007). Portanto 1.246 pessoas do município de Itapiranga, membros de famílias de agricultores, são trabalhadores pluriativos.

Um olhar mais atento sobre as características da agricultura familiar de Itapiranga demonstra que esta tem na pluriatividade uma estratégia importante para sua reprodução. A renda obtida exclusivamente na unidade de produção familiar, em muitos casos é deficitária para atender as necessidades de inserção e reprodução social de seus integrantes.

Rambo ao observar o crescimento da pluriatividade em Itapiranga expressa seu ponto de vista sobre as mudanças que vem ocorrendo no meio rural:

A oferta de novas oportunidades de trabalho e de renda, sem precisar “tornar deserto” o espaço rural, já não é apenas característica dos centros maiores, os chamados “periurbanos”, mas já é característica de cidades pequenas como é o caso de Itapiranga. Ali, a crise econômica das últimas décadas, somada às profundas mudanças ocorridas na base técnica de produção, afetou a produção agropecuária, vinculada a cadeias agroindustriais, baseada em suínos, aves, milho, soja, fumo e leite. Estes problemas foram determinantes para que o pequeno produtor reduzisse sua participação no conjunto do trabalho rural e aumentasse sua participação no segmento das atividades não-agrícolas (assalariados). (RAMBO, 2004, p. 92).

Um estudo mais atento sobre a agricultura familiar do município de Itapiranga possibilita observar que nas duas últimas décadas houve uma enorme transformação nas possibilidades e meios de obtenção de renda. É perceptível a reorganização do espaço rural de Itapiranga, com novas formas de produção econômica e reprodução social, pois propriedades consideradas inviáveis, encontram na pluriatividade uma forma alternativa de geração de

renda, o que leva muitos grupos familiares a conciliar o trabalho agrícola e não agrícola. Agricultores que desenvolvem tarefas de operários, trabalhando em agroindústrias, construção civil, comércio e prestação de serviços, mas que continuam morando no meio rural, ocupando-se também em atividades agrícolas. A partir da década de 1990, com a ampliação do setor agroindustrial no município de Itapiranga, tem aumentado significativamente este tipo de organização do trabalho.

É importante que nesta parte do trabalho realizemos uma ponte com a evolução histórica do município, onde o planejamento realizado no início da década de 1960 sugeriu a constituição de uma infra-estrutura organizacional que passava pela construção de uma escola de formação técnica agrícola, um frigorífico, um laticínio e a constituição de uma cooperativa. Estas iniciativas econômicas foram efetivadas e atualmente, somadas, são “o carro chefe” da economia local. Estas iniciativas serviram de suporte para que atualmente Itapiranga disponibilize de dois frigoríficos (um de abate de aves e um de suínos), uma escola de ensino médio profissional, voltada para a área agrícola e uma instituição de ensino superior, uma cooperativa agropecuária, além de laticínios. Estas estruturas produtivas são os principais empregadores dos trabalhadores rurais pluriativos de Itapiranga hoje.

A constituição de uma múltipla infra-estrutura fez de Itapiranga um município com potencial de desenvolver para os seus habitantes a possibilidade de trabalhar em atividades que proporcionem renda complementar, com uma proporção de 0,85 trabalhadores pluriativos por unidade de produção agrícola do município. Paralelamente, estabelece-se uma forte relação entre os espaços urbano e rural, no qual a indústria local, ao mesmo tempo em que satisfaz a sua necessidade de mão de obra, possibilita aos trabalhadores rurais a obtenção de renda complementar. A integração, urbano rural, conforme Rover (2001) é um dos ingredientes mais importantes para o desenvolvimento local em regiões onde predomine a agricultura familiar, por possibilitar a ocupação do excedente de mão de obra do campo em atividade urbanas e/ou industriais.

3.2 Tamanho das propriedades pluriativas do município de Itapiranga

Segundo dados do Diagnóstico Local (maio de 2007), Itapiranga possui um total de 1.459 propriedades rurais que ocupam uma área de 22.438 hectares. O tamanho médio dos estabelecimentos rurais do município é de 15,39 hectares, demonstrando assim a característica de pequenas propriedades, o que é uma realidade em todo Oeste Catarinense.

Assim, buscamos levantar o tamanho das propriedades agrícolas que desenvolvem a pluriatividade em Itapiranga. Na tabela 3, constata-se que grande parte destes estabelecimentos possuem menos de 20 hectares. Do total de propriedades pluriativas visitadas para a pesquisa (120 propriedades) 55,84% possuem menos de 20 hectares de terra, enquanto que na agricultura geral de Itapiranga as áreas com até 20 hectares correspondem a 77,16% dos estabelecimentos.

Tabela 3: Área em hectares das propriedades agrícolas das famílias de agricultores pluriativos e agricultores em geral de Itapiranga/SC.

<i>Área em hectares</i>	<i>Nº pluriativas</i>	<i>%</i>	<i>Nº geral</i>	<i>%</i>
Zero a 5	12	10,00%	181	12,41%
05 --- 10	08	06,67%	357	24,49%
11 --- 20	47	39,16%	588	40,26%
21 --- 50	42	35,00%	297	20,37%
Acima de 50	11	9,17%	36	02,47%
TOTAL	120	100,00	1.459	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

Em estudo realizado por Schneider (2003), nos municípios de Santa Maria do Herval, na localidade de Padre Eterno Ilges/RS e Município de Blumenau, na linha Braço do Sul/SC, 45,90% das famílias pluriativas e 40,30% das de agricultores, independente do Estado, possuíam áreas médias não superiores a 15 hectares. Nos casos estudados por Schneider as propriedades pluriativas eram menores que as não pluriativas, diferentemente do caso estudado de Itapiranga, onde o tamanho médio da propriedade dos pluriativos é maior do que dos agricultores em geral.

Desta maneira, a opção pela pluriatividade em Itapiranga não está unicamente relacionada ao tamanho do estabelecimento rural, visto que na média são os agricultores com propriedades maiores que estão optando pela pluriatividade. Uma vez feita esta constatação cabe-nos identificar possíveis causas que levam aos membros da agricultura familiar buscarem o trabalho não agrícola com o objetivo de obter rendas complementares. Ao longo dos próximos itens apresentamos alguns elementos constatados nas entrevistas, levados em consideração no momento em que um membro opta por realizar atividades não agrícolas, citando dentre eles: a autonomia financeira desejada pelo jovem, a busca por uma renda fixa,

o desejo dos pais que querem que seus filhos não sofram como eles, a busca de status social, entre outros.

3.3 Tempo de estabelecimento da família e mudanças para manter as propriedades pluriativas de Itapiranga

No estudo, buscamos levantar o tempo em que o grupo familiar está estabelecido na mesma unidade de produção, objetivando identificar a quantidade de famílias que tenham enfrentado as diferentes etapas históricas de transformação da agricultura familiar. Este dado nos dá o suporte para analisar o processo de assimilação das mudanças que tem ocorrido ao longo dos anos em Itapiranga.

Tabela 4: Tempo que a família está estabelecida na propriedade

<i>Anos</i>	<i>Nº propriedades</i>	<i>Percentual</i>
Menos de 10	12	10%
10--- 20	28	23.33%
20--- 30	36	30%
Mais de 30	44	36.67%
TOTAL	120	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

Na tabela 4 constatamos, que das famílias entrevistadas, 66,67% estão estabelecidas no mesmo local há mais de 20 anos, indicando que estas passaram ali pelas diferentes etapas do processo de desenvolvimento da agricultura. Tiveram que se adaptar à nova realidade. Da história agroindustrial específica do município, destaca-se que a concentração da produção, principalmente nas áreas da suinocultura e avicultura, ocorreu mais intensamente na década de 1990, com a ampliação do frigorífico de aves e a implantação da fábrica de termo-processado de carne de frango, bem como a reabertura do frigorífico de suínos e a automação nos sistemas de criação de suínos e aves. Neste período o agricultor familiar viu-se diante de uma nova realidade, com diferentes opções econômicas a serem seguidas, dentre elas: a) modernização da propriedade com altos investimentos para adequá-la a nova realidade de produção; b) manutenção da propriedade com atividades não integradas e a busca por renda complementar; c) êxodo rural, ou seja, abandono do campo em busca dos postos de trabalho gerados pelo setor agroindustrial; d) migração para outras regiões do estado ou do país em busca de garantias para sua reprodução social.

Para estabelecer um parâmetro entre as opções apresentadas e o que ocorreu na prática buscamos levantar os dados deste período. Constatamos que em 1991 Itapiranga possuía 458

agricultores integrados à agroindústria de aves e suínos, sendo que atualmente possui 273 integrados a estas agroindústrias. Este dado demonstra que ocorreu um processo de seleção dos agricultores integrados com uma redução significativa de seu número, na ordem de 40,39%, apesar do aumento da produção que ocorreu nestas atividades. Com relação aos trabalhadores rurais que passaram a atuar em trabalhos não agrícolas tem-se uma proporção inversa à dos integrados, sendo que em 1991 haviam 376 membros das famílias agrícolas trabalhando em atividades não agrícolas e hoje são 1.246 trabalhadores nesta condição (Diagnostico Local 2007). Desta forma, tivemos neste período um incremento de 231,38% no número de trabalhadores que passaram a assumir as características de pluriatividade.

Por outro lado, o êxodo rural também foi expressivo neste período, pois em 1991 Itapiranga possuía 10.704 habitantes na área rural de um total de 15.240 habitantes (IBGE 1991). Enquanto em 2007 são 6.947 habitantes no meio rural, de um total de 15.238 habitantes (IBGE, 2007). Desta forma, constata-se a redução de 3.757 pessoas vivendo no meio rural itapiranguense, perfazendo aproximadamente 36% de redução da população rural, confirmando um significativo êxodo rural. Porém, é importante destacar que o número de estabelecimentos rurais tem se mantido relativamente estável, visto que em 1991 Itapiranga possuía 1.554 estabelecimentos rurais e atualmente possui 1.459 estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). Paralelamente, um número significativo de famílias excluídas ou que se retiraram do processo de integração nas áreas de suinocultura e avicultura, migraram para outras atividades, nas quais se especializaram, podendo ser citada a bovinocultura de leite como a mais freqüente.

Ao longo do processo de especialização da propriedade rural familiar, aliado a introdução de novas técnicas de manejo e tecnologias de produção, houve uma redução significativa da necessidade de mão de obra para execução das tarefas diárias do trabalho agrícola, possibilitando assim a liberação de membros do grupo familiar para a busca da renda complementar em atividades não agrícolas. Esta renda complementar tem sido encarada de diferentes formas. Quando recebida pelos jovens, normalmente ela tem servido para atender às necessidades imediatas do mesmo, como aquisição de roupas, motocicleta, dinheiro para participar de eventos sociais ou ainda investimento na formação profissional. Quando recebida por membros do casal de adultos normalmente tem servido como uma espécie de reforço de caixa, para garantir os gêneros do dia a dia e uma garantia para eventuais momentos de dificuldade.

As mudanças na área de produção foram significativas, porém o agricultor percebeu também que além das mudanças na área técnica de produção e cultivo, aconteceram

mudanças na organização social de seu grupo. Com o objetivo de demonstrar esta concepção de mudança sob o ponto de vista do agricultor transcrevemos um trecho da entrevista de E. F. (Sede Capela, Itapiranga):

“Nos últimos trinta anos tudo mudou. Só não mudou o animal no seu formato. O resto é novo: é tecnologia, é genética, é manejo, é assistência técnica para o pequeno agricultor, é o cuidado com o meio ambiente, e o agricultor que antes só trabalhava na roça agora também tem emprego fora. Nós começamos a trabalhar em atividades que antes a gente nem imaginava, aprendemos a cuidar da natureza, por que afinal de contas se cuidamos da natureza, estamos cuidando de nós mesmos. A vida hoje até que está um pouco melhor. Claro, a gente precisa se organizar nos horários, não dá pra querer produzir grãos e concorrer com as grandes propriedades, é preciso fazer algo que exija mão de obra e dê retorno, por isso na propriedade produzimos mais pro consumo próprio, plantamos fumo e dois membros da família trabalham no frigorífico. Pelo menos quando chega o final do mês faça chuva ou faça sol, nós temos o salário no bolso e podemos comprar o mais necessário”.

O deslocamento diário para o trabalho não agrícola e a mudança no sistema de produção da propriedade demonstrados no depoimento, evidenciam a dimensão da mudança ocorrida na concepção de trabalho e obtenção de renda do agricultor familiar, um entendimento que possivelmente não ocorria há vinte anos. Percebe-se que aos poucos se desvincula a agricultura da noção de sofrimento do agricultor e se busca alternativas para diminuir o grau de dificuldades das tarefas do dia a dia.

Constatação importante no estudo realizado é de que as famílias rurais ao optarem pelo trabalho pluriativo buscam manter a propriedade economicamente ativa. Desta forma, ao diminuir a disponibilidade de mão de obra, opta-se pela utilização de culturas permanentes em parte da propriedade, a exemplo de implantação de pastagens perenes para a criação de gado ou ainda a implantação de reflorestamento, atividades que exigem baixo emprego de mão de obra e garantem a manutenção destas áreas economicamente ativas. Vejamos o depoimento a seguir:

“Os filhos foram procurando outras atividades e a propriedade começou a ser abandonada, em suas áreas de cultivo. As terras com mais pedras já estavam mais fracas, a parte mais inclinada também já não produzia mais tanto, então resolvemos deixar estas áreas para potreiro e um tanto reflorestamos. Vamos cuidar só de onde é mais fácil de trabalhar”. (Entrevistado E. F. Sede Capela, Itapiranga).

Agindo desta maneira o agricultor continua produzindo na maior parte de sua propriedade, mesmo com uma redução momentânea do retorno econômico da propriedade.

Sob outro ponto de vista, o agricultor passa a desenvolver modelos alternativos de exploração de sua propriedade, melhorando as condições ambientais existentes até então. Esta constatação vem de encontro ao objetivo deste trabalho que é de identificar modelos alternativos de exploração do espaço rural, que atendam aos propósitos ambientais e ao mesmo tempo propiciem renda ao agricultor familiar.

3.4 Alteração no padrão de herança na agricultura familiar pluriativa de Itapiranga

Historicamente, a agricultura familiar foi relegada às áreas impróprias para a prática da agricultura empresarial, seja para o cultivo de monoculturas ou a criação de gado extensiva. Em raros casos, as áreas destinadas à agricultura familiar não são as de maiores dificuldades naturais, sendo normalmente as mais declivosas, as mais sujeitas às adversidades da natureza e distantes do mercado consumidor. No caso de Itapiranga isto não foi diferente.

Outro fator de forte influência, na determinação do tipo de ocupação do município foram às relações de reprodução social dominantes entre os agricultores colonizadores, onde a colonização foi projetada para descendentes de alemães, de religião católica. Os padrões usuais de reprodução eram a endorreprodução¹⁴, bem como as intensas relações sociais comunitárias, que possibilitaram o emprego do capital social para dotar a comunidade de infra-estrutura. Estas relações foram sendo transformadas com o passar dos anos.

Ao mesmo tempo em que as relações de trabalho no grupo familiar sofrem mudanças, também ocorrem mudanças de concepção dos padrões usuais de herança que se tinha. Até o final da década de setenta, o padrão de herança usual era a transmissão de fração de terra aos filhos, excluindo-se em sua maioria as mulheres do acesso a terra. Noutros casos, havia a cessão de terras, e não a doação. A título de ilustração, transcrevemos fragmentos de entrevistas que elucidam padrões de herança adotados:

“O meu pai veio do Rio Grande do Sul em 1954, da cidade de Bom Princípio, lá vendeu sua propriedade e veio se instalar em Itapiranga. Comprou quatro colônias, ou seja, cerca de 100 hectares de terra. Com o trabalho dos filhos e uma boa produção, pôde comprar algumas

¹⁴ Tipo de reprodução social, na qual os “filhos iam no rastro do pai” e com reduzidas inserções fora da comunidade rural (RENK, 2007).

colônias em localidades vizinhas, para ajudar alguns dos filhos. Como éramos catorze irmãos não foi possível atender a todos. Eu, como fiquei próximo, comprei uma colônia da terra do pai. O preço foi acertado em quilos de suíno, com juros se não pagasse dentro do prazo. Começamos em 1964 sem nada, ainda solteiro, nos finais de semana eu ia trabalhando na minha propriedade para ir montando a estrutura para podermos nos instalar”. (Entrevistado A.H. Sede Capela, Itapiranga).

“Ainda solteiro a gente trabalhava na propriedade dos pais. Quando casamos o pai se aposentou e nos cedeu um pedaço de terra para plantar fumo. Do que a gente plantava não precisava entregar nada pro pai, só que tinha que ajudar a tocar a propriedade dele. No primeiro ano de casado, em 1985, fizemos a primeira colheita que deu para comprar um fusca, era o nosso primeiro sonho de casal. A partir daí começamos a pensar em comprar a nossa terra, plantamos mais um ano na propriedade do pai e daí, partimos para comprar nossa propriedade. Compramos uma propriedade de 11,6 hectares, o que nos custou 14.000 kg de suínos. Ganhamos de herança, cada um 1.000 kg de suínos”.(Entrevistado L.T. Linha Chapéu, Itapiranga).

Nos relatos dos agricultores percebe-se a preocupação que as famílias rurais tinham com os padrões de herança, pois nos períodos mencionados pelos entrevistados ainda existia espaço para a acomodação dos filhos de agricultores que buscavam a constituição de sua unidade de produção. A herança dada neste período representava um auxílio para iniciar a nova unidade de produção, ou seja, havia a possibilidade de endorreprodução.

Na atual geração observa-se a mudança de valores, em que a principal preocupação deixou de ser a de transmitir área de terra para seus filhos, mas de oportunizar a formação. A mudança da endorreprodução para o investimento em educação formal é observada em outras situações no Oeste Catarinense (RENK, 2000 e SILVESTRO *et al*, 2001). Se anteriormente, o encaminhamento para o seminário ou convento representava a parte da herança (Renk, 2007), neste momento, na região de Itapiranga, o acesso ao ensino está amplamente assegurado. O principal capital, passa a ser o conhecimento, e a terra assume um papel secundário, o que fica evidente no depoimento a seguir:

“Hoje nossa propriedade tem 36 hectares, trabalhamos com a produção de leite, confinamento de bovinos e um abatedouro municipal. Nós tivemos onze filhos, procuramos estimular todos para estudar, pois seria impossível dar um lote de terra para cada um, onde pudessem tirar o seu sustento. Acredito que com estudo eles se virem melhor do que com terra. Hoje trabalham na propriedade os quatro filhos homens, porém três deles tem emprego fora dela, e apenas auxiliam nos períodos de folga de seu trabalho”. (Entrevistado A.H. Sede Capela, Itapiranga).

As características atuais da agricultura familiar de Itapiranga mostram que a pluriatividade tem contribuição significativa na reprodução da agricultura familiar, pois a renda obtida exclusivamente nas atividades de cultivo e criação da unidade de produção familiar, em muitos casos não é suficiente para atender as necessidades de inserção e reprodução social de seus indivíduos. O modelo de reprodução baseado na herança através da doação de uma área de terra já está modificado, constatação fundamentada nas entrevistas realizadas junto aos agricultores pluriativos. Dos trinta entrevistados em profundidade, 100% deles afirmam dar prioridade no investimento em educação formal e profissional para seus filhos, em detrimento a herança em área de terra. A título de ilustração transcrevemos alguns depoimentos:

“Não adianta eu me preocupar em adquirir cinco ou dez hectares de terra para o meu filho, se eu não incentivar ele para estudar, por que hoje sem estudo ele não vai conseguir sobreviver no meio desse mundo tão evoluído. A nossa preocupação hoje é maior no sentido de dar pra ele condições de estudar do que comprar uma terra pra ele, com o trabalho fora da propriedade, da minha mulher que trabalha no frigorífico (Cargil) nós conseguimos com muito sacrifício pagar as mensalidades da faculdade, depois ele resolve o que vai fazer”. (L.R. agricultor de Linha Soledade, Itapiranga).

“Meu pai quando ainda morava na colônia velha (RS), sempre tinha a preocupação de guardar dinheiro para poder comprar uma colônia de terra para cada um dos filhos, principalmente dos homens. Não se tinha a preocupação que os filhos continuassem os estudos, o importante era fazer até a terceira série, por que daí se sabia ler, escrever e fazer contas, só ia estudar quem queria ser padre ou professor. Pra colônia tinha é que saber trabalhar, tinha que ter força. Hoje pros meus filhos eu penso diferente, gostaria muito que continuassem a atividade que a família vem desenvolvendo (produção de leite), porém quero que eles estudem, tenham formação superior, para que se daí decidirem tocar o negócio eles realmente saibam o que estão fazendo. Hoje eles ajudam na propriedade em finais de semana e dias de folga, tem seu emprego e estudam, dá pra tocar a vida assim, se trabalhassem só na propriedade, não teriam condições de estudar e sem a nossa ajuda também não estudariam. Por que se eu der terra e não estudos, e eles forem maus administradores logo perderão tudo e eu serei um fracassado como pai. Mas se eu der estudos, eles podem através da competência e do trabalho adquirir o que eles querem”. (I. T. agricultor da linha Dourado, Itapiranga).

Nos depoimentos é perceptível o desejo dos pais com relação aos seus filhos, visto que estimulam a formação intelectual prioritariamente à herança com determinada área de terra. A

opção destes pais por priorizar a educação dos filhos é um tipo de investimento que não é apenas uma realidade no setor da agricultura familiar, mas algo que se vê na sociedade em geral nos dias atuais. Desta forma, o atual padrão de herança predominante entre os agricultores pluriativos de Itapiranga, é o investimento em educação formal. Mas este, não pode ser considerado isoladamente, pois está diretamente vinculado à redução da oferta de terras para comercialização, bem como o elevado valor comercial das que ainda estão disponíveis, obrigando assim, os agricultores a buscarem modelos alternativos de reprodução social para o seu setor. Para demonstrar esta situação transcrevemos um fragmento da entrevista de Q. S (Santo Antonio, Itapiranga) “Uma área de terra que tenha condições de receber um jovem para tentar ganhar a vida quase não se acha, as que tem custam muito caro, por isso, para garantir o futuro dos meus filhos eu insisto que eles estudem, depois eles podem resolver o que fazer”. Portanto, é perceptível que a mudança nos padrões de herança não está unicamente vinculada à educação formal, mas também a outros fatores como é o caso do preço da terra e mesmo a escassez de áreas disponíveis para comercialização.

3.5 A sucessão hereditária nas propriedades pluriativas de Itapiranga

No passado a terra era o mais importante instrumento de reprodução social para os agricultores, assim a preocupação do chefe de família era a de proporcionar uma área de terra para cada um dos filhos homens. Entre os agricultores pluriativos de Itapiranga, no entanto, não é mais a terra a principal forma de reprodução social, mas sim o conhecimento, conforme já demonstramos.

Partindo deste raciocínio o processo sucessório em Itapiranga merece uma discussão mais atenta. Observa-se na tabela 5, que em sua grande maioria as propriedades rurais são administradas por casais com mais de quarenta anos. Este dado nos remete a uma reflexão sobre a sucessão nas propriedades, na qual somos levados a uma conclusão lógica de que se não houver uma mudança radical no processo de sucessão das propriedades familiares, muitas delas ficarão sem sucessores, colocando em risco este importante segmento de geração de emprego, renda e produção de alimentos. Verificamos na tabela 5, que 81,31% dos homens e 67,80% das mulheres que gerenciam as propriedades possuem mais de 41 anos.

Tabela 5: Idade de homens e mulheres chefes das famílias pluriativas no município de Itapiranga/ SC

<i>Idade em anos</i>	<i>Homens</i>	<i>Percentual</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Percentual</i>
Menos de 20	00	0,00%	02	1.69%
20--- 30	04	3.45%	16	13.56%
30--- 40	20	17.24%	20	16.95%
40--- 50	72	62.07%	68	57.63%
50--- 60	16	13.79%	12	10.17%
Mais de 60	04	3.45%	00	0.00%
TOTAL	116	100,00	118	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

Por outro lado buscamos saber dos pais, agricultores pluriativos, sobre o estímulo que dão a seus filhos para permanecerem na agricultura e comparamos os dados com o estudo realizado por Rambo (2004) que pesquisou junto a todos os agricultores familiares de Itapiranga. Rambo em sua pesquisa (tabela 6) constatou que apenas 15% dos pais agricultores familiares estimulavam seus filhos a permanecerem no meio rural, enquanto 40% deles estimulavam seus filhos a não permanecer na agricultura. Para o autor o não estímulo aos filhos permanecerem na propriedade deve-se ao grande sacrifício sem retorno, ou porque o agricultor depende muito dos fatores climáticos, ou ainda por não sair muito lucro de pouca terra. Além disso, o não estímulo ou não incentivo à permanência dos filhos na pequena propriedade agrícola é o fato de existência de outras opções de trabalho (não-agrícola), melhores do que ficar na agricultura. Os pais se lembram dos seus anos na agricultura, o que os leva a não quererem que seus filhos sofram como eles.

Ao contrário do que Rambo constatou, observa-se no desejo dos agricultores pluriativos, (tabela 7) que 73,33% dos entrevistados responderam afirmativamente e apenas 20% responderam de forma negativa sobre o estímulo dado aos seus filhos para permanecerem na agricultura. Buscamos através das entrevistas identificar os motivos dos pluriativos em aconselhar seus filhos a permanecerem na agricultura. E para ilustrá-los transcrevemos a seguir alguns fragmentos de entrevistas: R. F. (Sede Capela, Itapiranga) "Aconselho, porque financeiramente é bom, mas é claro que vai depender da vontade deles". Já o entrevistado L. R. (Soledade, Itapiranga) "Gostaria muito, por que na propriedade você tem mais

liberdade e possibilidade de ganhos, a gente vê como é quando estamos trabalhando no frigorífico, lá você não é nada, é menos que uma máquina”.

Tabela 6: Estímulo dado pelos pais, agricultores em geral, para seus filhos permanecerem como agricultores.

<i>Respostas</i>	<i>Número</i>	<i>Percentual</i>
Deixa Liberdade	30	45%
Não estimula	27	40%
Estimula	10	15%
TOTAL	67	100,00

Fonte: Rambo 2004.

Tabela 7: Estímulo dado pelos pais, agricultores pluriativos, para seus filhos permanecerem como agricultores.

<i>Respostas</i>	<i>Número</i>	<i>Percentual</i>
Estimula	22	73,33%
Não estimula	06	20,00%
Deixa Liberdade	02	6,67%
TOTAL	30	100,00

Fonte: Entrevistas em profundidade com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

Paralelamente, os pluriativos que desestimulam seus filhos a permanecer na atividade, como agricultores o fazem baseados no sofrimento enfrentado por quem trabalha no meio rural. A título de ilustração transcrevemos fragmentos de entrevistas: L. T. (Linha Chapéu, Itapiranga), nos dá uma demonstração clara sobre o sofrimento no trabalho rural: “Não só por que é muito judiado, mas quando se produz não tem preço, quando tem preço o tempo não ajuda, você não pode mandar no tempo e no preço, só depende dos outros e da vontade de Deus”. O entrevistado I. T. (Dourado, Itapiranga) nos diz que: “Não, porque se você não tiver muita área de terra a renda é muito baixa e a vida no campo é muito sofrida”.

A diferença no estímulo dado para a permanência no meio rural por parte dos pluriativos ou dos não pluriativos é muito grande, sendo que entre os primeiros 73,33% estimulam os filhos à permanência, enquanto dentre os segundos apenas 15% estimulam a permanência. Cabe aqui um questionamento: qual fator determina esta diferença tão significativa entre dois grupos tão próximos? Uma resposta possível seria em função da renda obtida pela família pluriativa, que na maioria dos casos está acima da média da renda familiar do município de Itapiranga, o que descreveremos mais adiante neste trabalho. Outra resposta poderia ser a experiência que membros da família pluriativa tem ao trabalhar em atividades não agrícolas, sendo que desta forma eles já conhecem a necessidade de cumprimento de jornada de trabalho, obediência a normas e a remuneração o que não é visto tão positivamente por muitos agricultores. Para ilustrar transcrevemos trechos de entrevistas: F.L. (Linha Baú,

Itapiranga) “Na agroindústria você é apenas mais um, uma máquina, que deve executar tarefas, cumprir horários e o salário não é lá aquelas coisas”. L.R. (Linha Soledade, Itapiranga) “Se a gente trabalhar com tanto rigor no cumprimento dos horários na propriedade, bem provável que se consiga obter a mesma renda ou até mais que se obtém no trabalho na agroindústria”. L.G. (Sede Capela, Itapiranga) “quando se trabalha para terceiros a gente deixa de se mandar, e tem fazer o que os outros mandam, daí um minuto de atraso já é motivo para bronca e trabalhando na agricultura isto não é assim. Se trabalhar com dedicação e capricho dá pra ganhar mais na propriedade”.

Para Rambo (2004), quando se debate a sucessão hereditária na propriedade agrícola familiar é porque a mesma é significativa e não há outra atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. A maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade dos pais. Nos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, França e Inglaterra, a passagem de um negócio agrícola para outra geração é bem maior do que a de um negócio não-agrícola. (RAMBO, 2004).

No estudo realizado procuramos identificar o destino provável dos jovens, filhos de agricultores familiares pluriativos do município de Itapiranga. Se outrora a endorreprodução social preconizava o encaminhamento para uma nova unidade de produção agrícola, o que se percebe atualmente é que esta preferência está bastante modificada.

Perguntamos aos jovens, filhos de agricultores pluriativos, sobre qual o futuro profissional pretendido por eles? Ao analisar os dados percebemos a preferência pela saída da propriedade, evidenciando a diferença entre o aconselhamento dos pais e a real pretensão do jovem. Manifestam o desejo de permanência na propriedade e trabalhar exclusivamente na agricultura apenas 7,81% dos rapazes e 3,77% das moças, o que é um dado preocupante, em se tratando de sucessão nas propriedades familiares. Estes dados contradizem o desejo dos pais demonstrado na tabela 7. Ao serem perguntados sobre a intenção de permanecerem no meio rural como pluriativos, responderam afirmativamente 34,38% dos rapazes e 15,09% das moças. Cabe destacar que apesar de o desejo dos jovens ser menor do que o aconselhamento dos pais há um percentual significativo de jovens que tem interesse em permanecer na propriedade como pluriativos. Entre os entrevistados 54,68% dos rapazes e 75,47% das moças responderam que definitivamente pretendem sair da propriedade para buscar outra forma de ganhar a vida que não o trabalho na agricultura, seja na própria cidade de Itapiranga ou em outras cidades. Ainda, um percentual significativo de jovens, 6,25% dos rapazes e 9,43% das moças, tem objetivo de sair do país para estagiar ou estudar em países europeus, principalmente na Alemanha e Áustria. Nestes países passam por um período de 1 a 2 anos de trabalho e estudo em propriedades rurais, o que é visto com bons olhos pelos pais, pois

consideraram este estágio como uma formação técnica na área agrícola. Alguns destes jovens acabam se naturalizando nos países de destino, seja pela conquista da dupla cidadania e/ou casando-se e constituindo família na Europa.

Por outro lado, o depoimento a seguir nos ilustra que o estágio na Alemanha permitiu ao jovem adquirir a condição técnica para ser o sucessor da propriedade. O conhecimento de novas técnicas de trabalho através da vivência do jovem, fez com que o pai passasse a confiar a ele o papel de coordenador das atividades da propriedade.

“Quando o meu filho falou em ir para a Europa pela primeira vez, chegamos a pensar que isto era besteira. Cheguei a dizer pra ele que então era melhor ir trabalhar no frigorífico. Depois de refletir e conversar muito com a esposa e ele (o filho) chegamos à conclusão que realmente deveria ir. Em 1988 ele foi pra Alemanha, ficou por lá dois anos sem voltar pra casa, confesso que pensei que ele não quisesse mais voltar. Passados os dois anos ele voltou pra casa e me disse que podíamos mudar muitas coisas em nossa propriedade, porém eu deveria aceitar a mudança. Tive certo medo de fazer isto, mas por outro lado, sabia que os alemães já desenvolveram muito mais sobre agricultura do que nós, então resolvi aceitar. Percebi que quando se tem conhecimento as coisas funcionam melhor. Hoje nossa propriedade produz bem mais e trabalhamos muito menos. Deixamos de fazer trabalhos supérfluos e fizemos realmente o que deve ser feito. As moças saíram todas de casa e o meu filho e eu tocamos a propriedade e ainda ele trabalha na Escola Agrícola dando aula”. (Entrevistado A. S. Santa Fé, Itapiranga)

O depoimento evidencia a transformação ocorrida numa propriedade familiar a partir do momento em que um membro (filho) retorna do estágio na Europa. No exemplo ilustrado, percebe-se a aceitação do pai para com o conhecimento trazido pelo filho. Porém, sabe-se que em muitos casos, quando os filhos retornam da Europa ou até mesmo do Colégio Agrícola, estes não conseguem colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Isto tem ocorrido pela não aceitação da mudança por parte dos pais, ou pela falta de habilidade dos filhos em transmitirem aos demais membros da família a confiança necessária para dividir as responsabilidades que a atividade exige.

Voltando a questão da sucessão da propriedade familiar, o que se observa na agricultura familiar de Itapiranga é uma tendência crescente de propriedades que não terão um sucessor que pretenda trabalhar exclusivamente na agricultura. Para muitas propriedades resta uma perspectiva razoável de sucessores, mas que pretendem trabalhar de forma pluriativa.

Os dados das tabelas 8 e 9, nos revelam a significativa diferença dos filhos dos agricultores pluriativos com relação aos filhos da agricultura familiar em geral, quanto ao futuro profissional desejado pelos jovens. No estudo realizado por Rambo (2004) verificamos

que o número de jovens que pretendiam ficar na agricultura, como proprietários ou de forma pluriativa somavam apenas 14,52% dos rapazes e 1,66% das moças. Por outro lado no estudo que realizamos com as famílias pluriativas observamos que 42,19% dos rapazes e 18,86% das moças manifestam a intenção de manter vínculos econômicos com a propriedade.

Tabela 8: O futuro profissional desejado por moças e rapazes da agricultura familiar pluriativa de Itapiranga.

RESPOSTAS	<i>Rapazes</i>		<i>Moças</i>	
	nº	%	nº	%
Ficar na agricultura como proprietário	05	7,81%	02	3,77%
Estudar para ter um futuro melhor na cidade	17	26,56%	19	35,85%
Ficar no meio rural ocupar-se com atividades não-agríc.	02	3,13%	03	5,67%
Ocupar-se em atividades agrícolas e não agrícolas	22	34,38%	08	15,09%
Estudar e trabalhar no exterior	04	6,25%	05	9,43%
Outros (atividade não agrícolas)	14	21,87%	16	30,19%
TOTAL	64	100,00	53	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

Tabela 9: O futuro profissional desejado por moças e rapazes da pequena propriedade agrícola de Itapiranga.

REPOSTAS	<i>Rapazes</i>		<i>Moças</i>	
	nº	%	nº	%
Ficar na agricultura como proprietário	07	11.30%	00	0.00%
Estudar para ter um futuro melhor na cidade	20	32.25%	29	48.33%
Ficar meio rural e ocupar-se com atividades não-agríc.	01	1.61%	01	1.66%
Ocupar-se em atividades agrícolas e não agrícolas	02	3.22%	01	1.66%
Estudar e trabalhar no exterior	02	3.22%	02	3.33%
Outros (atividade não agrícolas)	30	48.40%	27	45.00%
TOTAL	62	100,00	60	100,00

Fonte: Rambo 2004.

O número de jovens da agricultura familiar em geral que pretendiam estudar ou buscar um futuro melhor em outra atividade não agrícola, conforme Rambo (2004) era de 83,87% dos rapazes e 96,66% das moças. Dentre os pluriativos este número se reduz para 54,68%, dos rapazes e 75,47% das moças. Na agricultura familiar em geral apenas 3,22% dos rapazes e 1,66% das moças pensavam em desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas simultaneamente (RAMBO, 2004), enquanto dentre os pluriativos 34,38% dos rapazes e 15,09% das moças pretendem continuar desenvolvendo a pluriatividade.

Constata-se uma diferença bastante grande entre a pretensão futura dos filhos dos pluriativos e dos filhos dos agricultores familiares que se dedicam exclusivamente às atividades de produção e cultivo, sobre a continuidade no meio rural. Este fenômeno pode ser associado à lógica da renda do próprio jovem, pois sem uma perspectiva de renda para o futuro este busca atividades na qual isto seja possível. Porém a fuga do campo pode ser associada também a todo um imaginário e desconhecimento da cidade e do trabalho operário, o qual o jovem apenas percebe ao experimentar, e neste momento muitas vezes por vergonha, ou falta de opção ele acaba não voltando para o meio rural.

Com relação ao desejo das moças da pequena propriedade familiar, aparece novamente o desinteresse geral em permanecer na atividade. No estudo de Rambo (2004), nenhuma moça pretendia continuar na agricultura como proprietária, e apenas 1,66% pretendiam trabalhar de forma pluriativa. Dentre as pluriativas, constatamos uma busca muito grande pela formação profissional e pôde ser constatado que 18,86% das moças das famílias pluriativas manifestaram intenção de manter vínculos com a atividade agrícola através da pluriatividade.

Em uma análise genérica somos levados a concluir que a agricultura familiar de Itapiranga estaria com seus dias contados, uma vez computados os dados apresentados pelo estudo realizado por Rambo, em 2004. Por outro lado, podemos verificar que a agricultura familiar não é estática, que ela se transforma com o passar dos anos e assim sendo acreditamos que ela não deva desaparecer, mas que pelo contrário, estará se adaptando às novas realidades, e o caminho mais provável para garantir sua reprodução social, no momento, é a pluriatividade.

3.6 Atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades pluriativas de Itapiranga

Buscamos levantar junto aos estabelecimentos familiares pluriativos, quais os tipos de atividades produtivas desenvolvidas na propriedade. Os dados da tabela 10, mostram que nas unidades de produção agrícolas pluriativas de Itapiranga continuam sendo desenvolvidas diversas atividades produtivas. O grande número de atividades desenvolvidas nestas propriedades deve-se principalmente a uma tradição de policultura, amplamente difundida como uma alternativa para as pequenas propriedades, desde o período de instalação da colonização.

A presença da policultura fica mais uma vez evidente quando analisamos os dados da tabela 10, onde constatamos que somente 3,33% dos estabelecimentos possuem apenas uma atividade produtiva. O número de estabelecimentos que possuem duas atividades chegam a 13,34%, enquanto que os que desenvolvem três atividades produtivas somam 43,33%. Portanto 86,66% das propriedades desenvolvem três ou mais tipos atividades produtivas em sua unidade e produção. Estes dados provam que a opção pela busca de renda complementar no trabalho não agrícola, não obriga a transformação do modelo de agricultura policultora predominante entre o grupo pesquisado. Apesar da opção pela pluriatividade os agricultores continuam sendo policultores.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos agricultores pluriativos, destacam-se o cultivo de cereais, criação de aves e suínos e a produção de leite. Estas atividades, devido a sua tecnificação e automação, exigem cada vez menos mão-de-obra, possibilitando a liberação de membros do grupo familiar para atuar em trabalhos não agrícolas. No contato com os agricultores pluriativos percebemos que onde não existe a possibilidade de a família adquirir o equipamento para a mecanização dos trabalhos, optou-se pela contratação de serviços de terceiros, reduzindo significativamente a necessidade de mão de obra familiar para executar as tarefas do dia a dia do homem do campo.

Tabela 10 Número de atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades pelas famílias de agricultores pluriativos do município de Itapiranga/SC

<i>Nº de atividades</i>	<i>Nº propriedades</i>	<i>Percentual</i>
Uma atividade	4	3.33%
Duas atividades	16	13.34%
Três atividades	52	43.33%
Quatro ou mais	48	40.00%
TOTAL	120	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

O desenvolvimento de diversas atividades produtivas no mesmo estabelecimento gera pontos de vista divergentes: se para alguns, o fato de possuir diversas opções econômicas oferecem oportunidades para superar períodos de crise em determinados setores da agricultura familiar, para outros, o fato de desenvolver diversas atividades simultaneamente, dificulta o processo de especialização, pela diversidade de atividades realizadas em uma mesma unidade de produção.

Analisando a tabela 11, sobre os tipos de atividades desenvolvidas nas propriedades, percebe-se que a grande maioria dos agricultores familiares pluriativos vem desenvolvendo a atividade de produção leiteira, sendo que 70,83% das propriedades produzem leite para a comercialização. A atividade leiteira é uma atividade que possibilita um grande número de agricultores desenvolvê-la pelo fato de não ser integrada diretamente a agroindústria e também porque pode ser desenvolvida em pequena escala. Ainda com relação à preferência do desenvolvimento da atividade leiteira pelo agricultor pluriativo, observamos no estudo, que isto se dá porque ela propicia à família o aproveitamento dos sub-produtos do leite, como é o caso da nata, do queijo e do requeijão. Além disto, os machos e animais de descarte são comercializados para o abate, quando não são abatidos para o próprio consumo da família ou agregação de valor através de seu processamento e comercialização.

A agregação de valores e o aproveitamento dos subprodutos, nas propriedades familiares agrícolas, por muito tempo foram tidos como produtos da economia feminina. Segundo Givant apud Mior (2005, p.199):

“A estratégia de agregação de valor freqüentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras, emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a agricultura familiar.

O entrevistado E. B. (Sede Capela, Itapiranga) em seu depoimento deixa clara a importância da contribuição do trabalho extra desenvolvido pela mulher no processo de agregação de valores aos produtos produzidos na propriedade, e dá sinais de que aquela atividade anteriormente menosprezada agora tem papel econômico importante na renda familiar, vejamos um fragmento de sua entrevista:

“Nós desenvolvemos na nossa propriedade a agricultura, criamos alguns suínos e temos a produção de leite. Além disso a mulher faz uns produtos pra serem vendidos na cidade de casa em casa, o que a gente faz uma vez por semana. Do leite ela faz um tanto de nata, manteiga, queijo colonial e algum requeijão. Também faz Schmier (doces de frutas), ainda produzimos

bolachas, rapadura, cuca e outros produtos de padaria colonial. Pra falar a verdade no início quando a mulher vendia as primeiras vezes a gente tinha vergonha, por que era aquele dinheiro miúdo, os valores eram pequenos, mas hoje dá vontade de abandonar as outras atividades e ficar só na agregação de valor. Os filhos que trabalham em casa e fora, podiam ajudar na venda, então ia ser menos judiado”.

Já a suinocultura, diferentemente da produção leiteira, é uma atividade altamente integrada à agroindústria. Percebeu-se nas entrevistas que 54,16% das propriedades produzem suínos, sendo para o consumo próprio ou para comercialização. Do total das propriedades que produzem suínos, 74,3% são integrados à agroindústria. Dos proprietários que não são integrados à agroindústria, quando questionados sobre a produção de suínos para comercialização, apenas dois responderam afirmativamente que produzem suínos para comercialização, porém estes são comercializados para abatedouros locais.

No setor da avicultura observa-se algo muito parecido com a suinocultura, das 23 propriedades que produzem aves, 17 são integradas à agroindústria. Das 6 propriedades não integradas, 4 produzem ovos para comercialização e duas trabalham com a produção de frangos semi-caipiras para venda junto a feira municipal.

Tabela 11: Atividade produtivas desenvolvidas nas 120 propriedades pluriativas de Itapiranga.

<i>ATIVIDADE</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Leite	85	70.83%
Suínos	65	54.16%
Milho	64	53.33%
Fumo	33	27.50%
Soja	24	20.00%
Aves	23	19.17%
Outros	23	19.17%
bovinos/corte	19	15.83%
Apenas para subsistência	16	13.33%

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Outra atividade que ainda aparece com muita frequência nas propriedades da agricultura familiar no município de Itapiranga é a produção de milho, que tem sido historicamente o produto mais importante da agricultura familiar desta região, porém já perdeu sua expressão econômica em grande parte das propriedades. Em 53,33% das propriedades ainda se produz o milho, seja para a comercialização, ou para o consumo interno da propriedade, na confecção de silagem com aproveitamento integral da planta, na confecção de silagem de grão úmido, ou ainda sendo colhido de forma tradicional e armazenando na própria propriedade para a confecção de rações para os animais.

A produção de milho para comercialização, até o final da década de 1980, conforme dados da secretaria municipal da agricultura de Itapiranga, era a principal fonte de renda de 85% dos agricultores familiares, enquanto hoje, dentre os pluriativos, a repercussão econômica do milho tem caído a valores praticamente insignificantes. O entrevistado J.T. (Rickia, Itapiranga) nos dá um depoimento indicativo da redução da participação da produção de milho como atividade econômica principal da propriedade:

“Quando nós iniciamos a atividade de exploração da nossa propriedade aqui em Itapiranga, no início da década de setenta, o principal produto logo foi o milho, por que começaram as integrações de aves e logo em seguida de suínos, daí era produzir e vender. Mão de obra a gente tinha bastante, a família era grande, então primeiro arava a terra com bois depois veio o trator, primeiro limpava o milho com arado e enxada, depois com o uso de agrotóxicos, primeiro o milho era quebrado a mão, guardado no paiol em espiga e trilhado à medida que se necessitasse, depois passou a ser colhido com colheitadeiras e estocado em silos para ser vendido ou então consumido pela própria propriedade, mas aí o pequeno já não podia mais concorrer. Só que com o passar do tempo o transporte passou a ser mais eficiente e de repente começa a surgir o milho da Argentina, do Paraguai, do Mato Grosso e de outras regiões, o que derrubou o preço e ficou totalmente inviável para a pequena propriedade produzir milho para vender. Como é que um pequeno agricultor, com o uso do trabalho braçal, vai concorrer com as grandes propriedades que usam máquinas e produzem em grande quantidade?”

Atividades um pouco menos expressivas, mas ainda muito significativas para a agricultura familiar são a produção de gado de corte, fumo e soja (tabela 11). A soja historicamente teve participação pequena na economia local, por uma série de fatores, principalmente pelo relevo acidentado que dificultou a mecanização da atividade. O fumo serve como opção para a propriedade de área muito reduzida, por exigir muita mão-de-obra e proporcionar retorno significativo por área cultivada. O gado de corte e/ou os descartes da produção leiteira, ocupam papel importante nas pequenas propriedades, por representarem uma renda extra.

Na classificação outros da tabela 11, podemos enquadrar atividades como a fruticultura, piscicultura, reflorestamento e apicultura, atividades que passam a desempenhar papel importante na agricultura pluriativa, pois além de não exigirem o emprego constante de mão de obra, tem auxiliado de maneira significativa na manutenção econômica do grupo familiar.

A produção apenas para subsistência ou para o consumo próprio, também é desenvolvida em núcleos familiares pluriativos. A produção somente para subsistência é

viável, pois exige o emprego de pouca mão de obra e ao mesmo tempo reduz significativamente os gastos com alimentação do grupo familiar.

Nas propriedades pluriativas constatou-se a presença com muita frequência da integração de alguma atividade com a agroindústria. A parceria entre a agroindústria e o agricultor possibilitou que a agroindústria garantisse a matéria prima de qualidade, ao mesmo tempo em que o agricultor tivesse condições de produzir em grande escala, por receber em sua propriedade a tecnologia e os insumos necessários. Por outro lado, a parceria com a agroindústria gera um vínculo entre o agricultor familiar e a mesma, no qual ele passa a ser um operário a domicílio, limitado a realizar tarefas pré-estabelecidas pela integradora.

Tabela 12: Atividades desenvolvidas em sistema de integração pelos agricultores familiares pluriativos de Itapiranga/SC.

<i>Atividade</i>	<i>nº de propriedades</i>	<i>Percentual</i>
Suinocultura	49	40.83%
Avicultura	17	14.17%
Fumo	07	5.83%
Reflorestamento	05	4.17%

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Nas famílias pluriativas pesquisadas, o sistema de integração que se destaca (tabela 12), é o de suínos, que é realizado em 40,83% das propriedades pesquisadas. Este tipo de integração com a agroindústria possibilitou, através do uso de tecnologias, a liberação de parte dos membros da família para se ocupar em outras atividades. A avicultura conta com 14,17% dos entrevistados integrados à agroindústria. Este setor aparece com menor incidência dentre as famílias pluriativas devido à grande concentração de animais exigido pelas agroindústrias por unidade de produção, demandando muita mão de obra familiar, restando pouco tempo para atividades extras. Já 5,83% das propriedades pesquisadas são integradas na produção de fumo. Este tipo de produção tem sua importância reduzida devido ao elevado uso de agrotóxicos e por exigir o uso intenso de mão de obra. A saída de membros da família para trabalhar na agroindústria fez com que muitos abandonassem o cultivo do fumo. A integração na área de reflorestamento ocorre em 4,17% das propriedades. Este tipo de integração é uma atividade recente e vem chamando atenção, pois além de ser uma atividade econômica rentável, vem proporcionando contribuição significativa para a preservação ambiental.

Assim podemos verificar que, o surgimento do sistema de integração de reflorestamentos pode ser uma alternativa econômica interessante para a agricultura familiar quando analisada a médio e longo prazo, além de contribuir para a melhoria do meio ambiente. Assim sendo, como demonstrado neste item, a opção pela pluriatividade não leva ao fim do modelo policultor da agricultura familiar do município de Itapiranga

3.7 Atividades não agrícolas em que trabalham os membros das famílias pluriativas.

A tabela 13 revela que 17,47% dos membros das famílias pluriativas estão ocupados em atividades relacionadas ao serviço público (maioria professores), atividade que exige formação acadêmica para seu desempenho. Já 14,46% dos membros da família pluriativa trabalham junto ao comércio e prestação de serviços, o que exige no mínimo algumas capacidades como cortesia, conhecimento específico na área, conhecimento sobre informática, dentre outros. Na agroindústria estão empregados 45,18% dos membros das famílias pluriativas. Nesta área há uma concentração maior até por que a agroindústria é a responsável por gerar diretamente mais de 50% das vagas de trabalho no município de Itapiranga. Não raro encontrarmos, neste segmento, membros das famílias pluriativas que são chefes de seção da indústria de abate e processamento, que trabalham no setor burocrático, ou ainda técnicos agrícolas que prestam assistência ao produtor rural integrado. Como o meio rural de Itapiranga é muito dinâmico, é possível encontrar com relativa frequência membros da família pluriativa trabalhando em outras propriedades rurais como diaristas, perfazendo 9,04% dos trabalhadores ocupados de forma pluriativa, na construção civil 7,83%, e em outras atividades, como transporte, oficina mecânica, prestadores de serviços terceirizados, 6,02% dos trabalhadores ocupados em atividades não-agrícolas.

Os dados de Itapiranga são muito diferentes dos dados levantados por Schneider nos municípios de Blumenau/SC e Santa Maria do Herval/RS, em que constatou que no RS 84% dos pluriativos trabalham na indústria e em SC 59%. No caso de Itapiranga 45,18% dos trabalhadores rurais pluriativos trabalham na indústria. Da mesma forma o serviço público e o comércio em Itapiranga somados representam 31,93%, enquanto no caso estudado por Schneider no RS representam apenas 12% e em SC representam 10,20%.

O número expressivo de trabalhadores rurais de Itapiranga atuando junto à agroindústria tem uma explicação lógica, pois a partir da década de 1990, com a crise no setor agropecuário e a conseqüente ampliação do frigorífico de aves da empresa Seara Alimentos SA, hoje Cargil Alimentos, houve um processo de seleção dos integrados. A partir de então ocorreu uma maior concentração de animais por propriedade e ao mesmo tempo aumento da produção, desta forma gerando os excluídos do processo de integração e uma maior demanda por mão-de-obra na indústria de abate e processamento. Esta agroindústria gera atualmente mais de 3.600 postos de trabalho diretos.

Tabela 13: Atividades complementares em que trabalham os membros das famílias pluriativas do município de Itapiranga/SC.

<i>Atividades</i>	<i>Número de pessoas</i>	<i>Percentual</i>
Agroindústria	75	45.18%
Servidor público	29	17.47%
Comércio	24	14.46%
Diarista	15	9.04%
Construção civil	13	7.83%
Outros	10	6.02%

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Outra contribuição importante para a geração de empregos na agroindústria local foi a reativação do frigorífico de abate de suínos Spitze. Ele foi adquirido pela Cooperita (cooperativa local) em meados da década de 1990 e no ano de 2004 foi vendido para o grupo Mabella, momento que passou por diversas ampliações, chegando atualmente a uma capacidade de abate de 1.600 suínos dia. Este empreendimento gerou mais de 400 novos postos de trabalho, sendo muitos deles ocupados por membros da agricultura familiar. Portanto, o setor agroindustrial em Itapiranga oferece atualmente mais de 4.000 postos de trabalho, de um total de 7.924 vagas.

Este cenário proporcionou um significativo incremento em outras atividades, não apenas aquelas ligadas diretamente à agroindústria, visto que com o aumento da capacidade de abate houve a necessidade de incrementar a produção. Paralelamente, o comércio gerou novas vagas, o setor de prestação de serviços teve incremento, inclusive o serviço público aumentou suas vagas de trabalho. Segundo dados do IBGE (2004), Itapiranga possui 314 empresas atuando no ramo comercial, 115 indústrias e 185 empresas prestadoras de serviços.

Importante lembrar que o Plano de Desenvolvimento Econômico do município de Itapiranga, realizado em 1962, já citado anteriormente, foi o principal instrumento articulador capaz de mobilizar o capital social do município de Itapiranga para a dotá-lo de uma ampla estrutura agroindustrial e empresarial, o que possibilita atualmente esta articulação entre os espaços rural e urbano, para o desenvolvimento local.

3.8 Escolaridade dos membros das famílias pluriativas de Itapiranga

A análise da escolaridade dos membros da família pluriativa nos revela que num comparativo entre homens e mulheres, as mulheres tem maior índice entre aqueles que ainda não possuem o primeiro grau completo. Não houve nenhum entrevistado analfabeto, o que é certamente resultado do pioneirismo das escolas paroquiais e comunitárias que foram sendo instaladas desde o início da colonização de Itapiranga.

Quanto ao percentual ligeiramente superior de homens que tem freqüentado níveis mais avançados de ensino, se deve principalmente a presença do Colégio Agrícola, o qual serviu como instituição formadora na área agrícola, e tem sido freqüentado principalmente por filhos homens, assim encaminhando vários para o ensino superior.

Tabela 14: Grau de Instrução dos membros das famílias pluriativas do Município de Itapiranga/SC.

<i>Grau de instrução</i>	<i>Homen</i>	<i>%</i>	<i>Mulhere</i>	<i>%</i>	<i>Filho</i>	<i>%</i>	<i>Tota</i>	<i>%</i>
	<i>s</i>		<i>s</i>		<i>s</i>		<i>l</i>	
Analfabeto	00	0,00	00	0,00	00	0,00	0,00	0,00
Primeiro grau incompleto	36	31.03	52	44.07	84	32,81	172	35,10
Primeiro grau completo	28	24.14	16	13.56	12	4,67	56	11,43
Segundo grau incompleto	04	3.45	08	6.78	36	14,06	48	9,80
Segundo grau completo	24	20.69	22	18.64	48	18,75	94	19,18
Terceiro grau incompleto	04	3.45	04	3.39	48	18,75	56	11,43
Terceiro grau completo	20	17.24	16	13.56	28	10,94	64	13,06

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Observando-se os dados dos filhos dos pluriativos não há como realizar uma análise conclusiva, pois grande número deles ainda se encontra em idade para freqüentar o ensino fundamental e médio, porém é perceptível a preocupação dos pais com a formação dos filhos (tabela 14). Neste contexto, a freqüentar o ensino superior é uma realidade para os filhos de agricultores pluriativos. Isto se deve por dois fatores: a) a proximidade de uma instituição de ensino superior, FAI – Faculdades de Itapiranga, criada no ano 2000, que atualmente oferece diversos cursos de nível superior dentre eles: Administração, Agronomia e Medicina Veterinária, diretamente ligados a área rural. b) a melhoria da renda das famílias pluriativas, o que possibilita o investimento em formação profissional, pois além de suprir as necessidades básicas, o complemento orçamentário possibilita o investimento em educação formal.

Estes dados nos revelam uma significativa diferença em relação ao estudo realizado por Schneider (2003) em Blumenau SC e em Santa Maria do Herval RS. Pois naqueles municípios, respectivamente, ele constatou que 87% e 85,2% dos pluriativos possuem apenas o primeiro grau incompleto e apenas 4,3% e 0,9% possuíam o segundo grau completo. Conforme a tabela 14 em Itapiranga 43,67% dos membros das famílias pluriativas possuem

no mínimo o segundo grau completo e 13,60% possuem ensino superior completo. Estes dados nos possibilitam relacionar o maior grau de instrução dos itapiranguenses em relação ao estudo de Schneider, para habilitá-los a ocupação de postos de trabalho que exijam melhor qualificação profissional, o que fica provado na tabela 13, onde aparece um alto índice de pluriativos trabalhando como servidores públicos, e no comércio. Ainda nesta linha de raciocínio observamos que os pluriativos estudam mais que os demais agricultores de Itapiranga. Dentre os primeiros, 53,47% dos membros da família ingressaram pelo menos no ensino médio (tabela 14), enquanto no geral, apenas 38,60% estão neste nível de instrução (IBGE, 2006).

Ao entrevistar as famílias pluriativas, perguntamos sobre a necessidade de seus filhos terem formação profissional para continuar na atividade agrícola, ou atuar em outro ramo de atividade. As respostas foram todas unânimes, justificando que em qualquer atividade que seu filho venha a atuar o conhecimento é fundamental. A título de ilustração transcrevemos partes de depoimentos: entrevistado F. L. (Linha Baú, Itapiranga) “Daí o trabalho na agricultura se torna mais viável, pois com o conhecimento específico sobre o assunto a gente passa a errar menos”. Entrevistado L. K. (Cordilheira, Itapiranga), “sem a qualificação profissional é difícil de se integrar e manter num mercado de trabalho que venha a garantir o sustento para a família”. Entrevistado L. G. (Sede Capela, Itapiranga) “Porque assim nossos filhos terão condições de crescer e até atuar em outros ramos que não a agricultura”.

Silvestro *et al* (2001, p.114) ao falar da preparação profissional dos agricultores familiares nos diz que:

Existe hoje um conjunto considerável de organizações e programas voltados à formação profissional dos agricultores. O desafio não está em localizar um ou outro programa ainda não existente, mas em criar a sinergia que transmita à população rural (sobretudo aos jovens) os sinais necessários para que possam de maneira verossímil construir seus projetos de vida no meio rural. O essencial para isso é que se forme uma verdadeira rede composta pelos mais diferentes tipos de atores, das organizações locais, a Epagri, passando pelos sindicatos, pelas escolas e pelas ONGs. O importante é que a formação estritamente técnica esteja associada a uma prática de valorização das capacidades produtivas e associativas da agricultura familiar.

Para os mesmos autores, os jovens são a maior parcela ativa da população rural com capacidade de adquirir experiências de gestão do negócio familiar, por terem facilidade de assimilação do conhecimento e de práticas produtivas. Sob este ponto de vista o agricultor passa a utilizar técnicas de produção e manejo visando otimizar os recursos naturais, tecnologia e o uso da mão de obra.

O elevado grau de escolaridade dos pluriativos de Itapiranga está diretamente ligado ao histórico do município, que conforme já descrito, uma das primeiras preocupações dos colonizadores ao se instalarem nas linhas rurais, era a construção de um espaço que servisse como Igreja e também como Escola. Mesmo antes de o Estado assumir o Ensino a comunidade local já dispunha de uma estrutura educacional, mantida pelos agricultores, mas coordenada pela Igreja. Ainda neste processo de formação escolar, destaque-se mais uma vez o Plano de Desenvolvimento Econômico realizado na década de 1960, o qual sugeria a construção de uma escola de formação para os agricultores, obra esta concretizada e estendida para uma instituição de ensino superior, instalada no município.

3.9 Renda bruta X renda líquida das famílias pluriativas de Itapiranga

Dados do diagnóstico local do município de Itapiranga (2007) dão conta que a renda familiar média mensal da população itapiranguense era de 2,50 salários mínimos. As entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares pluriativos nos apresentam um diagnóstico da situação remuneratória dos mesmos. Ao observarmos a tabela 15, da renda líquida anual em salários mínimos, constata-se que a renda de grande parte das famílias pluriativas está acima da média do município. Isto mostra que as famílias pluriativas obtêm rendimentos satisfatórios e assim conseguem atender as necessidades sociais de seu grupo.

Para obtenção dos dados sobre a renda média anual foram consideradas as rendas oriundas da produção da propriedade e o(s) salário(s) obtido(s) em rendas complementares. Foram desconsiderados como renda os valores obtidos com aposentadoria. Do total de entrevistados, encontrou-se 27 aposentados, sendo 25 da agricultura e dois funcionários públicos.

Constata-se nos dados da tabela 15 que apenas 10,00% das famílias pluriativas recebem até 20 salários mínimos líquidos anuais, representando renda de até 1,67 salários mínimos líquidos mensais por grupo familiar. Por outro lado constata-se que 43,33% das famílias pluriativas recebem mais de 80 salários mínimos líquidos anuais, representando 6,67 salários mínimos líquidos mensais por grupo familiar.

Tabela 15: Renda bruta X renda líquida anual por família em salários mínimos das propriedades de agricultores pluriativos do município de Itapiranga/SC.

<i>Número de salários</i>	<i>Renda bruta</i>		<i>Renda líquida</i>	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Menos de 20	00	0,00	12	10,00
20 --- 40	04	3.33	36	30,00

40 --- 80	32	26,67	20	16,67
81 --- 120	32	26,67	20	16,67
121 --- 160	16	13,33	28	23,33
Mais de 160	36	30,00	04	3,33
TOTAL	120	100,00	120	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Quanto às famílias pluriativas, é importante ainda fazer uma observação a respeito da renda líquida, pois estas famílias não incluem em seu cálculo a produção obtida para o auto-consumo. Se considerarmos este aspecto, as famílias de agricultores pluriativos de Itapiranga estão em ampla vantagem se comparadas às demais, por obterem ainda uma renda não agrícola. Portanto, observando os dados da pesquisa e associando-os com a afirmação de grande número de agricultores familiares pluriativos, que aconselham seus filhos a continuar na atividade, por considerá-la rentável, podemos concluir que a pluriatividade é uma alternativa economicamente interessante para jovens que queiram permanecer na agricultura e trabalhar desta forma.

Outra análise a ser feita é sobre a renda mensal em salários mínimos recebidos pelos membros das famílias pluriativas, em atividades não agrícolas. Dentre os pluriativos 76,47% recebem até dois salários mínimos mensais e apenas 3,92% recebem mais de quatro salários mínimos mensais (tabela 16).

Tabela 16: Renda mensal, em salários mínimos, dos membros das famílias pluriativas do município de Itapiranga/SC que trabalham em atividades não agrícolas.

<i>Salários mínimos</i>	<i>Trabalhadores</i>	<i>Percentual</i>
Até 1	4	01,96
1 --- 2	152	74,51
2 --- 3	28	13,73
3 --- 4	12	05,88
Mais de 4	08	03,92

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008

Os dados da tabela 16 demonstram que a renda obtida em atividades extra à propriedade não é tão expressiva. Porém, ela assume maior significado a partir do momento em que a família produz em sua unidade os produtos para sua subsistência, quando esta se transforma em renda líquida além dos outros produtos, produzidos comercialmente nas propriedades. Como pelo menos 43,33% das propriedades tem renda líquida mensal superior a 6,67 salários mínimos mensais e como a maior parcela dos pluriativos recebem até 2 salários mínimos nas atividades externas à propriedade, pode-se concluir que a renda na propriedade agrícola também é significativa na realidade estudada.

A pluriatividade, ao longo da história de Itapiranga, tem assumido importante função para a reprodução social dos agricultores familiares. Se no começo da colonização o agricultor tinha sua principal preocupação em produzir alimentos para a subsistência, era porque sua propriedade era a única opção de trabalho e todos os esforços se concentravam nela. Gradativamente foi se estabelecendo o comércio para os produtos da agricultura familiar. A revolução verde, aliada aos sistemas de integração, a implantação das agroindústrias, dentre outras inovações, colocou em risco a sobrevivência da agricultura familiar, apenas através da propriedade rural. É neste momento que alternativas para o agricultor familiar se fazem necessárias. Parte do grupo familiar passou a buscar renda em atividades não agrícolas e continuou trabalhando na propriedade nos horários que a indústria não trabalha, garantindo assim a permanência de grande número de agricultores familiares no meio rural.

Podemos considerar, para o caso de Itapiranga, que a pluriatividade é atualmente fator determinante para evitar o esvaziamento do meio rural. A renda extra para agricultura familiar faz com que ela tenha condições de atender de maneira mais digna suas necessidades sociais e biológicas.

3.10 As concepções de meio ambiente dos agricultores pluriativos de Itapiranga

A colonização de Itapiranga teve presente em suas origens a preocupação com as questões ambientais. Embora, conforme descrito no primeiro capítulo, a visão dos desbravadores que ali chegavam era de que a floresta deveria ser derrubada para implantar lavouras, os mentores da colonização tinham a preocupação com a natureza.

Perceber os recursos naturais, como ingredientes necessários para a sobrevivência do agricultor familiar de Itapiranga é resultado de um longo processo de conscientização realizado desde a instalação da colônia. Esta mudança de percepção começa pelos congressos católicos realizados no Sul do Brasil, passando pelas orientações técnicas da escola agrícola, dos órgãos de assistência técnica pública e privada, culminando com a aplicação da legislação ambiental.

No estudo de campo realizado junto aos agricultores familiares pluriativos, estes demonstraram em suas falas a mudança de concepção ambiental, relatando sua falta de critérios para o trato com o meio ambiente em épocas passadas, havendo inclusive uma crítica sobre a demora da aplicação da legislação ambiental. Por outro lado há também uma preocupação quanto à continuidade da vida, o que é visto como positivo por comprometer o agricultor a cuidar do meio ambiente. Para demonstrar este entendimento descrevemos um fragmento de entrevista realizada com L. G. (Sede Capela, Itapiranga):

“No passado nós cometemos uma verdadeira selvageria com o meio ambiente e não conseguimos acumular nenhum capital. A começar com a abertura das primeiras áreas, com a retirada do mato, a gente só aproveitava o filé (as madeiras nobres e retas) o restante ou era amontoado e queimado, ou era jogado nas bordas para ali apodrecer. Outra coisa, não se olhava para fontes de água, até por que tinha água à vontade e de boa qualidade. Por isso eu acho muito bom a lei ambiental ser bastante rigorosa. Se eu voltar o olhar para o passado, hoje penso que a aplicação da legislação ambiental deveria ter sido cobrada, no mínimo, já desde o início dos anos oitenta. Acredito que hoje a nossa vida seria muito mais saudável e nossos netos teriam uma expectativa de vida melhor, do jeito que a coisa anda não sei se eles vão conseguir viver até a sua velhice”

No depoimento é notória a mudança da percepção sobre meio ambiente por parte do agricultor, que antes concebia a floresta como um limite para o desenvolvimento de sua propriedade. Agora entende que é preciso preservar os recursos naturais para a sua sobrevivência. Isto prova que o processo de conscientização ambiental vem avançando nas últimas décadas e está surtindo efeitos positivos.

Fator que merece discussão é a falta de conhecimento pormenorizado, que o agricultor familiar tem sobre a legislação ambiental, e também segundo depoimentos dos agricultores o despreparo do pessoal técnico ao longo dos anos, para informar corretamente sobre as questões ambientais. Fatores estes que conduziram ao erro, muitas vezes involuntário, do agricultor ao realizar uma atividade ou empreendimento de potencial poluidor ou agressivo ao meio ambiente, segundo o entrevistado R. F. (Sede Capela, Itapiranga):

“A falta de conhecimento da legislação, não só pelo agricultor, mas principalmente pelos técnicos que deveriam saber e orientar corretamente, foi o maior problema do agricultor, pois na vontade de acertar acabamos errando pela informação que nos era passada. Nós agricultores acabamos tendo dificuldade de adequar nossa atividade a legislação, porque não

sabemos o que é certo, além disso, o tamanho da propriedade dificulta para respeitar as distancias obrigatórias.”

No Brasil, a legislação de cunho ambiental já possui uma longa caminhada, porém sua efetiva cobrança é muito recente. Desta forma criou-se um desconforto, principalmente entre os agricultores familiares, a partir do momento que a legislação passou a ser efetivamente cobrada. Talvez o maior problema neste sentido não seja a lei ou o fato de sempre se ter feito vistas grossas para a legislação, mas o fato de apenas se começar a cobrar a legislação quando os problemas já estão muito evidentes. No depoimento anterior é perceptível e que o agricultor não foi o único responsável por instalar sua unidade de produção em desacordo com a legislação ambiental, pois a assistência técnica, na qual o agricultor buscou suporte para a realização de empreendimentos, não lhe fornecia a informação correta. Não buscamos investigar a fundo esta questão para saber se isto ocorreu por desconhecimento da legislação pelos técnicos, ou por simplesmente ignorá-la.

A mudança de concepção ambiental do agricultor familiar pluriativo de Itapiranga é uma realidade, isto pode ser observado nas respostas dadas pelos agricultores nas entrevistas em profundidade, sobre como encaram a legislação ambiental. Neste caso 83,33% deles afirmam que a vêem com bons olhos e que ela é necessária para garantir a continuidade da vida. Para demonstrar melhor esta questão transcrevemos um fragmento do depoimento do entrevistado A. B. (Santa Fé, Itapiranga):

“Nesses últimos trinta anos a questão ambiental está muito diferente, porque antes a gente nem se preocupava com isto, a natureza era abundante. Hoje pra fazer qualquer coisa é preciso cuidar o que diz a lei, e ao mesmo tempo devemos refletir sobre o bem ou mal que estamos fazendo para a natureza e ao mesmo tempo para a humanidade. Não quero dizer que a lei está errada, ao contrário acho que é muito boa, porque se não eu não sei o que seria da gente. Hoje a gente sabe que existe a legislação ambiental, e que já faz muito tempo, porém há uns anos atrás nem se falava dessa tal de lei, a nossa lei era derrubar mato e produzir o quanto mais possível”.

A visão expressa pelo entrevistado pode ser constatada no primeiro capítulo deste trabalho, quando Testa (1996), Jungblut (2000) e Eidt (1999), descrevem a colonização do Oeste Catarinense, onde predominava a concepção dos agricultores de que os recursos naturais eram infindáveis, e que se imaginava a sua auto-regeneração como padrão a ser seguido, pois em se esgotando os recursos naturais em uma região, deveria ocorrer a migração para outra frente colonial.

A concepção de meio ambiente do agricultor pluriativo de Itapiranga, de modo geral, é no sentido de preservá-lo para a continuidade da vida. Percebe-se também de que a

consciência coletiva está presente nas discussões sobre o meio ambiente, o que ficou evidente nos depoimentos dos agricultores. Por outro lado, pode-se perceber, que o agricultor procura transferir a culpa por seus erros cometidos com relação ao meio ambiente, para a assistência técnica. Mesmo que este equívoco por parte da assistência técnica tenha ocorrido, o agricultor também, em maior ou menor proporção, tem suas responsabilidades pelo encaminhamento ambiental de sua propriedade.

3.11 Avaliação sobre a legislação ambiental e mudanças de atitude do agricultor pluriativo de Itapiranga

O estudo junto aos agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, revela que a maioria deles já assimilou a legislação ambiental e a encaram como positiva para a sobrevivência da própria espécie. Mas nem todos os agricultores concordam com a legislação ambiental. Ao questionar os agricultores pluriativos de Itapiranga sobre a avaliação que fazem da legislação ambiental, com base em seus conhecimentos, quando esta determina as normas de licenciamento para a instalação de pocilgas, aviários, estábulos, preservação de fontes, leito dos rios, áreas de preservação permanente e outros, houve manifestações com posicionamentos contrários, perfazendo um total de 16,67% dos entrevistados (tabela 17). Estes posicionamentos muitas vezes contrários se devem ao fato de o agricultor ser considerado o vilão de toda a problemática ambiental ora existente. Neste caso, o mesmo busca justificativas na postura ambiental do habitante urbano, para encontrar guarita para o seu posicionamento. Para exemplificar este caso transcrevemos um trecho da entrevista de A. O. (Popi, Itapiranga):

“Eu acho isso um absurdo, precisar de licença ambiental para construções, precisar observar estradas e divisões, afinal de contas a propriedade é minha. Esses ambientalistas deveriam olhar o dejetos das cidades que vai para os rios sem nenhum cuidado. O lixo das cidades, porque fica jogado nas ruas, quem é que vai ser multado? Mas o agricultor é manso, por isso é fácil de punir. Estou de acordo observar rios e nascentes, mas não só os agricultores”.

Tabela 17: Visão dos agricultores pluriativos de Itapiranga sobre a legislação ambiental

<i>Legislação ambiental</i>	<i>Respostas</i>	<i>Percentual</i>
Visão positiva	25	83,33
Visão negativa	05	16,67
TOTAL	30	100,00

Fonte: Entrevistas em profundidade com agricultores pluriativos de Itapiranga, 2008.

É compreensível que a legislação ambiental gere polêmica, pois impõe limitações quanto ao uso do solo e dos recursos naturais, exigindo dos agricultores a adequação de seus empreendimentos, que vão desde a mudança do leito de uma estrada até a remoção total de uma instalação. Os agricultores questionam o fato de a orientação sobre a lei antes não ter sido assim. Esta polêmica torna-se de certa forma desconfortável, por se tratar de uma discussão entre agricultores e empresa integradora. Fato que pode ser constatado no depoimento de L.T. (Chapéu, Itapiranga):

“Quando construímos em 1995, ninguém falou em tomar cuidado com a distância da estrada, não houve necessidade de fazer projeto para esterqueira, tivemos orientação dos técnicos da empresa integradora, e estes não diziam nada nem sobre distâncias nem esterqueira. Sabemos que a legislação ambiental é antiga, a empresa certamente já conhecia sobre a legislação, porém o interesse deles era apenas de colocar suínos no campo. A legislação é importante e se não fosse observada em pouco tempo estaria tudo poluído. Hoje para receber licenciamento ambiental já estão falando em averbação de reserva legal. É difícil de entender porque se naquela época o projeto era coordenado pela integradora, e financiado por um banco público, e nada de ambiental se falava. Para resolver seu problema a integradora demitiu o técnico responsável da época, mas o prejuízo do agricultor quem resolve?”.

Observa-se que a legislação é aceita pelo agricultor, porém percebe-se a revolta com a assistência técnica oficial e privada, pois quem deveria, segundo o agricultor, estar ao seu lado para orientá-lo, acabou por atrapalhar a propriedade pela informação desencontrada sobre os encaminhamentos ambientais legais.

Ao analisarmos os posicionamentos dos agricultores, fica evidente o desconhecimento pormenorizado da legislação que sempre houve. Percebe-se que o encaminhamento incorreto de muitas situações não se deu por má fé, mas pelo desconhecimento. Por outro lado, cabe um questionamento sobre o papel da assistência técnica oficial e mesmo das equipes técnicas das empresas privadas. Como já discutido a legislação ambiental brasileira teve sua origem com o “código florestal” em 1934, na sequência o “novo código florestal brasileiro” de 1965, após a lei que estabelecia a “política nacional do meio ambiente” de 1981, seguida pela “constituição federal de 1988”, dentre tantas outras regulamentações. Porque a assistência técnica, mesmo a oficial, continuou a orientar de forma desencontrada da legislação vigente? Qual seria a responsabilidade da assistência técnica pela atual situação ambiental e legal da agricultura?

Ao mesmo tempo, os dados sobre a aceitação da legislação ambiental pelos pluriativos são animadores, pois, a grande maioria, 83,33% (tabela 17) dos agricultores pluriativos entrevistados encaram a legislação como necessária e positiva. Há posicionamentos que sugerem uma compensação econômica para aqueles que atuarem de forma a preservar os

recursos naturais. No fragmento transcrito a seguir o entrevistado entende que o custo ambiental deva ser transferido para a sociedade como um todo. F. L. (Baú, Itapiranga):

“O trabalho de preservação dos leitos dos rios é bom e importante, porém deveria indenizar as famílias que são prejudicadas de certa forma ao abrir mão de uma área produtiva de sua propriedade para preservar o meio ambiente. Observando-se que o desmatamento ocorreu há vários anos atrás, quando não havia nenhuma lei que cobrava postura nesse sentido e também porque não é só o agricultor que vai usufruir o meio ambiente se ele for melhor. Por isso entendo que deveria existir uma forma de a sociedade compensar ao agricultor pelo fato de ele estar cuidando do meio ambiente. Eu assisti uma reportagem do Globo Rural onde a cidade de Nova York paga para os agricultores das montanhas cuidarem da água para a cidade.”

O entrevistado L. R. (Soledade, Itapiranga), se manifesta favoravelmente, porém, também de forma sugestiva.

“É uma necessidade para preservar as nascentes, fontes e meio ambiente para gerações futuras, o que poderia é adequar algumas normas para as pequenas propriedades desde que não venham a poluir, e o licenciamento deveria ser gratuito”.

De modo geral, pode-se avaliar que a legislação ambiental é analisada positivamente e percebe-se dentre os agricultores pluriativos de Itapiranga uma ampla consciência ambiental, em que os mesmos têm clareza da necessidade da preservação da natureza para garantir a sobrevivência do planeta. Vejamos um fragmento da entrevista de S. F. (Popi, Itapiranga):

“No ponto de vista da nossa família, as normas impostas pela legislação ambiental estão no caminho, uma vez que está mais do que na hora para se conscientizar no que tange à preservação de fontes, leito dos rios, ou seja, preservar o que ainda nos resta, por que se não for assim eu tenho minhas dúvidas que os meus netos ainda poderão atingir a idade adulta. Se eu tivesse dado este depoimento há uns quatro anos atrás meu posicionamento sobre a legislação seria totalmente diferente, eu faria um verdadeiro escândalo, por considerá-la um absurdo. O que considero exagerado é a burocracia e o alto valor pago para a obtenção dos licenciamentos ambientais. O agricultor familiar paga o mesmo que o grande produtor”.

Que a discussão sobre a aplicação da legislação ambiental na propriedade agrícola muitas vezes ainda gere pontos de vista divergentes, não deve ser motivo de polêmica. Estes pontos de vista divergentes ficaram evidentes ao longo deste estudo, porém o caminho para a solução desta polêmica também já é apontado pelos agricultores, quando sugerem que a sociedade em geral dê sua contribuição. As sugestões variam, desde a prática do dia a dia até a compensação econômica para quem cuida do meio ambiente, para que se possa ter justiça social. Esta sugestão vem ao encontro do que foi proposto pelo Plano de Desenvolvimento

Econômico do Município de Itapiranga de 1962, no qual já existia a sugestão de haver uma compensação econômica para aqueles que contribuíssem para com a preservação ambiental.

Questionamos o agricultor pluriativo sobre sua mudança de atitude com relação ao tratamento dos recursos naturais. Neste sentido observou-se que houve mudanças significativas em sua forma de tratar o espaço em que vive. Os recursos naturais que outrora eram tidos como inesgotáveis ou como limitadores para o desenvolvimento da unidade de produção, agora recebem um cuidado especial, tarefa esta que já faz parte do cotidiano de muitos agricultores familiares. Conforme o Entrevistado L.T. (Chapéu, Itapiranga):

“No início a gente fazia muitas queimadas na lavoura, até mesmo depois de trilhar a soja ou o milho, aquela palha que ficava amontoada a gente botava fogo. Se for olhar hoje até parece que se trabalhava contra si mesmo, pois era queimado o melhor dos adubos. Outra coisa que nem se falava era da construção de esterqueiras, tudo ia direto pros riachos e ninguém dava bola. O pior é que a gente perdia duas vezes, primeiro, porque o adubo ia embora e segundo porque poluía a água tornando-a imprópria para o consumo e os peixes acabavam morrendo todos. Hoje coletamos todo esterco, deixamos fermentar e depois aplicamos na lavoura. Estamos percebendo a melhora do meio ambiente e também percebemos os resultados em aplicar o esterco na lavoura”.

A preocupação maior dos agricultores pluriativos com a preservação do meio ambiente pode ser observada no levantamento realizado nas propriedades (tabela 18), onde apenas 7,50% das propriedades dos pluriativos não possuem nenhuma cobertura com mata nativa, nem reflorestamento, enquanto a média do município é de 19,47% das propriedades que não possuem nenhum tipo de cobertura florestal (IBGE, 2006). Por outro lado, 54,17% das propriedades dos pluriativos, possuem mais de 10% da área coberta com matas nativas (tabela 18), enquanto a média do município é de 11,21% de cobertura de mata nativa (IBGE, 2006). Ao observar o reflorestamento constatamos que 73,33% das propriedades dos agricultores pluriativos possuem mais de 10% de sua área ocupada com reflorestamentos (tabela 18), sendo que a média do município é de 5,36% da área total reflorestada (IBGE, 2006). Assim, pode-se concluir que os agricultores pluriativos, apesar de no primeiro momento terem destruído mais as matas nativas, atualmente estão reflorestando mais do que os demais agricultores do município de Itapiranga. Nos dados da tabela 18, observa-se ainda que 85,83% das propriedades pluriativas já possuem algum reflorestamento. Quando somadas as áreas de mata nativa e as de reflorestamento, verifica-se que, 62,50% das propriedades dos agricultores pluriativos possui, pelo menos 20% de sua área total, com cobertura florestal.

A legislação ambiental preconiza que a propriedade rural deve ter no mínimo 20% de sua área com cobertura florestal, para servir de reserva legal. Desta forma constatamos que 62,50% das propriedades dos agricultores pluriativos de Itapiranga atendem a este quesito. Porém se considerarmos unicamente a presença de mata nativa, constatamos que apenas 3,34% das propriedades dos pluriativos atingem esta meta. Esta constatação certamente tem fortes vínculos com o modelo predatório implantado durante o período de colonização, em que a prioridade era a derrubada das matas para a implantação de pastagens e lavouras temporárias.

Tabela 18: Percentual de área das propriedades dos agricultores pluriativos do município de Itapiranga/SC, ocupadas com mata nativa e reflorestamento.

<i>Percentual da área da prop.</i>	<i>Mata nativa (M.N)</i>	<i>%</i>	<i>Reflorestamento (R)</i>	<i>%</i>	<i>SOMA M.N + R</i>	<i>%</i>
Não tem	13	10.83	17	14,17	09	7.50
Até 10%	42	35,00	15	12.50	19	15.83
10 --- 20%	61	50.83	56	46.67	17	14.17
Mais de 20%	04	3.34	32	26,66	75	62.50
TOTAL	120	100,00	120	100,00	120	100,00

Fonte: Entrevistas estruturadas com agricultores familiares pluriativos de Itapiranga, 2008.

A presença de áreas consideráveis de reflorestamento nas propriedades dos agricultores pluriativos de Itapiranga, em parte pode ser vinculada à saída de membros da família em busca de renda complementar. Estas famílias optam pelo reflorestamento por representar uma opção de renda a longo prazo, assim mantendo a propriedade produtiva. Por outro lado, pode servir para atender a própria legislação ambiental que exige a averbação da reserva legal de 20% para a concessão de licenças ambientais.

Muitos agricultores pluriativos passaram a implantar reflorestamentos devido às políticas de estímulo criadas e estas tem ocorrido principalmente de duas maneiras no caso estudado de Itapiranga: a) forçada pela legislação, ao exigir a averbação de reserva legal para conceder licenciamentos ambientais; b) pelo mercado da madeira exótica, como fonte de renda alternativa. Esta política tem proporcionado significativo aumento da cobertura florestal nas propriedades dos agricultores pluriativos de Itapiranga, que além de representar ganhos ambientais tem-se apresentado como opção de renda.

A opção pelo reflorestamento comercial é uma alternativa de exploração econômica da propriedade. Por outro lado, a implantação de reflorestamentos comerciais para atender a

legislação ambiental, muitas vezes gera entendimentos divergentes, mas é um modelo que mesmo que parcialmente, respeita os recursos naturais e melhora as condições ambientais.

CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES

Fundamentados nas informações teóricas sobre agricultura familiar, pluriatividade e meio ambiente e nas informações de campo, passamos a apresentar análises que o estudo do caso de Itapiranga proporcionou e permite dialogar com estudos feitos em outros contextos sociais.

A estrutura fundiária, as relações sociais e o modelo de organização econômica, adotados a partir do início da colonização, aliados a elaboração de um plano de desenvolvimento estratégico local realizado na década de 1960, foram os ingredientes fundamentais para dotar o município de Itapiranga de condições capazes de possibilitar a seus agricultores familiares a opção pela pluriatividade. Esta opção é um instrumento importante para amenizar os efeitos da pobreza e do êxodo rural, pois, com a garantia de renda mensal evita-se, mesmo que parcialmente, o esvaziamento do espaço rural. Assim, constatamos no caso de Itapiranga, que do total de 4.599 trabalhadores que residem no meio rural, 1.246 são pluriativos, perfazendo 27,09% dos trabalhadores que residem no meio rural. (tabela 2).

As pequenas propriedades rurais com média de 15,38 hectares exigiram a intensa relação social entre os agricultores familiares locais na elaboração de estratégias de desenvolvimento, capazes de garantir sua reprodução social através do trabalho pluriativo. Portanto, a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico, concluído na década de 1960, tem grande influência no encaminhamento de muitos agricultores familiares para a pluriatividade.

Este foi o instrumento que viabilizou a aplicação dos esforços coletivos e do capital social na instalação da infra-estrutura que atualmente proporciona ocupação e renda para a maioria dos itapiranguenses. Dentre as principais ações propostas pelo plano e que restaram exitosas estão: uma agroindústria frigorífica, uma escola de ensino profissionalizante agrícola, um laticínio e uma cooperativa de agricultores. Esta infra-estrutura, aliada ao trabalho pluriativo do agricultor familiar, possibilita em Itapiranga, a relação intensa entre os espaços rural e urbano, componente básico de um processo de desenvolvimento local em bases sustentáveis (ROVER, 2001).

No caso de Itapiranga, a opção dos agricultores familiares pela pluriatividade não levou ao abandono da policultura. Verificamos que 96,67% dos entrevistados continuam desenvolvendo duas ou mais atividades produtivas em sua propriedade. A policultura foi e continua sendo a base do modelo de exploração da pequena propriedade rural do município.

Constatamos que o tamanho da propriedade é um fator que influencia no encaminhamento de membros das famílias dos agricultores para a pluriatividade. Porém não é o único, visto que, as propriedades dos pluriativos são maiores que as dos demais agricultores (tabela 3). Fatores como a busca pela autonomia financeira do jovem, a fuga do trabalho penoso e do preconceito em relação ao trabalho agrícola, a garantia de renda mensal e a busca pela educação formal, são ingredientes observados na decisão pela opção à pluriatividade por membros da família agrícola. Ao contrário de outros estudos (SCHNEIDER, 2003), portanto, verificamos que em Itapiranga o tamanho da propriedade não é o principal fator determinante da opção pela pluriatividade dos membros das famílias de agricultores.

A renda líquida mensal das famílias de agricultores pluriativos de Itapiranga é maior que a renda das demais famílias. A renda líquida média das famílias itapiranguenses é de 2,50 salários mínimos mensais, enquanto dentre as famílias pluriativas, 60% possuem renda líquida mensal superior a 3,33 salários mínimos (tabela 15). Na determinação da renda é importante observar dois pontos: a) que a renda superior dos pluriativos, se dá pela junção da renda da propriedade com a remuneração obtida no trabalho não agrícola. b) que muitos agricultores costumam não considerar como renda a produção para o consumo próprio, o que elevaria ainda mais os valores da renda familiar.

Na busca de melhores padrões de renda os pluriativos priorizam o investimento em educação formal, alterando os padrões de herança predominantes até então. Assim, outro elemento importante nesta análise são os padrões de herança atuais dos agricultores pluriativos de Itapiranga. Verificamos que atualmente se prioriza o investimento em educação formal, visto que no passado predominava a doação de uma área de terra para os filhos, objetivando a endorreprodução. Esta mudança nos padrões de herança se deve a alguns fatores apresentados pelos agricultores pluriativos no decorrer das entrevistas deste estudo, dentre os quais destacamos: o desejo de pais e principalmente dos filhos em fugir da penosidade e do preconceito em relação ao trabalho agrícola; a necessidade de conhecimento técnico para trabalhar com as inovações tecnológicas; a possibilidade de buscar outras oportunidades de atuação profissional, entre outros.

Os pluriativos estudam mais que os demais agricultores de Itapiranga. Dentre os primeiros, 53,47% dos membros da família ingressaram pelo menos no ensino médio (tabela 14), enquanto nos demais, apenas 38,60% estão neste nível de instrução (IBGE, 2006). Constatamos ainda, que o grau de escolaridade dos trabalhadores pluriativos de Itapiranga é maior que o dos pluriativos de outros casos estudados por Schneider (2003). Isto no caso de Itapiranga tem a contribuição do histórico de colonização local, em que, desde a instalação da colônia em 1926, houve a preocupação em dotar o município de uma estrutura educacional para a alfabetização dos filhos dos agricultores. Posteriormente, sugerido pelo plano de desenvolvimento econômico local de 1962, houve a criação de unidades de ensino profissional na área agrícola, a exemplo do IAESC, com ensino agrícola de nível médio e a FAI, com ensino superior de agronomia e veterinária. Ao mesmo tempo, o grau de instrução formal mais elevado dos pluriativos de Itapiranga possibilita-lhes ocupar cargos que exijam maior qualificação profissional, conseqüentemente com melhores padrões de renda.

Com relação ao jovem, predomina dentre os pluriativos a idéia de buscar em atividades não agrícolas o encaminhamento de seu futuro profissional. Mesmo sabendo da renda superior na propriedade pluriativa e do estímulo dado pelos pais que ocorre em 73,33% dos casos estudados (tabela 7), apenas 7,81% dos rapazes e 3,77% das moças manifestam o desejo em continuar na atividade dos pais (tabela 8). Ao mesmo tempo, 34,38% dos rapazes e 15,09% das moças pretendem atuar de forma pluriativa. Portanto, somando-se os dois casos, temos 42,19% dos rapazes e 18,86% das moças que pretendem manter ativa a propriedade, o que possibilita concluir que no caso dos agricultores pluriativos existe uma perspectiva

razoável na sucessão familiar. Diferentemente, no caso estudado por Rambo (2004), dentre os agricultores de Itapiranga em geral, este índice é de 14,52% dentre os rapazes e 1,66% dentre as moças (tabela 9). Através desta análise, podemos concluir que quando comparados com o conjunto dos agricultores familiares do município, os agricultores pluriativos de Itapiranga tem uma perspectiva maior de ter sucessores para a propriedade da família, mesmo que não permaneçam residindo na mesma.

Verificamos que ao optar pela pluriatividade o agricultor familiar vem reduzindo a pressão sobre os recursos naturais de sua propriedade, passando a desenvolver atividades menos agressivas ao meio ambiente, dentre as quais identificamos a transformação dos terrenos mais íngremes em áreas de pastagens, reflorestamentos ou simplesmente abandonando-as com o conseqüente surgimento de capoeira. Paralelamente, constatamos que os pluriativos estão reflorestando mais as suas propriedades que os demais agricultores, sendo que de maneira geral, 5,36% da área do conjunto das propriedades de Itapiranga já foram reflorestadas (IBGE, 2006), enquanto em 73,33% das propriedades dos pluriativos mais de 10% de suas áreas foram reflorestadas até o momento (tabela 18). Estes dados nos dão o indicativo de que as propriedades pluriativas estão à frente das demais propriedades do município na redução da pressão gerada sobre os recursos naturais.

A maioria dos agricultores pluriativos de Itapiranga avaliam a legislação ambiental como positiva e necessária, o que segundo seu ponto de vista possibilita uma melhor qualidade de vida ao homem de campo, sendo portanto, aprovada por 83,33% dos entrevistados (tabela 17). Por outro lado, em alguns casos ainda gera polêmica, porém, o que gera polêmica não é a aplicação da lei, nem o fato de sempre ter sido feito vistas grossas a seu respeito, mas o fato de a cobrança se dar num momento em que a situação já esteja muito agravada. Este agravamento, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, teve contribuição negativa da assistência técnica oficial e privada, que ao contrário de orientar para a preservação, muitas vezes estimularam ações de depredação ambiental. Ainda nesta linha de raciocínio, os pluriativos reivindicam que a sociedade como um todo participe na melhoria da qualidade do meio ambiente, principalmente com a compensação financeira para aqueles que desenvolverem atividades de preservação ambiental, o que já aparecia no plano de desenvolvimento local de 1962. Quanto à concepção de meio ambiente, constatamos ainda que o agricultor que outrora via alguns recursos naturais de sua propriedade, como

limitadores para o desenvolvimento econômico, atualmente os percebe como importantes para a melhoria da qualidade de vida.

Verificamos ao longo deste estudo, enfim, que a opção do agricultor familiar pela pluriatividade tem sido um importante fator de garantia da reprodução social de seu grupo, com melhoria significativa na renda familiar e importante papel para evitar o êxodo rural. Ao mesmo tempo, possibilita a redução da pressão sobre os recursos naturais da propriedade, contribuindo para a melhoria das condições ambientais.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AHRENS, Sérgio. **O “Novo” Código Florestal Brasileiro: Conceitos jurídicos fundamentais**. Trabalho voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura. 2003. 15p, disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br>, acessado em 25/10/2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, 1988.

BRESSAN, D., MARCHIORI, J.N.C., DURLO, M. **O espírito das leis florestais**. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v.17, p.89–93, 1998.

CAMPANHOLA, Clayton. **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais, v.5**. Brasília – DF: EMBRAPA, 2004.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Departamento de Economia. UFPA, 1987.

CARNEIRO, Maria José. e MALUF, Renato S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHACON, Suely S. **Reflexões sobre a crise ambiental: uma viagem até as suas origens e um encontro com as soluções**. Ver. Cent. Ciênc. Admin. Fortaleza, v.9, n.1, p. 66-75, ago. 2003.

DIAGNÓSTICO LOCAL. Município de Itapiranga - Projeto SIS- Fronteira. Itapiranga, maio de 2007.

EIDT, Paulino. **Porto Novo – da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

HAHN, Mauro. **Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na Microrregião de Itapiranga SC**. Florianópolis, 2005. (Dissertação mestrado em Agroecossistemas).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2007, disponível em: WWW.ibge.gov.br/home/estatistica/população/contagem2007/default.shtm. acessado em maio de 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – resultados preliminares, disponível em: WWW.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. acessado em maio de 2009.

JUNGBLUDT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: vozes, 2001.

LAC. Levantamento agropecuário de Santa Catarina, 2005.

Lei nº. 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Brasília, 1989, disponível em <http://www.planalto.gov.br> acessado em 20/12/2008

Lei Federal 4.771/65 - Código Florestal Brasileiro. Brasília: 16 de setembro de 1965, disponível em <http://www.planalto.gov.br> acessado em 20/12/2008.

Lei Federal 6.938 - Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, 31 de agosto de 1981, disponível em <http://www.planalto.gov.br> acessado em 20/12/2008.

Lei Federal 7.803 – altera artigos do Código Florestal. Brasília: 18 de julho de 1989, disponível em <http://www.planalto.gov.br> acessado em 20/12/2008.

LLORENS, Francisco A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**; tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDS, 2001.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NEUMANN, P. Selvino, LOCH, Carlos. **Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas**. Ciência Rural v.32 n.2 Santa Maria mar./abr. 2002, disponível em <http://scielo.br> acessado em 08/11/2008.

PEROTTO, Marco Aurélio. **A influência da legislação ambiental no uso e conservação da bacia hidrográfica do rio Maquine (RS) no período de 1964 a 2004**. Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis, 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA – SC. Agro e Hidrotécnica Ltda. Rio – São Paulo. 1962.

RAMBO, A.B., **Associativismo Teuto-Brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. Perspectiva econômica**. Vol. 23, nº 62-63, Cooperativismo 24-25, Jul/Dez. São Leopoldo, 1988.

RAMBO, Nestor F. **Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade: Tentando compreender a relação campo X cidade no Município de Itapiranga (SC)**. Porto Alegre: URGs, 2004. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis : Ed. UFSC; Blumenau : Ed. FURB, 1999.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

_____, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

ROVER, Oscar J. O desenvolvimento pela ótica da rede Cepagro de Desenvolvimento Local Sustentável. In: BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEYFERTH, G. (1999). **A colonização alemã no vale do Itajaí - mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. (Dissertação, mestrado em Antropologia Social).

SEHNEM, Dirce T. D. **escola e ensino agrícola**. UNICAMP - Campinas, maio de 1999. (dissertação de mestrado).

SILVESTRO, M.L. ET AL. **Impasses Sociais da Sucessão Hereditária da Agricultura Familiar**. Epagri; NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2001. 118 p.

STRIEDER, Roque. **Produção agrícola integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola**. São Miguel do Oeste. UNOESC. 2000.

TESTA V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste Catarinense – Proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

WEIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exercito católico alemão. Congressos católicos na Alemanha e no Sul do Brasil.** Florianópolis. UFSC, abril de 2006. (Tese de Doutorado em História).

ANEXO I

Roteiro para entrevista em profundidade com agricultores familiares, que desenvolvem a pluriatividade.

1- Identificação:

a- Comunidade:

b- Nome do homem:

Idade:

Grau de escolaridade:

c- analfabeto

primeiro grau incompleto

primeiro grau completo

segundo grau incompleto

Segundo grau completo

terceiro grau

Nome da mulher:

Idade:

Grau de escolaridade:

analfabeto

primeiro grau incompleto

primeiro grau completo

segundo grau incompleto

Segundo grau completo

terceiro grau

d- Número de filhos:

e- Área da total da propriedade (hectares):

Área de culturas anuais:

Área de pastagens:

Área de reflorestamento:

Área de mata

nativa:

Outros (quais)?

f- Desenvolve atividades pecuárias na propriedade?

Quais?

g- A propriedade possui algum tipo de parceria (integração)?

h- Qual a empresa?

Em que atividade:

i- Quantos membros da família não estão mais ligados a atividade da propriedade?

j- Qual(is) a(s) atividade(s) em que trabalham atualmente?

2- Perguntas abertas

1-O que mudou no seu jeito de encarar o meio ambiente no tempo em que está trabalhando na agricultura?

2- Como você avalia a legislação ambiental, baseado no conhecimento que tem, ao determinar as normas para a instalação de pocilgas, aviários, estábulos, preservação de fontes, leito dos rios, áreas de preservação permanente e outros?

3-Qual a prioridade, investir em educação ou em compra de uma área de terra para o(s) seu(s) filho(s)?

4-Qual a sua avaliação sobre o trabalho pluriativo?

5-Como se deu a aquisição de sua propriedade? Quais foram as principais atividades desenvolvidas ao longo dos anos?

ANEXO II

Questionário estruturado para aplicado com agricultores familiares, que desenvolvem a pluriatividade.

1- Identificação:

a- Estado:

b- Município:

c- Comunidade:

d- Nome do homem:..... Idade:.....

Grau de escolaridade:

() analfabeto () primeiro grau incompleto

() primeiro grau completo () segundo grau incompleto

() Segundo grau completo () terceiro grau

Nome da mulher:..... Idade:

Grau de escolaridade:

() analfabeto () primeiro grau incompleto

() primeiro grau completo () segundo grau incompleto

() Segundo grau completo () terceiro grau

e- Número de filhos: Idade do(s) filho(s), sexo e grau de escolaridade:

f- Você estimula seus filhos para serem agricultores? () Sim () Não () deixa liberdade

g - Qual será o futuro escolhido por seus filhos (quando tiverem filhos maiores de 14 anos):

() Permanecer na propriedade como proprietário

() Atuar de forma pluriativa (trabalhar na agropecuária e em outra atividade)

() Deixar a propriedade e morar na cidade local

() Procurar outras cidades para se estabelecer

Outros:..Quais?

- h- Área total da propriedade (hectares):..... Área de culturas anuais:..... Área de pastagens:....., Área de reflorestamento:..... Área de mata nativa: Outros (quais)?
- i- Atividades de cultivo agrícola e pecuária desenvolvidas na propriedade:
- j- Há quantos anos a família está estabelecida nesta propriedade?
- k- Desenvolve atividades pecuárias na propriedade?.....Quais?
- l- Número de animais produzidos:..... Área utilizada: A propriedade possui algum tipo de parceria (integração)? Qual a empresa?..... Em que atividade:
- m- Quantos membros da família não estão mais ligados a atividade da propriedade?..... Qual(is) a(s) atividade(s) em que trabalham atualmente?
- n- Onde trabalham os membros da família que tem renda extra?
- o- Quanto recebe de salário cada membro da família no trabalho externo a propriedade?
- k- Qual é a renda bruta anual da propriedade incluindo a renda do trabalho extra em salários mínimos?
- l- Qual é a renda líquida anual da propriedade incluindo a renda do trabalho extra em salários mínimos?
- m- Quantas pessoas trabalham para a obtenção desta renda?
- n- Quantas pessoas vivem desta renda?
- Qual será o seu futuro (pergunta feita aos filhos maiores de 14 anos):
- () Permanecer na propriedade como proprietário
- () Atuar de forma pluriativa (trabalhar na agropecuária e em outra atividade)
- () Deixar a propriedade e morar na cidade local
- () Procurar outras cidades para se estabelecer
- Outros:Quais?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)